

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. José Francisco B. Veiga Silva

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Carlos de Aquino Pereira

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof^a Maria Salete Zulzke Trujillo

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal 1539 - 13001-970 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXXIII - Nº 181 ISSN-0101-4919 ABRIL - JUNHO 2001

SUMÁRIO

Aventuras e desventuras nos sertões do Brasil	97
Odilon Nogueira de Matos	
Algumas considerações sobre Theodor Mommsen e o império romano	111
João Ribeiro Júnior	
À propósito de uma novel revista	118
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Alemães nos primeiros 500 anos do Brasil	121
Hemâni Donato	
Villegagnon e a França Antártica: Uma reavaliação	133
Paulo Knauss	
Alguns logradouros públicos de Campinas: Origem e desenvolvimento	136
Duílio Battistoni Filho	

Gilberto: Luso tropicologia e ocidentalização	147
Manuel Correira de Andrade	
O lado bom e louvável de D. João VI	154
Hélcio Pupo Ribeiro	
Bento Teixeira e outros pioneiros na literatura e nas artes em Pernambuco dos séculos XVII e XVIII	159
Leonardo Dantas Silva	

De uma pasta de velhos recortes

Bosquejo da produção histórica recente no Brasil	166
E. Coornaert	

Textos (Sugestões para seminários)

A província de Pernambuco (Hadfield)	183
Declaração do povo Francês (Segunda abdicação de Napoleão)..	184

Vultos da Historiografia Brasileira

Afonso Arinos de Mello Franco	185
-------------------------------------	-----

Seleta

A maioria ou a aurora do segundo reinado	188
Afonso Arinos de Melo Franco	

Rabiscos de um escrevinhador

A propósito do seminário de Mariana	201
Centenário de um compositor americano	203
Uma justa evocação	204
A propósito de duas reedições de Gustavo Barroso	206



AVENTURAS E DESVENTURAS NOS SERTÕES DO BRASIL *

Odilon Nogueira de MATOS

Em fins do século passado, precisamente em 1891, o Visconde de Taunay publicou na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro uma memória intitulada **A cidade de Mato Grosso, o rio Guaporé e a sua mais ilustre vítima**. Este trabalho, reunido a outros escritos inéditos deixados pelo autor e também referentes a Mato Grosso, foi reeditado pelo seu filho, o grande historiador Afonso de Taunay, com o belo título **A cidade do ouro e das ruínas**, publicado em São Paulo em 1923. Dos inúmeros livros do autor de **Inocência** versando sobre Mato Grosso este é o único que se refere particularmente à parte setentrional e central do grande Estado, pois todos os outros, motivados que foram pela Guerra do Paraguai, referem-se ao atualmente denominado Mato Grosso do Sul.

É sabido que no início de sua carreira, o futuro Visconde de Taunay, então tenente de Engenharia Alfredo d'Escragnonle Taunay, integrou a expedição que sofreu os horrores da famosa retirada de Laguna, episódio que lhe forneceu assunto para seu livro mais conhecido, publicado originalmente em francês, em 1879. É sabido também que a chamada "Expedição de Laguna" passou por Campinas, aí se demorando dois meses à espera de ordens para seguir para a região da guerra, e que são muitas as referências à cidade nos escritos de Taunay. Aliás, lembremos também que seu primeiro romance, **A mocidade de Trajano**, publicado em 1870, tem como ambiente uma fazenda do município de Campinas. A propósito, parece-nos curioso lembrar que este romance não figurou no

(*) Conferência lida na Academia Paulista de letras em 26 de outubro de 2000.

vasto programa de reedição das obras do Visconde de Taunay empreendido pelo seu filho Afonso entre 1919 e 1933, num total de 37 volumes, entre relatos de viagens, narrativas militares, estudos históricos, biografias, contos, romances e até peças de teatro. Dêvemos ao nosso saudoso confrade Lycurgo de Castro Santos Filho, quando presidente da Academia Paulista de Letras, a primeira reedição do livro, 113 anos depois da edição original.

Circunstância que não vemos motivo para mencionar com pormenores fez com que, em nossa casa, o nome do Visconde de Taunay fosse sempre muito respeitado e considerado, fazendo nosso pai questão que lêssemos todos os seus livros, a começar pelos relatos de viagens. Assim, títulos como **Paisagens brasileiras**, **Visões do sertão**, **Dias de Guerra e de sertão**, **Marcha das forças**, **Em Mato Grosso invadido**, a própria **Retirada da Laguna** e o romance **Inocência**, tornaram-se nos familiares, ainda mais que nossa adolescência coincidiu com a época em que tais livros vinham sendo publicados ou reeditados. Essa soma de leitura propiciou-nos tal motivação em torno de Mato Grosso, que, muitos anos depois, já homem feito e integrando quadro de geógrafos do Conselho Nacional de Geografia e da Associação dos Geógrafos Brasileiros, tivemos oportunidade de conhecer o território matogrossense, percorrendo-o em vários sentidos, foi como se já o houvéssemos conhecido de muito, tão familiares nos eram certos aspectos ou certos episódios de sua história.

Mas, voltemos ao livro que de início mencionamos: **A cidade do ouro e das ruínas**, o único livro “matogrossense” de Taunay não vinculado à Guerra do Paraguai. Por quê a “cidade do ouro e das ruínas”? Por quê o rio Guaporé? e qual teria sido sua “mais ilustre vítima”, a que se referia o título original? Para responder às três indagações, permitimo-nos pequeno retrospecto histórico, bem sintetizado para não molestar o nobre auditório.

Aos 3 de maio de 1748 foi criada a Capitania de Mato Grosso, tendo como primeiro governador (ou capitão-general, na linguagem da época) Antônio Rolim de Moura Tavares, Conde de Azambuja. Dois anos depois, portanto em 1750, o Tratado de Madrid, que se fundamentaria no princípio jurídico do “uti possidetis”, reconhecia como pertencente a Portugal a área então ocupada pela nova Capitania de Mato-Grosso. A

primitiva Cuiabá, local das primeiras atividades mineradoras da região, serviu provisoriamente de sede do governo do Conde de Azambuja, pois havia se determinado a construção de uma nova localidade para que os capitães-generais nela residissem. Fundou-se, assim, Vila Bela, às margens do rio Guaporé.

Tudo indica que o objetivo do Estado português foi estender seu domínio até as regiões mais próximas das ocupadas pelos castelhanos. Doutra forma não se compreenderia a localização da sede do governo em Vila Bela, pois, localizada, como se disse, às margens do Guaporé, que é um dos formadores do rio Madeira, só teria comunicação com o mundo pela bacia amazônica. E sabemos quanto eram (e ainda são) precárias as condições de povoamento na região do nosso grande rio-mar. Apesar dessas condições de isolamento, Vila Bela, chamada posteriormente cidade de Mato Grosso, foi a sede do governo da capitania até bem depois da Independência, quando a capital foi transferida para Cuiabá. Esta, situada às margens do rio do mesmo nome, um dos afluentes do Paraguai, por sua vez afluente do Paraná, vinculou-se à bacia do Prata, portanto de acesso bem mais fácil do que pela bacia amazônica. Eis um fator geográfico de decisiva influência.

No tempo em que foi capital, Vila Bela desenvolveu-se, tornou-se uma cidade rica. É a cidade “do ouro”, a que se referia Taunay ao titular o livro do pai; e a ela sucedeu a cidade “das ruínas”. O Visconde, todavia, não a conheceu. Sua descrição tem como base cronistas matogrossenses, merecedores, em sua opinião, de confiança. Mas, é preciso evitar certos exageros em cronistas coloniais: descrições que caberiam bem, provavelmente, em capitais do litoral - Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Maranhão, Belém do Pará - mas difícil de imaginar numa localidade situada - pode-se dizer - no centro geográfico da América do Sul e de acesso difícilíssimo. Não é fácil imaginar que na longínqua Vila Bela se tenham representado peças de Metastásio e de outros dramaturgos italianos do século XVIII e que até uma ópera de Mozart lá tenha sido encenada. Mas, se realmente houve essa fase de esplendor, durou pouco, pois a mudança da capital para Cuiabá implicou em sua decadência. Quanto ao palácio do governo ficou-nos uma descrição de um dos viajantes estrangeiros que por lá andaram e ao qual em breve faremos referência. Some-se a isso a situação pouco salubre do Guaporé,

as investidas freqüentes dos espanhóis e os amotinamentos dos índios e teremos o responsável pelo fim daquela que foi chamada a “cidade do ouro e das ruínas”.

Resta a última das indagações: quem teria sido a “mais ilustre vítima do Guaporé”, referida no título original do trabalho de Taunay. Foi nada menos que um seu tio, Amado Adriano Taunay, o mais jovem da família vinda para o Brasil com a chamada “Missão Artística de 1816”. Um parêntese nos ajudará a compreender melhor o enredo. A derrota de Napoleão em Waterloo, em 1815, criou em França uma situação um pouco difícil para os comprometidos com o regime bonapartista. Receosos do que lhes pudesse acontecer, muitos emigraram para os Estados Unidos, estabelecendo-se na Louisiana, onde já existia um núcleo de colonização francesa. Nicolau Antoine Taunay, pintor famoso, com quadros expostos em importantes museus da Europa, mas muito implicado com o regime bonapartista, preferiu vir para o Brasil, aceitando o convite do Conde da Barca, que se encontrava em França procurando artistas que se dispusessem a fundar, no Rio de Janeiro, uma Escola de Belas Artes. Não lhe foi difícil encontrar uma excelente equipe, incluindo Taunay, que veio praticamente com toda a sua família: seu irmão Augusto Maria e seus cinco filhos: Augusto Carlos, Hipólito, Félix Emílio, Teodoro e Amado Adriano, este com apenas treze anos de idade e a quem o destino reservaria trágico fim, afogado nas águas do rio Guaporé, em Vila Bela, em 1828, quando integrava a famosa Expedição Langsdorff, da qual em breve falaremos. Tornou-se, assim, como escreveu seu sobrinho “a mais ilustre vítima” do fatídico rio. Dotado de extraordinário temperamento artístico, mais talvez que os demais da família, mas também dotado de espírito aventureiro, dispôs-se, tendo apenas de quinze para dezesseis anos, a acompanhar o célebre geógrafo e explorador Freycinet em sua viagem de circunavegação, viagem assinalada por toda sorte de peripécias, inclusive um naufrágio nas Ilhas Malvinas, que quase custou a vida de toda a tripulação. Durou a viagem dois anos, findos os quais, retornou o jovem Taunay ao Rio de Janeiro.

Andava pela capital do país sem saber o que fazer (ou talvez à procura do que fazer), quando teve conhecimento, em 1825, dos preparativos da chamada Expedição Langsdorff, patrocinada pelo czar Alexandre I, da Rússia. Langsdorff, cônsul russo (embora alemão), conseguira reunir preciosa equipe de cientistas para aquela que seria a

maior e a mais completa expedição científica já enviada aos sertões do Brasil. Da equipe fazia parte João Maurício Rugendas, pintor de cenas e costumes. Não se sabe bem porquê, o pintor desentendeu-se com Langsdorff e desligou-se da equipe, preferindo viajar por conta própria. Bendito o momento em que assim agiu Rugendas. Doutra maneira certamente não teríamos um dos maiores monumentos da cultura brasileira do século XIX, qual a extraordinária **Malerischereise in Brasilien**, publicada em Paris, em 1835, e que constitui, como é sabido, notável documento para o conhecimento da vida brasileira daquela época. Suas numerosas estampas caíram até no domínio público, reproduzidas, juntamente com as de Debret, em quadros, livros, calendários, etc. Sua obra levou mais de cem anos para ser editada no Brasil, o que só ocorreu em 1940, por iniciativa dos saudosos Rubens Borba de Moraes e Sérgio Milliet.

Pôs-se o cônsul russo à procura de alguém para substituir o desenhista demissionário e quem se interessou pelo lugar foi o nosso jovem Amado Adriano Taunay. Foi a essa Expedição Langsdorff que também se incorporou, como segundo desenhista, outro francês que andava pelo Rio de Janeiro igualmente à procura do que fazer: Hercule Florence. É a primeira vez que surge em nosso panorama histórico uma das mais curiosas personalidades que tão bem ligou seu nome ao nosso país, particularmente a São Paulo e, mais ainda a Campinas, onde se radicou ao voltar da grande excursão ao Brasil central, aí constituindo família de dois matrimônios e aí vivendo até o fim de sua vida, em 1879. Essa fase campineira de Hércules Florence é bastante conhecida para que precise ser recordada. Desde o livro de Estevão Leão Bourroul, que data de 1900, até os nossos dias, poder-se-ia organizar uma imensa bibliografia florenciana, na qual até aquele que vos fala figuraria com vários trabalhos. Recordemo-lo, nesta noite, apenas como membro da Expedição Langsdorff, da qual foi um dos poucos sobreviventes e a quem, por sorte, coube a missão de redigir o único relato que se conhece da malograda viagem.

A Expedição Langsdorff seguiu a rota tradicional das monções. Poderia ter preferido a via platina, mas a Guerra da Cisplatina provavelmente constituísse impecilho. Assim, não restou outro caminho senão aquele dos primeiros descobridores do ouro em Mato Grosso no século XVIII. Vinha-se até Porto Feliz, onde tinha início a navegação do

Tietê; seguia-se por este rio até sua foz no Paraná; descia-se este grande rio até encontrar algum dos afluentes de sua margem direita, já em território matogrossense; subia-se por esse afluente até onde fosse possível e depois - a fase mais difícil da viagem - transpunha-se o que se chamava “varadouro”, isto é, o trecho de terra que precisava ser “varado” à sirga, ou seja a pé, puxando os enormes batelões, até que se encontrasse algum afluente do Paraguai, por onde se prosseguiria a viagem. A procura de um “varadouro” mais curto foi sempre a principal preocupação dos monçoeiros: era necessário que se encontrassem rios mais extensos, fixando-se afinal do Rio Pardo. Pelo Paraguai e pelos seus afluentes São Lourenço e Cuiabá, subindo-os, alcançava-se a região mineradora. Episódio verdadeiramente cinematográfico de nossa História, este das monções. Fosse nos Estados Unidos certamente já teriam os americanos feito numerosos filmes sobre o episódio. Em nosso país, o único local onde o evento costuma ser lembrado é a própria Porto Feliz, onde anualmente uma semana é dedicada à sua evocação, com festejos e conferências. Mas é pouco para um episódio tão grandioso e significativo.

Em Porto Feliz, foram os expedicionários obrigados a uma considerável demora para os aprestos da longa viagem. Permanência tão grande numa pequena cidade, deu até para Hércules Florence enamorar-se de uma jovem da localidade, com a qual veio a se casar ao retornar da viagem. Era a filha única de Álvares Machado, então médico em Porto Feliz e que se tornaria em breve uma das figuras mais expressivas da vida política de São Paulo e de outros lugares, pois chegou a ser presidente da província do Rio Grande do Sul.

Afinal, a 22 de junho de 1826 deu-se a partida de Porto Feliz da expedição chefiada por Langsdorff, cujo batelão, no depoimento de um cronista, ostentava o pavilhão da Rússia Imperial. A grande excursão estendeu-se pelos rios Tietê, Paraná, Pardo, Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá, num percurso de 530 léguas ou seja bem mais de 3.000 quilômetros, em período que se desdobrou até 30 de janeiro de 1827, o que vale dizer mais de seis meses.

Ocorreram algumas alterações no quatro de integrantes escolhidos no Rio de Janeiro por Langsdorff. Já mencionamos a desistência de Rugendas, antes mesmo de ter início a jornada. Em Porto Feliz verificou-se a desistência do zoólogo Christian Hasse. Este, por uma

fatalidade, ou que outro nome tenha, veio a se enamorar da mesma jovem por quem se interessara Hércules Florence e cuja corte ela aceitara com apoio integral de seus pais. Sendo preterido na sua proposta, e não se conformando, Hasse teimou em permanecer em Porto Feliz na esperança de ter algum acolhimento por parte da jovem, o que não ocorreu, pois esta, consultada pelo pai quanto aos seus sentimentos, respondia sempre que só se casaria com o “Senhor Florêncio” e, para isso, aguardaria o seu regresso. E foi o que efetivamente aconteceu. Consta que o naturalista, não se conformando com o desfecho de seu caso sentimental, teria posto termo à existência. Alguns cronistas contestam essa versão do suicídio. Mas, o fato é que a expedição partiu com um integrante a menos. Seus principais componentes passaram a ser, pois, Florence, Riedel, Rubzoff, Taunay, sob a chefia de Langsdorff e com numerosos auxiliares, quase todos recrutados em Porto Feliz.

Da capital da província, onde chegaram a 30 de janeiro de 1827, executadas várias digressões pelo território dessa extensa região, os expedicionários reiniciaram viagem no dia 5 de dezembro do mesmo ano de 1827, com destino ao Pará, divididos em dois grupos: Langsdorff, Rubzoff e Florence navegaram os rios Preto, Arinos, Juruena e Tapajós, enquanto Riedel e Taunay deveriam seguir pelo Guaporé, Mamoré e Madeira. Por uma fatalidade, foi numa das passagens do Guaporé que o jovem Taunay encontrou a morte no dia 5 de janeiro de 1828. Como dissemos, Hércules Florence não se encontrava com ele; apenas Riedel. Mas Hércules registrou em seu diário, no dia 14 de fevereiro: “Dia nefasto, dia marcado pela mais cruel notícia. Comunicou-nos uma carta do sr. Riedel que o sr. Taunay se afogara no rio Guaporé, em Vila Bela. Encheu-nos de consternação esta desgraça. Diversos habitantes da cidade vieram dar-nos os pêsames. Este moço, dotado de brilhantes disposições para a pintura e membro de distintíssima família, tinha por certo, diante de si, auspiciosa carreira. Prematura morte arrebatou-o, porém, aos vinte e cinco anos, às belas artes e à família, cuja dor deve ser imensa. Na qualidade de desenhista de nossa comissão remetra para São Petersburgo perto de cem desenhos, ficando mais 130 em minhas mãos para serem coordenados. E acrescentou Hércules Florence, completando a notícia: “A fim de não avivar sofrimentos amortecidos pelo tempo e resignação, deixo de aqui transcrever a carta do sr. Riedel, cheia de dolorosos pormenores”. Mas, reescrevendo seu diário, vinte anos mais tarde,

quando já radicado em Campinas, Hércules Florence julgou oportuno incluir a carta de Riedel, repleta, de fato, de “dolorosos pormenores”. Nem podemos sequer citar o passo da nova versão do diário de Hércules em que ela figura simplesmente porque a edição deste novo texto foi tão mal feita que as páginas nem foram numeradas... Mas, encontra-se no tópico relativo ao dia 14 de janeiro de 1828.

Em **A cidade do ouro e das ruínas** encontram-se duas cartas de Riedel à família Taunay, no Rio de Janeiro, narrando a triste ocorrência. A primeira, escrita a 10 de janeiro, bastante rápida, endereçada aos irmãos da vítima, diz: “Messieurs. J’ai perdu un ami, qui m’était bien cher et, vous, Messieurs, vous avez perdu un frère. Il n’est plus de ce monde. Le 5 janvier, à midi, il a plu à Dieu d’appeler son âme à Lui. La funeste rivière Guaporé a été sa tombe. Il n’a paru que le 7, au matin. Le même jour, il a été inhumé dans l’église de Santo Antônio, près du port, agréablement située au milieu d’une plantation d’orangers. Le corps a été accompagné des magistrats et autres personnes distinguées. Le lendemain, le 8 janvier, ont fait ses funérailles avec la pompe due à sa famille et à sa personne. Adieu, jusqu’au courrier prochain; mes idées seront moins troublées”. De fato, três meses depois, a 10 de março, cumpriu a promessa, escrevendo extensa carta, que ocupa quase três páginas do livro, na qual relatou com pormenores o trágico acidente e deu algumas notícias das explorações que ambos - Riedel e Taunay - andaram realizando nas imediações de Vila Bela.

Do próprio Adriano há, no livro, duas cartas muito bonitas, a última das quais datada de 20 de dezembro de 1827, portanto quinze dias apenas antes de sua morte. Nela, dizia que estava escrevendo de uma das salas do palácio abandonado dos antigos governadores de Mato Grosso, “de ces salles immenses qui ont été témoins des fêtes d’une cour si assidues auprès des dépositaires de l’autorité royale, et qui maintenant silencieuses ne répètent que le sourd murmure de l’insecte qui en rouge le bois, que le bruit de pas du curieux qui parcourt leur enceinte. Tout est resté dans le même état, depuis que le siège du gouvernement a été transporté à Cuyabá; l’ameublement, les peintures, les armoires, les bureaux; tout est resté. Les cours sont remplis d’herbes: ont voit partout les marques destructives de l’abandon et le combat des choses existantes contre le temps. Tout reproduit l’image de la mort”. E continuava

descrevendo com pormenores o palácio dos capitães-generais. São as “ruínas” da cidade que fora do “ouro”...

Podemos imaginar a dor dos irmãos ao receberem, no Rio de Janeiro, a fatal notícia. O velho Taunay, o pai, havia se retirado para a França alguns anos antes e houve todo o cuidado em transmitir-lhe a notícia da morte do filho caçula. Seus dois irmãos, Teodoro e Félix Emílio (este viria a ser o pai do Visconde de Taunay), dados às musas, escreveram belíssimas odes em memória do jovem Amado Adriano, duas das quais encontram-se no livro a que, desde o início vimos nos referindo.

Quando da tragédia do rio Guaporé que custou a vida ao jovem desenhista, conforme narramos, já eram bem precárias as condições de saúde de Langsdorff, que chegou a perder completamente a razão. Assim, preferiu reunir seus companheiros em Belém e dar por encerrado o grandioso plano de exploração geográfica do centro-oeste brasileiro. Diversos outros naturalistas tiveram problemas sérios de saúde, impossibilitados de qualquer trabalho, como Riedel e Rubzoff. Hércules Florence foi, de fato, o único a sair ileso da mal-fadada expedição, retornando ao Rio de Janeiro em março de 1828. Langsdorff, transportado para a Europa, faleceu internado num hospital de Friburgo aos 29 de junho de 1852.

Assim que chegou ao Rio, tratou logo Hércules Florence de procurar Felix Emílio Taunay, não só para comentar a triste ocorrência do falecimento de seu irmão mais novo, mas, também, para confiar-lhe a guarda do relato que redigira da grande jornada que vinha de empreender nos sertões do Brasil. Félix Emílio era um dos integrantes da família Taunay que viera para o Brasil no tempo de D. João VI e em nosso país viveu até o final de sua vida, em 1881. Consorciou-se com a filha do Conde d’Escragnolle, côsul francês, dando origem à família Escragnolle-Taunay, sobrenome pela primeira vez utilizado por seu filho Alfredo (futuro Visconde de Taunay), que entretanto só nasceria em 1843.

Ponto que nunca vimos esclarecido - e certamente jamais o será - é a razão de haver Hércules Florence confiado a Félix Emílio o relatório de sua viagem. A verdade é que Félix Emílio não lhe deu a menor atenção, pois o texto florenciano permaneceu perdido por mais de quarenta anos! Isto destoa completamente da imagem que nos ficou do pintor francês, apontado sempre como homem de grande iniciativa,

interessado em coisas de cultura, pois além de artista, era também renomado humanista. Foi professor de D. Pedro II, o que explica a grande ligação entre os Taunay e a família do segundo Imperador. Como artista, cuidou de projetos urbanísticos e instituiu no Rio de Janeiro o hábito de exposições regulares de pintura. Pertenceu ao Instituto Histórico Brasileiro, na época a mais renomada entidade cultural da capital do Império. Alcançou a bela idade de 86 anos sempre com intensa participação na vida da cidade. Inadmissível que figura de tal envergadura omitisse ou perdesse o relato da expedição de que fizera parte seu irmão caçula.

Em 1865 - quase quarenta anos depois - passa por Campinas, integrando o corpo expedicionário que se destinava ao sul de Mato Grosso, um jovem de pouco mais de vinte anos, filho de Félix Emílio, e que viria a ser o futuro Visconde de Taunay. Nos dois meses que passou na cidade, o jovem oficial de Engenharia teve oportunidade de encontrar-se com Hércules Florence, onde passou a viver depois de seu casamento com a filha de Álvares Machado, já sexagenário, mas em plena atividade, dando asas ao seu espírito inventivo, do qual muito se beneficiou a tipografia e a fotografia, como é sabido. E também como próspero fazendeiro no município.

Podemos imaginar - embora não haja nenhum escrito a respeito - a emoção que deve ter dominado o jovem Taunay ao encontrar-se com o velho amigo e companheiro de seu malogrado tio, aquele que perecera afogado no rio Guaporé. Como devem ter conversado sobre o assunto! E certamente Hércules Florence lhe contou que havia deixado em sua casa, no Rio de Janeiro, o relato da grande jornada que empreendera pelos sertões do Brasil, da qual o jovem Alfredo pouco ou talvez nada soubesse. Foi pena o jovem militar não ter sido mais minucioso acerca de Hércules Florence nas vinte e duas cartas que escreveu nos dois meses que passou em Campinas. Não nos esqueçamos, contudo, que Taunay era um jovem de pouco mais de vinte anos, certamente muito mais interessado nos bailes que a sociedade campineira, a todo instante, proporcionava aos expedicionários, tornando-lhes uma delícia a vida na cidade. “Temos tido a melhor impressão de Campinas”, “Temos sido tratados pelos campineiros com a mais viva cordialidade”, “Em Campinas reina uma comunicabilidade extraordinária”, “As moças e as senhoras daqui são muito mais amáveis, conversam animadamente, já tivemos convites para diversos

bailes e saraus”, “Tudo faz crer que de nossa permanência em Campinas nos ficarão as mais agradáveis recordações, tão bem tratados temos sido, fidalgamente mesmo” são frases que ocorrem nas suas cartas campineiras, escritas entre 15 de abril e 18 de junho de 1865. Mas, além desse lado fútil, mas significativo, contém informações sobre o desenvolvimento da cidade, sua produção agrícola, o aspecto de suas ruas, a futura catedral, ainda em construção, suas perspectivas futuras, etc. Já fizemos referência ao fato de ter sido numa fazenda de Campinas que Taunay encontrou o cenário para seu primeiro romance, **A mocidade de Trajano**. Estranho, contudo, que tão pouco relate do que certamente teria ouvido de Hércules Florence. Enfim, nada a acrescentar a este episódio.

O que interessa - isto sim - é que, regressando das operações da guerra, dedicou-se Taunay a traduzir e publicar o relato de Hércules Florence, que continuava perdido na casa paterna. Confessa que foi por ocasião de uma mudança de casa, ao separar os trastes que deveriam ser jogados fora, que o texto florenciano foi encontrado. Por um triz talvez tivesse ficado irremediavelmente perdido.

Ao perceber que se tratava do relato de Hércules Florence, apressou-se em escrever-lhe pedindo autorização para traduzi-lo e publicá-lo. Ainda bem que o fato de ter ficado perdido por mais de quarenta anos não o danificou. Apenas, segundo Taunay, estava “um tanto apagado, mas ainda perfeitamente intelegível”, o que pode ser considerado um verdadeiro milagre, pois numa região quente e úmida, como em geral as cidades do litoral brasileiro, a danificação dos papéis é muito mais freqüente que nas regiões de clima temperado e frio. Sem contar a proliferação incrível dos insetos papirófagos...

Das cartas escritas por Taunay a Hércules Florence, e que se encontram reproduzidas no livro de Estevão Leão Bourroul, ao qual já temos feito referência, depreende-se não só que Taunay sabia da nova versão dada por Florence ao seu relato, como também percebe-se que ele, Taunay, estava como que á espera de que o autor, já radicado em Campinas havia mais de trinta anos, cuidasse de publicar essa nova versão sabidamente mais completa que a original que ficara em casa dos Taunay, no Rio de Janeiro. Aconteceu, entretanto que essa nova versão permaneceu inédita por... quase cento e trinta anos, pois só em 1977 veio a ser publicada pelo Museu de Arte, de São Paulo.

Diante disso, cuidou Taunay de publicar o texto que possuía. O local que achou mais adequado para o fazer foi a “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, na qual apareceu em dois tomos (36 e 37), correspondentes aos anos de 1875 e 1876. Para esta publicação, Taunay escreveu extenso prefácio, que continuou sendo reproduzido em edições subseqüentes. Taunay deu ao relato o mesmo título que constava do original do autor: **Esboço da viagem feita pelo Sr. de Langsdorff no interior do Brasil, desde setembro de 1825 até março de 1829, escrito em original francês pelo segundo desenhista da comissão científica Hércules Florence**. Esta tradução de Taunay (“incomparável tradução”, como a classificou um dos descendentes do autor), embora de um texto hoje sabidamente incompleto, constituiu uma referência na bibliografia florenciana e, com base nela, mais quatro edições foram feitas.

O fato de ter sido publicado numa revista especializada e de circulação restrita, não propiciou ao relato de Hércules Florence cair no conhecimento do público. E, infelizmente, durante quase setenta anos, não ocorreu a nenhum editor tirar em livro o precioso relato. Foi preciso esperar até 1941 para que tal acontecesse. É justo, entretanto, que se consigne que Afonso de Taunay, quando diretor do Museu Paulista, publicou na revista da instituição que dirigia, em 1928, a primeira parte do texto florenciano, sob o título **De Porto Feliz a Cuibá**. Não sabemos porque Taunay não publicou o texto integral, uma vez que ele próprio reconhecia já naquela época achar-se o relato de Florence fora do alcance do público pela raridade da revista em que fora originalmente publicado.

Isto posto, só em 1941 a obra de Hércules Florence veio a ser conhecido público com a excelente edição Melhoramentos, que reproduz integralmente a edição da “Revista” do Instituto, trazendo, ainda, prefácios de Afonso de Taunay e de Ataliba Florence, este, filho de Hércules, que não chegou a ver o livro publicado por ter falecido pouco antes. Reproduz o volume mais de uma centena de ilustrações do próprio autor. Bela edição para os padrões gráficos da época, recebeu como título **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas**, dado pelo próprio autor para a nova versão do diário. Esta edição Melhoramentos mereceu duas reedições em 1948 e em 1977, porém esta última não mais pela Melhoramentos, mas pela Cultrix, em convênio com a Universidade de São Paulo.

Quanto à segunda versão, já foi dito que só em 1977 veio a público, em tradução de Francisco Álvares Machado e Vasconcelos Florence, trineto do autor, com anotações de diversos estudiosos, entre os quais nosso saudoso confrade Lycurgo de Castro Santos Filho. Não se trata simplesmente de uma nova versão, mas de um texto realmente novo, se compararmos com o divulgado pelo Visconde de Taunay. Daí, termos dito de certa feita, que Hércules Florence pode figurar duas vezes em nossa literatura de viagens, o que, bibliograficamente, tem muito interesse. Diríamos que os textos se completam, pois se muita coisa foi acrescentada, outras foram retiradas e a própria ordenação da matéria atendeu a critério diferente. Lamenta-se, apenas, como já o dissemos, que embora profusamente ilustrada e enriquecida com tantas anotações, seja esta edição tão mal cuidada, pois suas páginas, em número de quase duzentas, nem foram numeradas...

Tenhamos em conta que Hércules Florence não era naturalista, não se dedicando a nenhuma das muitas especialidades de chamada “história natural”. Participou da excursão na qualidade de desenhista e a este respeito nada a exigir além do que ele fez. Suas estampas, em número de 114, que enriquecem seu relato, abrangem cenas, paisagens e tipos humanos e são realmente preciosas como preciosas são as descrições de tudo quanto lhe chamava a atenção na viagem, viagem que ele próprio, encerrando seu diário, considerou “penosíssima, atribulada e infeliz peregrinação”. Não foi sem propósito que Afonso de Taunay considerou-o “patriarca da iconografia paulista”.

E assim chegamos também ao fim desta já bem longa palestra, com a qual pretendemos mostrar o quanto as viagens pelo Brasil de outrora implicavam em “aventuras” e “desventuras”, quase sempre mais desventuras. Encerraremos informando que atualmente Hércules Florence, sem negar o mérito de seu valioso relato, não é mais a única fonte para o conhecimento da Expedição Langsdorff. A partir de meados deste século surgiu, a começar pela antiga União Soviética um enorme interesse pelo assunto e diversos livros têm aparecido no Brasil e em outros países enriquecendo a bibliografia respectiva. Possuímos atualmente não só o catálogo completo de todo o material enviado por Langsdorff para São Petersburgo, como o próprio diário do chefe da expedição, em três alentados volumes. Podemos, assim, afirmar que há um inusitado interesse

em torno do assunto, a ponto de ser se fundado no Brasil, em convênio com entidades culturais russas, uma “Associação Internacional de Estudos Langsdorff”, para a qual fomos convidados, representando a Universidade em que trabalhamos. Estamos cuidando dessa bibliografia mais recente e esperamos em breve apresentar o resultado de nosso trabalho.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE THEODOR MOMMSEN E O IMPÉRIO ROMANO

João RIBEIRO JÚNIOR

A sensibilidade política do século XVII era traduzida pela visão que se tinha do Império Romano, que se apresentava ao olhos dos políticos e intelectuais, como o mais alto modelo para os príncipes absolutos, e sua história como claro espelho para prevenir os múltiplos azares da política. Como não podia deixar de acontecer, esta opinião estimulou o conhecimento e guiou a preferência dos estudiosos.

Já em fins do século XVII. Le Nain de Tillemont (1637-1698), aluno dos solitários de Port Roval, se ocupou, detalhadamente, do Império Romano. Ajustado aos princípios metodológicos dos beneditinos de São Mauro, intentou um severo cotejo de todas as fontes literárias e escreveu sua **Histoire des empereurs et des autres princes, qui ont régné durant les six premiers siècles de l'Eglise** (1691-1738), completada, posteriormente, com sua **Mémoires pour servir à l'histoire ecclésiastique des six premiers siècles** (1693-1712).

Com os mesmos materiais, ainda que com orientação diversa, estudaram a história do Império Romano, Montesquieu e Gibbon; o primeiro intentou uma vasta e profunda análise de sua estrutura política e espiritual nas **Considerations sur les Causes de la Grandeur et de la Decadence des Romains**, aparecido em 1734; o segundo publicou trinta anos depois seu **Decline and Fall of the Roman Empire**, através de cujas páginas procurou explicar, à luz das concepções iluministas, o processo de transformação e duração do Império.

Este interesse, que moviam as inquietudes políticas próprias da época, não pôde deixar de sofrer um eclipse quando a Revolução

Francesa suscitou outros ideais políticos. Transitoriamente, as preferências se orientaram, então, para a República, e a obra de Reinhold Niebuhr, que começou a aparecer em 1811, dando um tratamento religioso à História, constituiu o melhor estímulo deste novo interesse.

O tema do Império Romano devia desaparecer prontamente. Só em parte tinha razão Ortega y Gasset quando dizia que "o século XIX só podia entender a Roma Republicana". Se a afirmação é exata, enquanto revela certa predileção do espírito europeu pelos ideais da república, não o é, enquanto esquece a presença, desde os princípios do século, de uma concepção cesarista chamada a ter vasta transcendência.

Napoleão Bonaparte imprimiu seu selo pessoal, e o seu apogeu foi então efêmero; a idéia ressurgiu na Alemanha encarnada, sobretudo, na política dos Hohenzollern. O Cesarismo foi tema predileto da escola prussiana, e o filólogo e historiador Johann Gustav Droysen (1808-1884) o desenvolveu através da figura de Alexandre Magno. (**História de Alexandre o Grande, e As Colônias de Alexandre e seus Sucessores**). Essa influência, mesclada com muitas outras, conduziu, indiretamente, a Theodor Mommsen, que intentou um plano rigoroso do problema da evolução da República Romana, em sua marcha até o Cesarismo.

Mais tarde, e através de estudos mais especializados, Mommsen esboçou um quadro geral do Império sob o título **As Províncias desde César até Diocleciano** (trad. castelhana, **El Mundo dos Césares**, México: Fondo de Cultura Econômica, 1946), onde resume um vasto saber ordenado segundo uma perspectiva nova e promissora.

O historiador alemão Theodor Mommsen nasceu em 1817, em Gardine, uma aldeia do Schleswig, então dinamarquesa e morreu em Charlottenburg, em 1903. Foi professor em Berlim de Filologia clássica e História Romana. Em 1902 recebeu o Prêmio Nobel de Literatura, junto com o poeta francês Sully Prudhomme. Sua obra é imensa, destacando-se além da **História Romana** (*Römische Geschichte*), os 50 volumes do **Corpus Inscriptionum Latinarum**, com mais de 200.000 inscrições romanas.

Mommsen dedicou-se aos estudos jurídicos, encaminhando-se pouco a pouco para a história do Direito Romano. Uma viagem à Itália orientou decididamente a sua vocação para os estudos históricos. Em

1844, apareceu o seu primeiro trabalho importante sobre as tribos romanas (**Die Römischen Tribus in Administrativer Beziehung**), e, no ano seguinte, publicou os **Estudos Oscos** (*Oskische Studien*). Seguiram-se outros estudos dedicados à questões paleográficas e lingüísticas.

Mommsen foi professor de Direito Romano na Universidade de Leipzig, e participou ativamente na vida política. Liberal convicto, suas opiniões e militância lhe valeram a perda de sua cátedra, em 1858, e, então, ele se mudou para Zurique, donde passou mais tarde a Breslau. As múltiplas experiências e o vasto saber acumulado proporcionaram-lhe uma mescla curiosa de maturidade científica e de entusiasmo polêmico, que iriam caracterizar sua **História Romana** (trad. espanhola 6ª ed. Madrid: Aguilar, 1965, 2 tomos).

Quando voltou à Alemanha em 1854, começou a publicar sua obra, o último de cujos três tomos apareceu em 1856. Dois anos mais tarde, incorpora-se Mommsen à Universidade de Berlim, e ali recomeça seu infatigável trabalho de investigação que só iria interromper com sua morte em 1903.

As convulsões que a Europa sofrera desde 1848, deixaram no espírito de Mommsen uma marca indelével. Se sua **História Romana** constituía para muitos uma revelação, foi principalmente porque a realidade social aparecia nela plena de vivacidade, livre das convenções com que a tradição a havia desfigurada. Sem dúvida, Niebuhr havia aberto o caminho com suas urgentes investigações, mas ficava por construir a imagem verdadeira que deveria substituir a que Niebuhr destruía; e se Mommsen chegou a esboçá-la, não foi somente porque pode valer-se de novos materiais, sendo, também, porque sabia, à luz de novas experiências humanas, descobrir novos valores atrás dos mesmos fatos.

O senadores, *équites*, proletários das cidades, camponeses, todos os que formavam o complexo da sociedade romana adquiriram na história de Mommsen nova fisionomia, menos majestosa, sem dúvida, mas mais humana e mais veraz. E nos bastidores da retórica, viu Mommsen a densa trama das lutas sociais e econômicas, o violento entrecocar das paixões, os contrastes entre as misérias e as grandezas dos homens. Ao se ler a **História Romana** tem-se a sensação que não falta nada. É uma história de Roma completa.

Foi dito que a obra de Mommsen - obra de juventude e maturidade intelectual a um tempo - pertence a esse gênero que se convencionou chamar de "historiografia de partido" (obra engajada). Seja como for, Mommsen procurou alcançar uma certa objetividade. Ele era antiromântico e se propôs desnudar a história romana dos preconceitos, que a envolviam e a arrancavam da tradição literária latina. Nascida das classes ilustradas e poderosas, essa tradição era tradição de classe. Os complexos problemas sociais que se entevia sob os fenômenos políticos, não podiam ser estudados senão ligeiramente nessas fontes; e resultou que sua objetividade não se referia somente à análise dos testemunhos, senão também à interpretação dos fatos. Assim, Mommsen decidiu buscar seus dados onde pudesse encontrá-los livres de toda intenção pré-concebida.

Mommsen havia começado a reunir inscrições latinas, e logo se convenceu definitivamente de que essa era a fonte primordial que necessitava, e usando dela com prudência e sagacidade, mediante um esforço que revela igualmente a paciência e o gênio do pesquisador, conseguiu esboçar um panorama claro e coerente do que se escondia nos bastidores da história política: a evolução da economia, os choques de interesses e, sobretudo, a transformação e diversificação dos elementos sociais com seu inevitável corolário de comoções internas.

Deste novo ponto de vista saía rejuvenescida a história romana, que viu abrir-se ante si um vasto campo de trabalho, no qual laboraram logo muitas gerações de estudiosos.

Mommsen obteve bons frutos do método epigráfico, que sabia combinar sabiamente com os outros já em uso. Era um conhecedor consumado das fontes literárias e jurídicas, e um especialista nos problemas filológicos; mas, sem dúvida, pôde chegar mais longe com os novos recursos que proporcionaram-lhe as inscrições (espalhadas pelo mundo conhecido dos romanos), sobretudo no que diz respeito aos problemas referentes à época imperial, que se iluminou com uma nova luz. Com efeito, através dos historiadores latinos, o Império aparecia como um mero contorno da cidade conquistadora, Mommsen, porém, ensinou a concebê-lo com uma totalidade com sentido próprio, uma totalidade na qual a antiga metrópole não constituía senão um simples elemento, quase uma supervivência. Talvez seja este o mais importante serviço que prestou aos estudos clássicos o seu magistral livro sobre as províncias desde César até Diocleciano.

A força moral, o vigor do relato e outras muitas virtudes do homem e do literato haviam prestado ao historiador romano Tácito uma categoria como fonte histórica superior a que merecia com justiça. Sem negar nenhum de seus méritos, Mommsen deixou estabelecida a equivocada limitação de seu enfoque: o Império não era a cidade de Roma, nem era somente a política dirigida a partir de Roma; era necessário, a seus olhos, deixar de lado a história palaciana, cortesã e buscar, ao contrário, com infatigável perseverância, novos dados para reconstruir a história das províncias, cuja fisionomia se estruturava então.

O panorama mudou totalmente. Se durante a era imperial a capital pôde envilecer se, as províncias alcançaram um alto nível de desenvolvimento muito superior ao da época republicana. A Europa modificava-se. Só alguns poucos espíritos clarividentes, como Scipião, o Africano, Caio Graco, Quinto Sertório, Júlio César, haviam compreendido durante a República que era preciso lograr essa transformação, essa dignificação do território conquistado. Este desígnio foi de Otávio Augusto, que pretendeu realizar o principado; desígnio que levou ao lado de uma intensa campanha a favor, primeiro da latinização e, depois da helenização do Império.

Mommsen crê ver uma unidade política e espiritual no Império, como virtualidade, depois como desígnio, e finalmente como realidade. Se originalmente era somente uma unidade de fato, resultado da conquista, o programa, a missão e o triunfo do principado foi transformá-la em unidade profunda e íntima. Mommsen, entretanto, assinala que se opunha a essa tarefa unificadora, no espiritual, uma radical dualidade, cujos núcleos estavam constituídos por elementos latinos e gregos. Sucessivamente, o principado quis fazer de cada um de seus elementos, o denominador comum de toda a vasta extensão, que dominava politicamente.

Augusto e os príncipes da dinastia Júlio-Cláudia foram os propulsores da latinização, e essa política é a que se adivinha através da intencionada narração de Tito Livio, e da alta poesia virgiliana. Mas, a partir do século II, os Antoninos adotaram um ponto de vista distinto: o instrumento apropriado para a unificação é o helenismo, e toda a força do Estado se volta para essa nova política.

Os príncipes tornaram-se filósofos e juristas, alguns dos quais pareciam desejar, enquanto enfrentava ao inimigo bárbaro, a troca

do *paludamentum* (traço militar), pelo manto do sábio. É sabido como esta tendência à helenização conduziu, mais tarde, ao predomínio dos elementos orientais.

A política helenizante não parecia querer envolver o Ocidente latino. Eventualmente, se produzira ali a helenização pela mera força das coisas, mas o Estado romano trabalhou pela defesa das velhas tradições; tal foi o sentido da sustentável resistência à entrada dos cultos estrangeiros na Itália.

Mommsen assinala que os cultos egípcios e judeus mereciam a mais decidida proteção do Estado romano em seus respectivos países, mas, ao contrário, havia severas restrições para sua difusão no Ocidente. Esforço estéril. Isis e Jeová encontraram adoradores em todas as partes do Império até as Colunas de Hércules, porque a onda mística, que vinha do Oriente, movia os espíritos em busca de religiões de salvação, e aqueles deuses prometiam o que não podiam dar as divindades marmóreas do culto Estado romano.

Com mais vigor ainda, defendeu Roma, em todas as partes, o culto imperial, pedra angular da unidade política. Se Augusto não vacilou em ordenar que se sacrificasse a Jeová em favor do imperador no Templo de Jerusalém, com mais energia exigiu que se cumprissem os cultos oficiais estabelecidos, segundo a tradição romana. A rigor era o Estado o que se deificava, mas, à medida que a tradição latina palidecia e tornavam a predominar os princípios helênicos, e ainda orientais, a deificação alcançava cada vez mais a pessoa mesma do Imperador. Chegando-se, com a reorganização do poder por Diocleciano, a autocracia.

Neste ponto, se detém Mommsen em seu exame da era imperial. Coisa curiosa: Já antes Mommsen havia se detido também num momento crucial, quando cuidava por esboçar o destino da vasta criação política de Júlio César. E em ambos os casos foi a inquietude pelo problema do cesarismo o que determinou a delimitação do tema.

Com efeito, em seu exame da época republicana havia intentado Mommsen a mais audaz e decidida defesa de Júlio César frente à tradição senatorial. Era a linha do século XVII (como vimos, supra). Esta defesa levou alguns críticos (nas críticas circunstanciais da Alemanha de seu tempo), a supor que Mommsen defendia também a política do cesarismo em geral. Mas Mommsen havia declarado categoricamente qual era o seu

pensamento: "Assim considerada, diz ele, a história de César e do cesarismo romano constitui verdadeiramente, em que pese toda a grandeza mais superada de seu artífice e da necessidade histórica que informa sua obra, a crítica mais severa que a mão humana pode trazer dos tempos modernos".

Pouco mais adiante, previa Mommsen as conclusões a que chegaria em seu estudo sobre o Império. "O cesarismo destruiria o desenvolvimento livre da comunidade. Sem dúvida, logrou a unidade espiritual do Império ainda que em prejuízo do sua força interior. Mas deixou como seqüela certa tendência a autocracia, apenas contida pelo desenvolvimento do direito."

Com todos esses elementos, Mommsen construe as bases de uma visão moderna do Império dentro da qual pôde ordenar-se a ingente investigação, que seguiu seus passos.

Em suma, a **História de Roma** de Theodor Mommsen está atrasada em certos trechos, em razão de novas descobertas e interpretações, mas, seja como for, marca um tal avanço sobre seu tempo, que não se pode dispensar de consultá-la ainda.

À PROPÓSITO DE UMA NOVEL REVISTA

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Com satisfação recebi os dois primeiros números de mais uma Revista de História - *AMICUS* - que muito promete. Seu Coordenador - Prof. Dr. Walter Cardoso - pesquisador eficiente da História da Ciência, que, sempre, com critério, ao analisar o processo histórico dentro da maior objetividade possível, sem desconsiderar a subjetividade que a tudo permeia, esteve toda sua vida profissional em busca do caminhar do progresso histórico-científico.

Daí, *AMICUS* ser um real perfil de seu idealizador. Lançada em julho de 2000, publicação da Sociedade Amigos da Cultura, da cidade de Batatais (SP), tem como objetivos básicos disseminar estudos históricos, geográficos e das ciências sociais afins não apenas da região nordeste do Estado de São Paulo, bem assim desse Estado como um todo e até mesmo à nível nacional. Quer, sobretudo, tornar públicas as manifestações culturais que cá e acolá vão sendo descobertas, demonstrando a união existente entre Homem e Cultura.

O próprio título dessa publicação revela bem os propósitos de sua equipe: cultivar a amizade! Que auspiciosa proposta para o caótico mundo em que vivemos mas que, nós historiadores, bem o compreendemos: persistências e mudanças fazem parte do nosso cotidiano e devemos enfrentá-las com sabedoria e agudeza de sentimentos!

A partir de seu primeiro número *AMICUS* se revela competente, criteriosa e, principalmente, analista dos acontecimentos sociais, utilizando-se dos diferentes modos/métodos oferecidos pela ciência contemporânea.

Resgata, desde seu aparecer, boa parte da história daquela cidade, com trabalhos do porte de um Prado Neto, Tambellini, Medina

Cardoso, entre outros, enquanto que em sua segunda publicação apresenta pesquisadores do nível de Karina Serrazes, Claudete Basaglia e Alexandra Baltazar (só para exemplificar), que deram falas à personagens antes praticamente olvidadas de nossa história. *

Realizando um trabalho interdisciplinar a equipe dessa Revista está já, com certeza, vendo e sentindo seus ideais convertidos em realidade, pois, além do necessário conteúdo para que a história regional possa ser apresentada com criteriosos estudos, uma vez que grande parte deles é resultante de trabalhos de dissertação de mestrado e doutorado, realizados em Universidades de renome do país, divulga com as análises críticas apresentadas novos aspectos da realidade sócio-econômico-político-culturais. A maneira como estão sendo desvendados, preenchendo lacunas existentes, vem explicar o redimensionar das ciências humanas, onde, presente/passado refletem a diversidade das referências voltadas à continuidade da vida, até porque a ciência se institucionaliza através da comunidade na qual os intelectuais se associam a fim de legitimar sua prática.

À propósito dessa publicação posso refletir com Pierre Nora alguns trechos de sua vasta produção, quando diz: *a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais; a representação do passado, uma operação intelectual e laicizante que demanda análise e discurso crítico. A história pertence a todos e a ninguém só se ligando às continuidades temporais, às relações das crises.*

De igual modo a Revista é de ótima apresentação gráfica, com ilustrações competentes que complementam os estudos apresentados, o que vem demonstrar, outrossim, como a fotografia lança um grande desafio, ao oferecer múltiplas oportunidades de desvendar intrincada rede de significações onde seus elementos interagem dialeticamente na composição da realidade. Aliás, um trabalho cultural cuja compreensão é básica para operar sobre uma realidade, já que reveladora de *pistas* de caráter conotativo que remetem às formas de ser e agir do contexto, na qual estão inseridas como mensagem, vem *AMICUS* revelar seu bem conhecer, de como imagens visuais e verbais devem não apenas ser apresentadas, mas, principalmente compreendidas como representações.

Pretende essa nova publicação apresentar ainda outras seções ligadas a Arquivos, Bibliotecas, Museus, Resenha, Teses, etc., no intuito de oferecer subsídios outros, visando sempre o crescer da pesquisa na área das Ciências Humanas.

Cumprimento, pois, a equipe de *AMICUS* por representar um passo a mais na divulgação de estudos que apontam novos aspectos da realidade social, ampliando, assim, as possibilidades de análise/crítica no verdadeiro exercício do redimensionar dos estudos multidisciplinares, onde presente/passado/futuro refletem a diversidade das referências voltadas à continuidade da vida, abrindo novo espaço (e espero que por muito tempo) no caminhar da historiografia brasileira.

ALEMÃES NOS PRIMEIROS DOS 500 ANOS DO BRASIL

Hernâni DONATO

21 de setembro, 1147. Lisboa.

Afinal, num assalto irresistível, Afonso Henrique, recém proclamado rei de Portugal, supera a defesa dos mouros e apodera-se da cidade. Entre as aclamações dos portugalenses e dos doze mil cruzados idos de meia Europa, os gritos do contingente alemão. Os primeiros dessa origem que serviram Portugal.

Aí começa, remotamente, a História dos quinhentos anos do Brasil. Daí partimos para lembrar os mais notorizados dos alemães que se interessaram pelo nosso país, quando este ainda em seus primeiros dias. E dos que ajudaram a preparar a façanha do Descobrimento.

Ou menos ou mais numerosos, em seguida ao sucesso em Lisboa, os germânicos tomaram interesse pelas realizações portuguesas. Mas é a partir do início do século XV que se fazem mais atuantes. Até, solicitados. Os registros portuários assinalam crescente presença de navios alemães, especialmente os de Dantzig. Maria Thereza Schorer assevera que ao redor de 1403 os teutões foram soldados, financistas, marinheiros ao serviço dos lusos, já então voltados à abertura dos caminhos marítimos. Não só gente rica, importante, experiente desceu da Germânia para a Lusitânia. Homens do povo, também. Por exemplo, Michael Harmem, sapateiro. Seria um profissional altamente hábil (ou o rei teria pés muito difíceis de acomodar em calçados) que recebeu do soberano isenção de impostos, taxas, direitos. Mercê raríssima em qualquer tempo e lugar. Depois da qual, dá para imaginar, não terá faltado serviço na oficina daquele artesão!

Portugal viveu a epopéia dos descobrimentos merecendo a admiração da História pelo desenvolvimento que deu à técnica de construir, de navegar, de se instalar. Mas, também, por fazer-se presente em todas as latitudes e longitudes, da Terra Nova e do Labrador, ao Japão, ao Timor, Málaca, China, boa porção da África, Brasil, quando não contava no território metropolitano com mais do que um milhão de habitantes. Esvaziado, a cada posse feita nas lonjuras, do contingente povoador ali fixado. País, portanto, pequeno em tamanho, pobre, parcamente povoado. Correu mundo a expressão sintética quanto eloqüente: “Deus reservou aos portugueses um território muito pequeno para nascer e muito grande para morrer”. Território que era o mundo daquele tempo. Portugal precisou, chamou, empregou quantos estrangeiros competentes, confiáveis, desejassem servi-lo.

Os alemães contribuíram. Com gente, capitais, tecnologia. No auge do movimento marítimo a quase totalidade dos navios despachados para o incógnito ou para confirmar possessões, levou arcabuzeiros alemães. Um alemão, Jobst von Huerten, mereceu ser nomeado autoridade nos Açores do ano 1486.

Nem as fantasias do povo, nem a audácia dos capitães teriam obtido o resultado conhecido sem a ajuda dos cartógrafos. O devassamento de águas e terras exigiu, em vez de armadores, profissionais hábeis, até um tanto imaginosos, ousados a ponto de recolher informações nas tascas do porto, nas casas de veteranos, nos descaminhos dos arquivos oficiais. E precisaram de desenhistas, impressores. Nessa tarefa, os germânicos ganharam distinção.

Foram estes a gravar os primeiros mapas-mundi (1473, 1475) e, superando os batavos, a instalar em Augsburg, Estrasburgo, Ulm os melhores centros cartográficos daquelas décadas nervosas e decisivas, as últimas do século XV.

FANTASIOSOS E RIGORISTAS, OS CARTÓGRAFOS ANIMARAM AS EXPLORAÇÕES

Esse voltar-se para as promessas ocultas sob vagas e para céus impensáveis, terá sido uma constante na Alemanha daqueles dias. Excitados pelas novidades que abalavam o seu espaço circunscrito e dispondo de escolas, oficinas, gráficas, iluministas, estudiosos, ela buscou

esforçadamente conhecer e participar do que faziam os ibéricos em sua disputa ao redor do eixo de Tordesilhas.

Martin Behaim destacou-se. Indo, da Nurembergue nativa a Portugal, incorporou-se a uma das incursões aventurosas, percorrendo parte da costa africana que então se desvelava. Na Lisboa acessível à influência alemã, leu o que havia para ler, entrevistou velhos marinheiros, adquiriu cadernos de notas e rabiscos de memórias. Já em seu país debruçou-se a produzir livro que impressionou tanto pelo que disse como pela forma como o fez, a respeito das terras e mares do Atlântico sul. No resumo de Barradas de Carvalho: "surge-nos um texto redigido em latim na última quinzena do século XV, intitulado **De prima inventione Guienae** redigido por Martin Behaim a partir de um relato oral que lhe teria feito Diogo Gomes, velho marinheiro e navegador do tempo de D. Henrique".

Martin tornou-se herói e lenda entre os interessados pelo assunto dos Descobrimentos e quando os italianos exaltaram os descobridores Colombo e Vespucci, os franceses quiseram a descoberta do Brasil para Jean Cousin, os espanhóis reclamaram tal glória para Alonso de Ojeda, Yañez Pinzón, Diogo de Lepe, numerosos e responsáveis alemães reivindicaram para Martin Behaim o papel atribuído a Cabral. Veremos isso adiante neste artigo.

Martin perseverou. Em 1492 construiu um dos mais famosos globos terrestres. O globo revela o entendimento que a Europa sustentava quanto a proporção de águas e terras. Em 1513, outro globo assinala a nossa Baía de Todos os Santos grafada como Abadia.

Esse entusiasmo teutônico pelas rotas devassadoras e pelos povos exóticos chegou ao convento dos cartuxos de Freiburg, chefiado por um abade sábio e curioso. Gregor Reisch, entre missas e vigílias compôs uma enciclopédia - **Margarita Philosophica** - que entusiasmou o público de 1496 e nas sucessivas reedições incorporou as novidades seguidamente trazidas pelos mareantes de todos os extremos. Na impressão de 1509 enquanto Portugal se esforçava por impedir que se falasse e escrevesse sobre a posse americana, aparece pela primeira vez algo como Brasil - **paria sive Prisilia**.

Quase nos mesmos dias em que Reisch recolhia informações sobre o Mundo Novo, Martin Waldsemueller, natural de Baden, ganhou

as atenções dos estudiosos com o mapa **Universalis cosmographia**. (1507). Nove anos decorridos, lançou a **Carta marina navigatória**. A Waldseemüller deve-se o ter ganhado o Novo Continente o nome América embora ele o tivesse circunscrito à América do Sul. Impressionam ainda hoje, as minúcias com que foi desenhado o litoral continental. E ele o fez antes que Magalhães cruzasse o estreito e que Pizarro conquistasse o Peru. De onde tantas e tão exatas informações se nem Munster (1542), nem Ortelius (1587), nem Mercator (1595) o acompanharam no traçado e nas denominações? Somente Peter Reinel, um entusiasta pelo feito de Magalhães desenhou com tais detalhes a costa brasileira.

Do muito por admirar e discutir nessa fase da altíssima produção cartográfica alemã no referente à América e ao Brasil, ganha destaque a atuação de Johannes Schörner.

Seus chamados **globos de Nuremberguer** faziam sucesso por levarem ao nível popular os conhecimentos e as extravagâncias do tempo. Mas quando Schörner mostrou Atlântico e Pacífico ligados por um estreito rasgado no extremo sul do continente sofreu duras restrições. Pois em 1522, quando talvez Johannes já não mais vendesse globos nas feiras, estas foram invadidas por folhas avulsas narrando a epopéia de Fernão de Magalhães que encontrara e cruzara aquele estreito ao realizar a primeira viagem de circunavegação da Terra.

Schörner e Magalhães - e quem sabe quantos curiosos mais - teriam tido acesso ao segredo severamente guardado pelos portugueses em torno do mapa Cauda do Dragão {Cola Del Drago} oferecido em Veneza ao Príncipe Perfeito e por este doado ao seu irmão Henrique, O Navegador? A suspeita de que tenha visto e até se apoderado desse mapa é robustecida pela referência de Dreyer-Eimbeck: "em Lisboa, Magalhães tivera contato com alemães, que, em suas funções de tipógrafos, cartógrafos e navegadores gozavam de grande influência na corte portuguesa". A viagem de Magalhães e a existência do estreito obcessionaram alemães para além do que fica dito. Foi em Colônia, 1523, que apareceu o primeiro relato amplo sobre o assunto, intitulado **De Molucci Insulis**. Surgiu com chancela que lhe transferiu credibilidade: carta de secretário de Carlos V relatando o ocorrido ao arcebispo de Salzburgo.

O Brasil esteve muito presente nessas elucubrações e nessas verdades dos cartógrafos teutos.

DINHEIRO ALEMÃO AJUDA AS DESCOBERTAS

Navegantes, cartógrafos, também capitalistas. E tão bem recebidos que a 13.2.1503 o rei Manoel concedeu aos banqueiros Welser tais e tantos privilégios que julgou bem declarar no mesmo despacho serem tais favores "a nenhuns outros nem aos nossos súditos ainda concedidos". Os Welser instalaram feitoria e mandaram-na administrar por homem mais categorizado do que o comum dos feitores: Simon Seitz conhecido e acatado em todo o reino.

E bem que o Simon precisou de habilidades. Seu maior concorrente junto ao rei e aos armadores de frotas foi exatamente outra família de grandes banqueiros alemães, os Fugger. Instalados, estes quiseram do rei os mesmos favores dados aos Weiser. E os obtiveram a 6.10.1503.

Dessa atuação dos capitais alemães no avanço português sobre continentes e oceanos nos ficou o relato curioso, minudente, do feitor Lucas Rem. Fez crítica da política e crônica da sociedade lusa. Lisboa era então a cidade mais populosa, rica, trepidante da Europa. Diziam-na "lente do mundo". Dreyr-Eimbeck afirma que "todos os navios ancoravam na **Alis ubbo**, a **baía alegre** dos árabes".

Tantos eram os alemães e tão envolvidos em negócios que tinham o seu próprio tabelião, Valentim Fernandes, que Sérgio Buarque de Holanda diz ser alemão. É em seus livros que portugueses animosos registram declaração importante: afirmam ter precedido Ojeda, Lepe e Pinzón no entrar pelo mar caribenho. É ainda Valentim quem fez, em alemão portanto, a cópia existente do **De prima inventione Guyanae**.

Na armada de Cabral, estiveram os arcabuzeiros freqüentes nos barcos lusos. E logo, São Vicente, o primeiro núcleo de povoadores de que temos notícia, registra a presença de alemães. São Vicente é aglomerado de étnicas - portugueses, espanhóis, italianos, alemães, ingleses - gravitando em torno de dois assuntos e interesses: fornecer navios de passagem para o Sul - o Pacífico espanhol - e de caçar e vender escravos a navios que vêm buscar pau-brasil, pimenta, algodão, macacos, papagaios. Um documento valioso revelou à Europa a vila e as suas atividades, sem referir-se a elas pelo nome.

‘NEWEN ZEYTUNG’, APOLOGIA DO BRASIL

Alemães estabelecidos em Lisboa investem nas viagens à Índia e nos que terão sido dos primeiros empreendimentos produtivos em terra brasileira. Cristóvão de Haro é um desses negociantes de atuação transoceânica. Estaria cogitando em ampliar atividades no Brasil - é Dreyer-Eimbecke a levantar a hipótese - requerendo para tanto financiamento de investidores alemães. Fez verter para o alemão um curioso documento anônimo, datado de 12 de outubro de 1514, e imprimiu-o em 1515, fazendo-o distribuir entre clientes abonados de Augsburg. Transformado no “primeiro depoimento em língua alemã sobre nossa terra”, ganhou o nome **Newen Zeytung auss Presilg Landt** (Nova Gazeta da Terra do Brasil). Redigida em alto alemão, insiste em mencionar o **Brasil inferior**, ou seja, o do sul (Rio de Janeiro, São Vicente, Ubatuba, Cananéia) o que levou Joaquim Ribeiro a supor que o autor tivesse estacionado durante algum tempo naqueles lugares. Perdidos os exemplares ao longo dos séculos, a carta deslizou para o arquivo das alucinações que encantaram e seduziram aquele tempo e aqueles homens. Duvidou-se de que tivesse existido. Até que, em 1895, Konrad Habler descobriu, exatamente em Augsburg e no arquivo dos banqueiros Fugger uma cópia manuscrita e a **Newen Zeytung** voltou à atualidade. Há edições em várias línguas.

Varnhagen incorporou o texto à sua **História Geral do Brasil**. Joaquim Ribeiro fez o mesmo na **Biblioteca Histórica Record**. A Clemente Brandenburguer devemos criteriosa tradução da Carta que descreve - não se identificou ainda com quanta precisão e quanta imaginação - um Brasil nascituro e já disputado.

Disputado até quanto ao Descobrimento. Muitos, aqui e ali desclassificam Pedro Álvares Cabral desse privilégio. Alemães atribuíram o feito a um seu patrício.

MARTIN BEHAIM, O DESCOBRIDOR?

É certo que Martin percorreu trechos apenas descobertos da África. Os que o candidatam ao lugar de Cabral brandiram em seu apoio

o depoimento de Pigafetta a respeito de ter um dos mapas de Behaim localizado o estreito ligando os oceanos antes da passagem por ali de Fernão de Magalhães. E robusteceram-se com a carta do imperador Carlos V apontando o cartógrafo de Nurembergue como o "explorador mais notável, mais viajado dentre os meus súditos".

Esgrimindo esses argumentos, escritores germânicos dos séculos XVII e XVIII sustentaram "os direitos" de Martin. Logo em 1561, Wilhelm Postel, na **Cosmografia** gravou **Martini Bohemi Fretume** não Magallanes ou Magalhães para identificar o famoso estreito. E em 1628 na cátedra de Nurembergue, Wegenseil ensinou que "seu conterrâneo Martinus" estivera na América (algum ponto do Brasil) e cruzara pioneiramente o estreito. Buarque de Holanda arrola também a dissertação editada em 1714 em Franc-forte-sobre-o-Meno, **De vero Novo Orbe inventore** que atribuiu a Martin o primeiro olhar sobre a América. Dezesseis anos depois -1730 - Johannes Zeidler incluiu no **Léxico Universal** a afirmativa conciliadora de que Behaim, navegando sob bandeira da Borgonha recolhera os dados que, divulgados, possibilitaram os feitos de Colombo e de Fernão. Mais vinte anos e o reclamo não havia cessado como se depreende do **Léxico** assinado por Jocher. Não admira pois, haja sido esboçado um movimento que propunha a troca do nome **América** pelo de **Behaimia**. Ou, conforme uma variante: **Boemia Ocidental**.

Foram, porém, alemães como Reichenbach e Sigmund Günther que, na metade do século XIX fizeram, com seus estudos e depoimentos, arquivar a reivindicação pró-Martin Behaim. A qual, no entanto, ganhara prestígio a ponto de entusiasmar pessoas como Benjamin Franklin.

A hipótese não teria surgido e tomado corpo não fora volumoso e duradouro como foi o entusiasmo alemão pelas aventuras em chãos do Novo Mundo e o seu interesse comercial pelo Brasil Quinhentista.

RUMO A SÃO VICENTE: AVENTUREIROS E COMERCIANTES

Financista do nível dos Fugger e dos Welser e outros, com menores propósitos e recursos, cogitaram do comércio com selvagens

ingênuos que trocavam madeiras tintórias por espelhos e fitas. Mas também aventureiros, fugitivos das galés, sonhadores, erradicados da gleba aglomeraram-se em Lisboa pedindo lugar nos barcos prontos para abrir velas rumo às praias onde tudo era possível.

Os candidatos alemães não terão encontrado maiores dificuldades. Havia alemães por toda parte, prontos a ajudar seus irmãos de etnia e de idioma.

Staden, um dos aventureiros, deixa perceber essa espécie de "rede de apoio". Ao chegar a Lisboa "me recebeu, em sua estalagem, um hoteleiro alemão", o qual era jovem e se chamava Lehur. Lehur, além de hoteleiro agenciaria marinheiros protegendo os germânicos: "colocou-me como artilheiro no navio de um capitão por nome Penteado. Ele já havia conseguido desta maneira, empregar diversos patrícios". E estes seriam muitos pois no barco do Penteado viajaram outros alemães segundo Hans que nos transmitiu o nome de dois deles Johann Bruchhausen e Henrique Brant de Bremer.

A fraternidade exercia-se também no outro lado do oceano. Staden naufragou diante de Itanhaem. Sucedera o mesmo a outros que ali esperavam ajuda e retorno enviados de São Vicente. Mas Staden era alemão e em São Vicente, capital da área, a comunidade alemã era influente e solidária. Ali Hans foi "bem recebido - afirma Francisco de Assis Carvalho Franco (10) - pois tinha patrícios seus estabelecidos". E mais: "sendo bom artilheiro foi contratado, em 1553, para a função de condestável da fortaleza de Bertioga". Assim, o moço de Homberg passou a comandar os canhões do segundo baluarte da defesa portuguesa diante da primeira vila erigida na colônia.

Como, quando, teriam se instalado esses teutões em São Vicente? Há quem diga que logo depois da chegada de Cabral quando o reino, empolgado com as promessas da Índia não pode dar atenção total à descoberta americana. E mesmo, há quem afirme, antes ainda de Cabral, haveria, atividade comercial de franceses, alemães, portugueses.

Ao certo, oficialmente, ficamos com o relato de Pero Lopes de Sousa (**Diário da navegação** - 1530) que nos garante terem vindo alemães na frota colonizadora - não mais exploradora - de Martim Afonso. Se colonizadora, fixaria habitantes. Os alemães mencionados no Diário teriam ficado? Seriam os Roesel, os Schetz?

Philip Ziegler, gravador especializado em aventuras de alemães nos mares distantes produziu valiosa - histórica e financeiramente falando - gravura mostrando as ilhas de Santo Amaro e São Vicente. Vemos tabas, índios, meandros de rios, Staden, as vilas de IteneEhm (Itanhaem), Brikioka (Bertioga), S. Maro. Ao trabalho, Ziegler intitulou América das ist! Esfindung und Offenbahrung der Newem Welt/ deroselbigen Völcker Gestalt/ Sitten/ Gebrauch/ Policey und Gottesdienst/ in dressing vornemst Schiffährten Kuntzlich und ordentlich zuzamen gefasset ...

UM ESTRANHÍSSIMO COMBATE NAVAL

Sabemos amiudadamente o que sucedeu a Hans Staden. Porém vale a pena enfatizar uma circunstância inédita a ponto de o seu descrever assemelhar-se a uma criação novelística. O fato ganha credibilidade por também ter sido referido em fonte francesa.

Aconteceu na barra do Rio de Janeiro, num dia de outubro de 1554, tempo em que, no dizer de Capistrano de Abreu, não se sabia se ao final o Brasil seria português ou francês, tão acirrada a disputa. Nesse dia, por fim, Hans Staden lograra obter um lugar a bordo do barco Catherine de Vateville, francês, e retomava a Europa. Nesse dia, o alemão vicentino Peter Roesel, feitor do engenho dos alemães Schetz, tendo levado açúcar e outros produtos ao Rio de Janeiro voltava a São Vicente, com o navio carregado. Saem quase juntos. O francês decide tomar o vicentino. Desce ao mar vários botes levando arcabuzeiros e artilharia. Obrigam Hans Staden a servir como intérprete, afinal já dominaria bem o português: que o navio vicentino se renda. Durante minutos, o alemão Staden, falando em português, intima o alemão Roesel a entregar um barco e tripulantes portugueses a um corsário francês. Roesel nega-se e começa o combate. Provoca ferimentos e mortos entre os franceses. Porém o mais ferido entre os atacantes foi o alemão Hans Staden. Este Peter Roesel merece melhor estudo. Terá sido um líder entre os seus e os vicentinos. Feitor de engenho era cargo que, a exemplo do que vimos com Hessus, requeria preparo, certa cultura. Roesel é referido por Staden e por Schmidl como capaz e disposto a auxiliar os seus patrícios em dificuldades. O engenho que comandou foi o primeiro do Brasil, mandado construir por Martim

Afonso de Sousa e por isso chamado “Engenho do Governador”. Quando chegou às mãos de Erasmo Schetz surgiu nos documentos sob a forma Scheter. E de Esquetes nos papéis em que recebe terras de sesmaria para a formação do canavial.

E houve, então, em São Vicente, momento em que os dois únicos engenhos de açúcar da colônia moeram sob a direção de alemães. No segundo engenho, o de nome São João, fundado pelo italiano José Adorno, o dirigente era Helius Eobanus Hessus. Natural de Bochendorf, no Hesse, cursou a escola superior de Marburgo e em 1548 ou 1549 partiu para o Brasil contratado para gerir os negócios de Adorno. “Guarda-livros”, especifica Carvalho Franco, encargo que condiz melhormente com os estudos em Marburgo.

Um homem de família de intelectuais (seu pai, humanista e escritor teria sido amigo de Lutero), formado em universidade, vem negociar açúcar, tabaco e quase certamente indígenas, que é o que fazem quase todos em São Vicente. E São Vicente era a capital do Sul. Possuía estaleiro para reparos, abatedouro, oficinas, armazéns, engenhos. Até, consta, um cenáculo literário com o concurso de jesuítas, fidalgos ilustres como os Adornos, homens capacitados como Eobanus Hessus. O que Hessus levaria para tais encontros, para retribuir, por exemplo, ao Adorno que, sabe-se, desembarcou sobraçando um exemplar da *Comédia*, poema de um florentino chamado Dante Alighieri?

Hessus também seria homem de armas e de sertão. Quando os vicentinos, obedecendo aos primeiros impulsos da vocação povoadora começaram a descer para o sul fundando fazendas e vilarejos foi ele o guia de algumas das tropas que abriram o interior do hoje Estado do Paraná. Há quem o aponte co-fundador do Rio de Janeiro e de Curitiba.

Quanto ao homem de armas, em 1565 foi posto no comando do reforço recrutado na sua região para socorrer Estácio de Sá em dificuldades para expulsar os franceses instalados na Guanabara. Tendo se conservado luterano numa São Vicente fortissimamente católica, comandou o ataque de uma força católico-portuguesa contra calvinistas franceses. José Adorno, seu patrão, seguiu nesse mesmo contingente. Porém, como simples combatente, ou seja, subordinado militarmente ao seu subordinado burocrático. Prova do conceito favorável em que era tido Heliodoro Eobanus Hessus. O qual soube exercer a função de comandante

com bravura tamanha que encontrou a morte, com numerosos dos seus comandados, no dia 8 de junho de 1568, na Praia dos Marinheiros / Niterói, enfrentando franceses desembarcados de uma nau.

Igualmente têm a ver com o núcleo germânico de São Vicente as primeiras e mais saborosas crônicas - se excluirmos as cartas-crônicas de Américo Vespucci e os três documentos remanescentes da escalada cabralina em Porto Seguro - das primeiras décadas: a de Hans Staden - *Warhaftige Historia und beschreybung eyner Landtschaft der wilden nackeren grimmigen Menschfresser Leuthen in der Newenwelt América gelegen* (**Verdadeira história e descrição de uma terra de gentes selvagens nuas, ferozes, devoradoras de homens, situada no Mundo Novo da América**). Título altamente promocional, sem dúvida. Editado em Marburgo no ano 1557 impressionou tanto a Europa que atravessou os séculos continuamente reeditada e não só em alemão ou português mas também em latim, holandês, francês, inglês, espanhol.

O segundo título, o **História verdadeira de uma viagem curiosa feita por Ulrich Schmidl, de Straubing na América ou Novo Mundo, pelo Brasil e Rio da Prata desde o ano de 1554**. A publicação é de 1599. De certa forma os textos se completam: o de Staden transmite as façanhas, usanças, padecimentos, ufanias, miséria, glória e morte de indígenas e de brancos: O de Schmidl fixa a geografia e o viver na vastidão paraguaio-brasileira entre Assunção e São Vicente. Pelos olhos e os sentimentos de dois alemães expedidos a vanguardear a curiosidade europeia pelo Novo Mundo, herdamos retratos de costumes, motivações, expectativas do índio, do branco, do mameluco dos primeiros tempos.

Também por aí ocorreu a integração de alemães no amanhecer do Brasil. A sua influência pode ser resumida em dois pronunciamentos que, por singelos e não direcionados à glorificação, resultaram eloquentes e a obra **Capítulos inéditos da História do Brasil** de Joaquim Ribeiro, ao justificar o trágico final da Revolta de Beckman (1684, Maranhão) atribui tal desenlace ao fato de que "nenhum, dentre os conspiradores, possuía o gênio enérgico e intrépido do Bequimão, cuja energia e intrepidez faziam lembrar o sangue teutônico dos ancestrais". Manuel Beckmarm, líder e vítima, nascido em Lisboa, era filho de alemão.

E Assis Brasil, no volume I da obra **Bandeirantes** julgou perceber na frase de Oliveira Vianna pelo menos uma das razões que

fizeram dos devassadores de sertão os gigantes que mesmo seus maiores inimigos reconhecem. E transcreveu-a: "Os nossos sertanistas e bandeirantes antigos no seu viver fragueiro e nas suas proezas assombrosas, oferecem numerosos pontos de contato e analogia com os homens da raça germânica".

VILLEGAGNON E A FRANÇA ANTÁRTICA: UMA REAVALIAÇÃO

Paulo KNAUSS

O livro em apreço, de Vasco Mariz e Lucien Provençal (Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Biblioteca do Exército, 2000) com apresentação de Arno Wehling) é muito bom, pois apresenta uma biografia circunstanciada da Europa da época e, em especial, da França. Sem dúvida, é o melhor mérito do trabalho, pois esse é o grande desafio dos estudos coloniais, na minha opinião. Devo sublinhar que colocar Villegagnon na história e sem romancear, como tantos no Brasil já fizeram, foi uma tarefa muito bem realizada. É a primeira biografia, de fato, de Villegagnon no Brasil. Do meu ponto de vista, julgo que na historiografia contemporânea cada vez é mais difícil reconhecer a objetividade do acontecido. História é experiência e, portanto, as distintas visões dos atores sociais podem e devem ser valorizadas.

Isso dito, parece muito oportuno destacar o fato de que os franceses não sobrevalorizam a batalha de 1560, enquanto os portugueses se contrapõem a isso. Trata-se de um combate pelo fato real, pois as diversas versões estão sempre sendo reconstituídas. Devemos sublinhar o contraste das proporções e assim o bom leitor saberá medir que o acontecido ficou entre o minimalismo francês e o exagero lusitano. Mas chamo a atenção para a gravura de André Thevet do combate: ela é a imagem de uma grande batalha e isso pode ser uma pista para admitirmos que, considerando as proporções da época e do mundo colonial, certamente a luta foi importante. E se considerarmos o envolvimento das forças indígenas, aí então teremos outra proporção maior ainda. O relato de Mem de Sá, nos seus instrumentos publicados nos Anais da Biblioteca

Nacional, talvez possa ser complementar aos textos de Anchieta sobre o assalto final ao forte de Coligny.

Quanto aos sobreviventes franceses, considero que talvez eles não fossem apenas os fugidos da ilha,⁶ mas também aqueles que estavam isolados desde 1557, oriundos do grupo genebrino e do grupo de Cointa. Além disso, não é possível afirmarmos inteiramente que o comércio francês com o Brasil, entre 1560 e 1567, tenha sido interrompido. O projeto da feitoria estava destruído, mas isso não significa que a possibilidade do comércio colonial não tenha perdurado, pois afinal de contas bastava o consentimento dos índios e a mediação de um intérprete eventual. Portanto, é bem possível que os últimos franceses a chegar ao morro da Glória fossem oriundos da ilha, e encontraram por certo muitos outros que ali estavam com outra origem. É indiscutível que Cointa auxiliou os portugueses no combate, indicando as condições defensivas das forças francesas com descrições da ilha e do arsenal.

Não concordo, porém, com aqueles que aceitam a idéia da fundação da cidade francesa de Henriville.. Considero que precisamos buscar uma definição de cidade, seja pela sua densidade populacional (critério demográfico), seja pela infra-estrutura (critério da engenharia urbana), seja pela identificação da produção secundária ou terciária (critério econômico), seja pelo fato de ser sede do poder (critério político). Não me parece que se possa aplicar qualquer desses critérios acerca de Henriville. Considero que há ali um projeto de cidade, uma intenção de fixar contingentes populacionais, estabelecer uma infra-estrutura (a olaria), fixar atividades econômicas específicas, instalar uma instituição política. Ora, tudo isto não passou de projeto ou intenção. Portanto, é difícil falar na fundação de uma cidade. Diria que foi uma povoação, o embrião de uma ocupação da área que corresponde à atual cidade do Rio de Janeiro. E que não chegou a assumir um perfil definido. Estas considerações, entretanto, em nenhum momento discordam dos fatos enumerados pelos autores para afirmar a existência de Henriville, ainda que defendam uma outra conceituação.

Confesso que antes tinha dúvidas sobre Henriville, mas hoje não as tenho mais, a partir da leitura do livro em pauta. E agradeço muito essa contribuição. A dúvida que coloco é a mesma acerca de Cananéia, que pode ser considerado o primeiro povoamento do Brasil, mas não a

primeira cidade, que indubitavelmente foi a vila de São Vicente, ou a rigor podemos considerar apenas Salvador. É o conceito operado que muda a definição. Ao terminar esta rápida resenha, devo dizer que a leitura deste livro representou para mim, nos últimos tempos, uma grande fonte de alegria. E como o espaço e o tempo são limitados, preferi concentrar meus comentários nesses dois pontos importantes para o estudo da França Antártica.

ALGUNS LOGRADOUROS PÚBLICOS DE CAMPINAS: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO

Duílio BATTISTONI FILHO

Qualquer razoável manual de estudos sobre desenvolvimento urbano na Europa registra que, entre a segunda metade do século XV e o século XVIII, significativas intervenções transformaram as paisagens de suas principais cidades.

Entretanto, recuemos um pouco no tempo e podemos verificar que na Idade Média, a praça era uma regalia no acanhado tecido intramuros. As cidades quase não possuíam áreas abertas não-religiosas nos limites do espaço construído (fora e dentro do muro) e, quando existentes, serviam para recreação ou treinamento militar. As "piazzas" italianas abrigavam rituais de variada natureza, religiosas ou seculares como: casamentos, funerais, execuções, comemorações, torneios, corridas, encenações teatrais. Na Espanha, a "plaza mayor" medieval situava-se deslocada do centro urbano, muitas vezes extramuros.

A vida na praça pública era permeada pelo universo do riso, do escárnio, da festa, numa dinâmica distinta da cultura religiosa ou aristocrática. A cultura popular, não-oficial, dispunha, na Idade Média e ainda durante o Renascimento, de um território próprio e de uma data própria: a praça e os dias de festas e de feira. O primeiro grande espaço aberto europeu foi a praça de São Pedro em Roma, obra maiúscula de Lorenzo Bernini, no século XVII.

O plantio de árvores em praças não era usual na Idade Média. A natureza organizada em forma de jardins comparecia em espaços privados, como claustros conventuais. Os famosos jardins de Versalhes, construídos na época de Luis XIV, estavam reservados ao rei e à nobreza.

Entretanto, foram franqueados ao público no reinado de Luis XV e, constituíram, no momento de sua abertura, no espaço cotidiano na Europa.

A partir do século XV as praças se transformam em passeios ajardinados. Era comum a reunião de pessoas, ver homens e mulheres bem vestidos, contar e ouvir as novidades, assistir a apresentações musicais, mostrar filhas na busca de maridos, homens finos admirando e fazendo a corte a mulheres. Os jogos sociais e sexuais com a tácita concordância entre seus praticantes, tudo isso tinha como palco magnífico os jardins públicos.

Um dos aspectos marcantes no ambiente dos jardins era a germinação da idéia do silêncio em público: as pessoas poderiam apenas passear ou ficar sentadas, em silêncio. Os antigos privilégios da praça pública em festa restringiam-se cada vez mais. Efetivamente, da concentração complexa e caótica da praça, buscou-se a concentração organizada e elegante do jardim. Praça pública e jardim público abrigavam, dos séculos XVI ao XVIII, a convivência dos opostos. Talvez o jardim como antídoto moderno à praça medieval. O jardim como a antítese da praça.¹

O primeiro Passeio Público ou Jardim Público criado na América foi o do México em 1592. No Brasil o primeiro foi o do Rio de Janeiro cujo desenho original coube ao Mestre Valentim. Na segunda metade do século XIX, o Passeio Público foi totalmente remodelado pelo paisagista francês Glaziou. Alguns viajantes europeus, nessa ocasião, deixaram impressões lisongeiros sobre esse logradouro. Para John Luccock, comerciante inglês que esteve no Rio de Janeiro no período de 1808 a 1818 era um dos lugares mais aprazíveis do Rio. O cônego Luís Gonçalves dos Santos, alcunhado de Padre Perereca, em seu livro "Memórias para servir à História do Reino do Brasil", publicado em 1825, nos diz que "este terreno do qual se gozaa mais bela vista da barra é totalmente lajeado de pedra mármore e tem assentos, por um e outro lado, também de pedra". Apesar do desleixo das autoridades municipais ainda é um dos cartões-postais do Rio de Janeiro.

⁽¹⁾ Segawa, Hugo. AO AMOR DO PÚBLICO: JARDINS NO BRASIL. São Paulo: Studio Nobel, 1996, p. 49.

Em São Paulo o primeiro logradouro a ter o nome de jardim foi o da Luz, que ainda conserva o nome e que continua sendo um dos locais mais encantadores dos paulistanos.

Em Campinas, o jornalista Henrique de Barcelos, numa crônica publicada em 1897, traça um retrato pessimista da urbe campineira em 1869: "A cidade era uma mesquinha aldeia. Não havia calçamento. Na rua Direita, os quarteirões hoje mais freqüentados da cidade, apenas algumas tiras de pedras bicudas, terror dos calos e alegria dos sapateiros. Na rua do Comércio havia buracos enormes onde cabia um homem. A Igreja do Rosário era então a única decente. A Matriz Nova com uma fachada de taipa era uma ruína. Dentro chovia, e foi milagre conservarem-se restos dos primores de Vitoriano dos Anjos. No Largo do Rosário, da Cadeia e do Teatro, a erva crescia. Os meios de comunicação eram difíceis. De cinco em cinco dias, é que chegavam os jornais da Corte. Falava-se vagamente na criação da linha paulista de Jundiaí esta cidade. Em outras cidades, como Limeira, havia iluminação pública a querosene. Entre nós, antes da inauguração do gás, em 1875, não havia iluminação de espécie alguma. As raras companhias que aqui vinham pouco faziam, os freqüentadores contavam-se. Nos camarotes não havia cadeiras. As famílias adotaram então o meio de mandar cadeiras para o teatro. Nos intervalos tomava-se chá e saboreava-se cuscuz².

Apesar dos exageros do citado jornalista, Custódio Manuel Alves afirmava que havia pavimentação em três ruas. Eram elas: parte da quadra da atual Dr. Quirino (rua do Meio), a atual Barreto Leme (rua da Matriz Velha) e a atual Francisco Glicério (rua do Rosário).

Diante desse quadro a Gazeta de Campinas, em 1871, alertava a Câmara Municipal para incluir no orçamento da cidade uma parcela referente à iluminação pública. O mesmo jornal comentava que "a nossa cidade é uma daquelas onde o asseio público das ruas nunca se fez recomendar como exemplo para ser imitado em parte alguma".

Inaugurada a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1872, na falta de um local apropriado para reuniões familiares, já que o Teatro São Carlos estava reservado para a elite, tornou-se moda entre as

⁽²⁾ Mendes, José de Castro, HISTÓRIA DE CAMPINAS, CORREIO POPULAR, 8/8/1968, p. 5.

famílias campineiras o passeio pela gare da Estação, todas as tardes à espera dos trens que chegavam de São Paulo.

A população, contrariada, passa a exigir reformas urgentes, pois queria uma praça, um Passeio Público, como já existia em outras cidades. As praças existentes eram redutos de cães vira-latas, a maioria sem dono obrigando a Câmara, através de um Código de Posturas, determinar que os donos cuidassem de tirar das ruas os animais mortos e ordenar aos seus fiscais o seu extermínio. Alguns queriam no Largo Municipal, num terreno do antigo bairro do Cambuizal; outros, no Largo do Mercado, mais central. Depois de muitas discussões que pareciam intermináveis, a Câmara optou pelo primeiro, onde hoje está o Centro de Convivência Cultural.

Ali nasceria o Passeio Público ou Jardim Público. A Gazeta de Campinas aplaudiu a iniciativa da Câmara, em dezembro de 1877: "Bella e agradável reunião no vasto Passeio Público (...). Os jardins estão começando a florescer, as árvores crescem (...) de modo que daqui a pouco tempo estará o Passeio Público de Campinas rivalizando-se com os melhores de outras cidades". E anunciaria para domingo de Natal daquele ano uma retreta com a Banda de Música do conceituado maestro Azarias.

Diferentemente de outras praças centrais que abrigavam feiras livres, exposição de escravos ou eram apenas locais de passagem, o Jardim Público foi praticamente o primeiro espaço coletivo da cidade ao ar livre onde a sociabilidade, com sabor de lazer, floresceu.

Em 1879, depois de uma campanha entre moradores ilustres da cidade, que deram dinheiro e fazendeiros renomados que ofereceram plantas e emprestaram escravos para o seu melhoramento, o Jardim Público, iluminado com lanternas japonesas, foi oficialmente inaugurado ao som das Bandas de Música.

A 14 de maio de 1880 promovia-se um festival com as bandas de música de Santana Gomes, União dos Artistas e Sociedade Carlos Gomes, oferecendo-se algumas senhoras para coletar donativos destinados à compra de bancos para o local.

Outros melhoramentos posteriormente foram introduzidos no logradouro como o Quiosque-bar, a gruta de cimento, lago artificial, um pequeno jardim botânico e o chafariz Paulo e Virgínia. Em um

domingo, a 18 de fevereiro de 1883, inaugurava-se o coreto de ferro trabalhado, oferta do comendador Guilherme Lidgerwood, importante industrial da cidade. Abrindo um parênteses que se impõe, lembramos que, culturalmente o coreto representa uma projeção da sociedade européia da segunda metade do século passado, com sua predileção por jardins, música e passeios ao ar livre, presentes na pintura de Ingres, Seurat, Manet e Degas³.

Nesta época do imperialismo inglês, da Segunda Revolução Industrial, surge a arquitetura de ferro e o coreto adquire notoriedade, presença obrigatória em muitas cidades brasileiras. Era dotado de escadas e peitoris de ferro fundido e coberto com lâminas de ferro galvanizado ou zinco. Hoje, os coretos estão praticamente abandonados, vazios, lembrando uma época romântica que já vai longe. Infelizmente, hoje, os nossos jovens preferem a música das discotecas, os video-games, os shows que normalmente a televisão apresenta. Ainda recordamos a marchinha carnavalesca dos anos 50 que dizia:

"Todo domingo
 havia banda
 no coreto do jardim
 Inda de longe
 já se ouvia
 a tuba do Serafim".

Mas voltando ao Passeio Público, o cronista campineiro Leopoldo Amaral comentava as festividades dizendo "que o local se achava lindamente preparado de flâmulas de cores, bandeiras de nacionalidades diversas, vistosos arcos de folhagens e flores, em que se viam estes dísticos - À Guilherme Lidgerwood, Campinas agradece"⁴.

O jardim estava repleto de famílias e gente de toda classe social. Admiravam a elegância do pavilhão todo de ferro, tendo no forro, no centro, um bonito lustre de metal amarelo, para iluminação a gás, representando galhos e folhas das nossas matas, entre as quais se viam pássaros pousados. Quando na época da reforma da iluminação, tal lustre foi substituído por uma lâmpada elétrica de arco.

³ Mello, José Octávio de Arruda. OS CORETOS NO COTIDIANO DE UMA CIDADE, Fundação Cultural do Estado da Paraíba, 1990, p. 81.

⁴ Amaral, Leopoldo, CAMPINAS RECORDAÇÕES, Secção de obras d'"O Estado de São Paulo", 1927, p. 319.

Campinas contava então com o seu Passeio Público grandemente enriquecido com a colaboração da iniciativa particular, como vimos. Concertos musicais eram ali realizados por eminentes corporações, assim como quermesses realizadas em benefício do Asilo de Órfãs, do Centro de Ciências, Letras e Artes e pró construção do monumento aos voluntários de 1932.

O Jardim Público teve um significado importante na vida social de Campinas no final do século XIX e nos primeiros decênios do XX. Representou um espaço de lazer laico, não mais sob a tutela e vigilância da Igreja que até então ordenava os festejos por ocasião das datas religiosas. Não foi, entretanto, uma iniciativa da sociedade civil organizada, mas apenas a ocupação do espaço da Igreja pelo Estado na ordenação das relações sociais. Ao invés da Igreja, o Palácio, no lugar do adro, o Jardim, em vez das ladainhas, as polkas e dobrados das bandas oficiais.

O Jardim Público passou por amplas reformas, transformando-se num belo Parque Infantil. Desapareceram algumas espécies da flora, o lago artificial, o chafariz, a gruta, e o seu coreto foi transferido para a praça Correia de Lemos na Vila Industrial⁵.

Atualmente, a praça Imprensa Fluminense, o antigo Jardim Público, acha-se quase que totalmente descaracterizada com o corte de muitas árvores e um desenho modificado com a construção do teatro interno. Entretanto, por mais de oitenta anos serviu à população campineira como ponto de agradáveis reuniões sociais e de sadios divertimentos.

Toda grande cidade brasileira, como sabemos, teve a sua origem no "roçio", que era um terreno que o povo roçava para proveito próprio atendendo a finalidades políticas, urbanas e econômicas. Campinas não fugiu à regra. Tal terreno foi doado por Francisco Barreto Leme, fundador da cidade, que cedeu parte de sua propriedade à padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição. Iniciava-se a partir do córrego do Barbosa, depois chamado Serafim (atual córrego Anhumas, na avenida Orozimbo Maia) até na direção para Jundiá e São Paulo. Contudo, com a expansão da cidade e fugindo das ruas centrais acanhadas, que

⁽⁵⁾ Mendes, José de Castro. HISTÓRIA DE CAMPINAS, CORREIO POPULAR, 22/08/1968.

Saint-Hilaire tão bem as descreveu, pergunta-se: como eram abertas, traçadas, demarcadas e construídas as novas ruas que iriam aparecer na época imperial? A resposta está na figura do "arruador", profissional dos mais gabaritados, nomeado pela Câmara Municipal, servindo por quatro anos. Exímio ao manejar instrumentos de medição, sua função era alinhar ruas e becos que devia ter 50 e 30 palmos de largura, respectivamente. Sempre acompanhado de um fiscal, no caso de medição de uma casa, recebia um mil réis por uma frente; por duas ou mais, mil e quinhentos réis. Era escolhido entre profissionais competentes, como engenheiros, arquitetos e, na falta destes, mestres carpinteiros. Na primeira metade do século XIX, observamos que as Posturas eram rigorosas, já que todo tipo de construção e terreno devia obedecer ao alinhamento⁶.

É importante destacar que ao arruador coube a retificação do desenho urbano de Campinas, nos momentos históricos mais significativos de sua existência, desde a época colonial até a fase burguesa, a partir da década de setenta do oitocentos.⁷ É quando a cidade entra na fase da "modernidade" com um crescimento incomum, pois é uma das primeiras cidades do Brasil a ter telefone, cinematógrafo, gravador e outros melhoramentos. Todavia, em termos urbanísticos Campinas era pobre e o arruamento era definido pelas casas sem preocupações com o traçado rígido de influência renascentista.

O Código de Posturas de 1880 aprova a metragem para ruas e travessas, mostrando o alargamento dos espaços públicos, aparecendo pela primeira vez a palavra avenida. Esse novo tipo de via, reta, comprida, com largura de quinze metros e nem sempre arborizada, não será criado no centro histórico, o que naturalmente implicaria altas somas financeiras de desapropriação. Contudo, a expansão horizontal da cidade já permite no século XIX que se abram as primeiras avenidas perimetrais, possivelmente concebidas originalmente como ruas. É o caso, por exemplo, da Andrade Neves, construída durante a implantação da Estrada de Ferro Paulista e importante acesso ao bairro Bonfim. Outra avenida importante foi a Barão de Itapura, primeiro bulevar campineiro, depois transformada

⁽⁶⁾ Lapa, José Roberto do Amaral. A CIDADE: OS CANTOS E OS ANTROS: CAMPINAS 1850-1900, São Paulo Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 42.

⁽⁷⁾ Idem, *Ibidem*.

em via pública de serviços. Finalmente a Júlio de Mesquita, típica via da burguesia campineira originária do café⁸.

Um passeio pelas ruas ao final do século XIX podemos observar que os nomes de muitas delas provêm de eventos nacionais e locais. Assim, com a guerra do Paraguai temos denominações em homenagens às batalhas ganhas e aos seus heróis, como foi o caso das ruas General Osório, Duque de Caxias, Riachuelo, Aquidabã, esta depois transformada em avenida. Com o advento das ferrovias, muitos de seus diretores serão homenageados: Saldanha Marinho, Visconde de Parnaíba e Senador Saraiva. Oportuno acrescentar que com a proclamação da República os antropônimos aumentam nas placas das ruas como: Benjamim Constant, Marechal Deodoro e Floriano Peixoto. Em São Paulo, não podemos esquecer, a praça da República.

A rua da Ponte ficou conhecida com esse apelido por ter uma ponte de pranchões situada na esquina da atual avenida Anchieta, que não existia na época. Essa ponte ligava aquela rua com o largo de Santa Cruz. É a atual Major Solon.

Num vôo rasante sobre o xadrez das ruas imperiais de Campinas temos um caso interessante: o da rua das Flores, aberta em 1853, pura imitação de sua congênere lisboeta da era seiscentista e louvada por Eça de Queirós. Mas havia também em outros países, como por exemplo, na França, onde o escritor Gustave Flaubert a menciona em um de seus romances. Segundo o historiador campineiro Benedito Octávio, a rua das Flores, atual José Paulino, teve essa designação devido à grande quantidade de rosas brancas silvestres em quase toda a sua extensão.⁹ Rezam as crônicas que nesse local foi encontrada assassinada a mulher de Maneco Músico, Fabiana Maria, mãe de Carlos Gomes.

A rua tem um significado todo especial para qualquer pessoa. Ainda observamos a velha cantiga de roda ou modinha muito cantada por adultos e crianças. Quem não se lembra de ter ouvido em algum lugar:

Se esta rua, se esta rua fosse minha
Eu mandava, eu mandava ladrilhar

⁽⁸⁾ Goulart, Edmo. RUAS DA ÉPOCA IMPERIAL Campinas, Edit. Maranata, 1983, p. 117.

⁽⁹⁾ Apud, Mendes, José de Castro, HISTÓRIA DE CAMPINAS. CORREIO POPULAR, 8/8/1968.

com pedrinhas, com pedrinhas de brilhante só para, só para meu bem passar.

Em tempos remotos era praxe escrever o nome da rua na parede. Somente a partir de 1880 é que aparecem as placas metálicas. Era comum dar às ruas nome de santo tais como: rua São João, atual Visconde do Rio Branco, naquele tempo centro de ruidosas festas, com balão e foguetório, durante as comemorações dedicadas a São João Batista. A rua Santo Antonio, atual avenida Campos Sales, foi também chamada de Bom Jesus. Naquele tempo as festas ao Senhor Bom Jesus eram das mais populares. Diz a lenda que no Cambuizal havia uma velhinha que guardava uma imagem de Cristo muito milagrosa, e muitas pessoas acorriam ao seu modesto casebre em busca de milagres. Nessa rua, esquina com a José Paulino, havia a casa de negócios de José Mendes Ferraz que vendeu os primeiros pianos na cidade. Também na esquina com a rua Ernesto Kuhlmann aconteceu o primeiro caso de febre amarela que se espalhou por toda a cidade. A rua Regente Feijó, uma das vias mais importantes da cidade, chamada antigamente de rua da Matriz, tinha um acentuado caráter político e musical. Foi nessa rua que nasceu o nosso maestro Carlos Gomes. Nela localiza-se o Palácio dos Azulejos que pertenceu ao Barão de Itatiba, Joaquim Ferreira Penteado por ele construído em 1878 e onde funcionou a Prefeitura Municipal entre 1908 a 1969. Ainda contém um pátio interno onde existe até hoje um raro exemplar de árvore chamado Ginkgo de origem asiática, plantado por um horticultor francês por determinação do barão. Por ser de prolongada construção, havia um grande portão para a entrada das carruagens¹⁰.

Não há registros escritos que nos aponte quando foram introduzidas as calçadas em Campinas. O médico americano Joseph Cooper Reinhardt, mais conhecido pelo pseudônimo de H. Lewis, nos deixou em 1863 um desenho mostrando uma rua central sem calçadas, embora o seu leito carroçável fosse pavimentado. Com o processo de urbanização, muitos melhoramentos são introduzido nas residências campineiras na virada do século, como por exemplo, salas amplas e confortáveis, garagens, fogão elétrico e até banho quente. Os tempos eram de excitação e de surpresas. A maioria dos fazendeiros da região

⁽¹⁰⁾ Pupo, Celso Maria de Mello, CAMPINAS, MUNICÍPIO NO IMPÉRIO. São Paulo Imprensa Oficial do Estado, 1983, p. 51.

tratava de acelerar a mecanização da lavoura e trocar o cabriolé pela novidade mecânica, o automóvel. Com a ascensão deste já começam os atropelamentos. Conta-se que em 1915 a imprensa destaca um grave acidente de automóvel na rua Barão de Jaguará com ferimento do motorista. Nessa mesma rua aconteceu um fato curioso: os fregueses do bar Cristofani ouviram um tuf-tuf se aproximando e quando saíram à calçada para ver o que era, presenciaram um espetáculo inédito: um pequeno automóvel Fiat 1901 avançava entre os cavalos amarrados aos postes e às árvores e estacionava bem defronte do bar. Perplexos, viram uma mulher saltar da direção, entrar no bar e comprar uma carteira de cigarros. Viram-na sair em seguida, saltar de volta ao carro e partir deixando uma leve nuvem de poeira no ar. Os fregueses do Cristofani nunca tinham visto nada parecido. Primeiro, um automóvel de verdade, desses que só se viam no cinema ou nos anúncios dos jornais paulistanos ou do Rio. Depois, uma mulher que entrava no bar e comprava cigarros¹¹.

Quanto aos becos provenientes do século XIX, muitos já ouviram falar do Beco do Inferno, ruela que liga a rua Lusitana à praça das Andorinhas. Era ponto de reunião de vagabundos e prostitutas que promoviam algazaras e arruaças perturbando o sossego público. Agora seu nome é travessa São Vicente de Paulo, por indicação do vereador Ralfo Pacheco da Silva, na reunião ordinária de 2 de julho de 1906 em reconhecimento aos serviços prestados pelas Conferências São Vicente de Paulo à pobreza. O Beco do Rodovalho, situado entre a rua Conceição e Cesar Bierrembach, teve esse nome como uma justa homenagem a Antonio Rodovalho & Irmão, dono de uma firma comercial dedicada à refinação de açúcar. Em 1872, por proposta do Dr. Ricardo Daunt, tal ruela recebeu o nome de Domingos da Costa Machado, neto de Barreto Leme, primeira criança batizada na pia paroquial. Contudo, o povo não acolheu essa denominação, preferindo o nome Rodovalho, que era muito popular.

Finalmente, algumas considerações sobre o pátio. Antigamente a palavra servia também para designar os terreiros de chácaras e sítios. Na Bahia ainda se conserva um local público com este nome. Não nos esqueçamos do Pátio do Colégio de São Paulo.

⁽¹¹⁾ Gomes, Eustáquio, DA VIRADA DO SÉCULO AOS ALEGRES ANOS 20. Correio Popular, 14/07/1995, p. 29.

Até o século XVIII as igrejas tinham adros segundo a documentação histórica existente nos Assentos, Inventários e Testamentos. O cronista Pedro Taques localizou o começo da luta entre os Pires e Camargos, em 1642, no pátio da Matriz de São Paulo, pois ainda não havia Sé.¹²

O pátio da Matriz sempre foi o coração da cidade. Local preferido das cavalhadas, festas do Divino e também dos exercícios militares das Companhias de Ordenanças, substituídas em 1831 pela Guarda Nacional. Era também o local dos leilões, festas cívicas e religiosas, além do costume holandês das quermesses.

O Largo da Catedral de Campinas era, e é o coração da cidade centro de manifestações cívicas e religiosas. Os campineiros mais antigos ainda se lembram dos famosos Congressos Eucarísticos realizados na praça e de construções importantes como o sobrado de Felipe Nery Teixeira e o de Joaquim Aranha Barreto de Camargo, denominado Casa Grande, mais tarde transformado em Grupo Escolar, em 1902. Passada a crise da febre amarela, a cidade passa por uma nova fase de desenvolvimento. Visitando a cidade em 1929, o escritor Humberto de Campos - uma celebridade na época - anotou em seu diário: "é a cidade ideal para a formação de um lar. A principal vantagem que vejo é a ausência de adventícios, de quartéis e soldadesca errando pelas ruas". Sob esse aspecto, a Campinas de hoje nada tem a ver com a que Humberto de Campos viu em 1929: além da qualidade de vida e variedade de quartéis que a cidade abriga, mais de 80% de sua população atual é constituída de adventícios. Felizmente, alguns logradouros continuam belos e majestosos apesar da incúria de nossas autoridades que teimam, muitas vezes, em não preservá-los.

Hoje, com raríssimas exceções em algumas cidades, não se faz mais o tradicional "footing", notadamente pelos jovens que preferem andar pelos "shopping Centers".

É o progresso.

⁽¹²⁾ Almeida, Aluísio de. TOPÔNIMOS URBANOS PAULISTAS. Suplemento Cultural do Estado de São Paulo, 1974, p. 9.

GILBERTO: LUSO TROPICOLOGIA E OCIDENTALIZAÇÃO

Manuel Correia de ANDRADE

1- INTRODUÇÃO

O título do livro **Um Brasileiro em Terras Portuguesas** demonstra que, embora ele apresente uma unidade quanto aos fins a que se destinou, não apresenta uma certa unidade temática e metodológica; ele está muito ligado a um outro livro, "Aventura e Rotina, Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação". Os dois resultaram da viagem de Gilberto Freyre a Portugal e suas colônias, a convite do governo português, de agosto de 1951 a fevereiro de 1952.

A viagem era da maior importância para o Sociólogo, de vez que lhe daria a oportunidade de voltar a Portugal e de conhecer as terras colonizadas e dominadas pelos portugueses, durante cinco séculos, possibilitando-lhe ainda observar e refletir sobre o resultado da ação dos colonizadores portugueses nos países e os povos que dominavam ou dominaram e da forma como estes povos reagiram à influência lusa, modificando-a ou formando novas nacionalidades.

Somos daqueles que, ao analisar o processo de colonização, iniciado pelos portugueses e seguido por outros povos europeus, desde o século XV, admitem não ter havido descobertas, mas invasões, salvo em casos excepcionais como o da ilha da Madeira e do arquipélago de Cabo Verde, que eram desabitadas antes da chegada dos colonizadores; consideramos, porém, uma invasão quando ela é feita em territórios que já eram ocupados por povos desconhecidos ou pouco conhecidos, que lutaram, foram derrotados e tiveram que se submeter a um processo de transformação tanto étnica quanto cultural.

O livro, cuja leitura necessita ser complementada por outra, **Aventura e Rotina**, é formado por um Prefácio, por uma longa Introdução - da pág 17 à 124-, por quatro conferências, duas sobre o luso-tropicalismo, uma sobre a Índia, mais especificamente sobre a personalidade de Gandhi, e uma última sobre o seu mestre e amigo Oliveira Lima.

Uma terceira parte é formada por uma série de discursos feitos em Lisboa, na Índia e na África, em associações e sociedades que arregimentam pessoas, direta ou indiretamente ligadas à administração pública e à vida intelectual; de um longo texto de agradecimento aos que o acompanharam ou o auxiliaram durante a viagem: e, finalmente, uma longa parte de Apensos, formada por discursos de saudação a Gilberto Freyre, incluindo um do escritor Hernani Cidade, e ainda uma série de artigos e notícias de imprensa referentes à obra e às idéias do mestre de Apipucos, um deles, muito bem elaborado e marcante, do grande geógrafo português, Orlando Ribeiro, e outro de um jornalista, Antônio Simões Júnior, publicado no "De Ressurge, Goa", de Bombaim, a 15 de agosto de 1952, este profundamente contrário ao pensamento e à ação, chegando a ser até agressivo ao sociólogo brasileiro.

Foi uma viagem muito polêmica, tendo sido motivada não só pela contribuição que Gilberto Freyre deu, em sua obra, ao estudo e à análise da colonização portuguesa no Brasil, como à sua atuação na Assembléia Constituinte de 1946, no Brasil, em favor da concessão de cidadania brasileira aos imigrantes portugueses radicados no nosso país; era também a ocasião para intensificar os estudos sobre a ação portuguesa na África e na Ásia, visando uma aproximação maior dos povos que falavam a mesma língua.

Ela já foi objeto, inclusive, de debates e contestações, mas não se pode erguer um muro entre os que emitiram opiniões pró e contra, ligando-os apenas a posições ideológicas. Neste mesmo período, Gilberto Freyre foi convidado para ir à Índia, pelo governo de Nehru, profundamente anti-colonialista, e que, em 1961, invadiu Goa e a anexou; o governo da União Soviética, já em plena Guerra Fria, também o convidou para que analisasse as características de uma união que primava pela plurinacionalidade. Este convite lhe foi transmitido pelo seu velho amigo, o romancista Jorge Amado, um dos líderes do Partido Comunista do Brasil. Nestes dois convites, como no anterior, de Portugal, não havia

qualquer vinculação do sociólogo brasileiro a nenhum compromisso de ordem política ou cultural.

Convites deste tipo eram muito prazerosos a Gilberto Freyre, que sempre procurou manter uma forte independência ideológica, fazendo referências elogiosas a pensadores das mais diversas posições, desde Karl Marx até Charles Maurras e Antônio Sardinha.

2 - A VIAGEM E SEUS FRUTOS INTELECTUAIS

Não podemos analisar a viagem em si, que é objeto de outra Mesa Redonda, mas sim a produção cultural da mesma, em três assuntos básicos: o luso-tropicalismo, a posição de Gandhi na Índia moderna e a análise do pensamento e da ação de Oliveira Lima.

Quanto à luso-tropicologia, Gilberto, na longa Introdução e nas duas conferências lidas, a primeira em Goa e a segunda na sala dos Capelos, da Universidade de Coimbra, procura desenvolver e consolidar conceitos que adotou desde a juventude, principalmente a partir do seu ensaio, *Casa Grande & Senzala*, de 1933.

Neste ensaio, que é um verdadeiro marco na renovação dos estudos sociais no Brasil, ele procurou demonstrar que a colonização portuguesa nos países tropicais, teria levado vantagens sobre a de outros povos europeus, devido a uma série de fatores: o português não seria propriamente um europeu, mas já um povo mestiço, devido à dominação árabe sobre a península Ibérica, por vários séculos, e os contatos permanentes que os portugueses tinham com a África do Norte, tanto com árabes como com judeus; as condições climáticas da península Ibérica eram subtropicais, o que facilitava ao português melhor adaptação às condições climáticas tropicais; pelo fato de não apresentar uma certa pureza racial, os portugueses não concentraram o seu ideal de conquista no ponto de vista etnocêntrico, racial, mas no cristocêntrico, religioso. Assim, achavam que lutavam pela fé, contra o infiel, mais do que pela raça e pelas riquezas.

Portugal era um país pequeno e pobre, cuja economia se baseava, inicialmente, na agricultura, segundo João Lúcio de Azevedo, ou na produção de sal e na pesca, segundo Antônio Sérgio, tinha na

expansão além-mar uma saída para o seu crescimento econômico. O caminho das Índias e o cobiçado comércio das especiarias o impulsionaram na aventura da conquista colonial.

Como um povo apenas parcialmente europeu, afirmativa que desagradou a vários setores da intelectualidade portuguesa, e assimilando um pouco a idéia de Henri Pirenne de que a Europa terminava nos Pirineus, teria o português habilitações maiores à aventura colonial do que os nórdicos, que eram mais brancos, mais rigorosos em seus hábitos e costumes, mais rígidos na sua religiosidade de reformados e mais racionais nas suas ações. Mas, nem sempre o racional se apresenta mais eficiente do que a improvisação.

Com estas qualidades e defeitos, para alguns, os portugueses desenvolveram uma ação náutica, de descobrimento de novas terras, militar, de conquista destas terras e de aprisionamento de escravos negros, e comercial, de busca de produtos minerais, ouro, sobretudo, e vegetais, como a malagueta, a pimenta, a canela, o cravo etc. chegaram mesmo, no século XV, a possuir uma expressiva população negra, escrava, em território português.

Em sua expansão territorial os portugueses, que geralmente emigravam desacompanhados de suas mulheres, logo se familiarizaram com as mulheres nativas, dando margem à formação de uma intensa miscigenação, povoando suas colônias com mulatos e caboclos que iam se unir aos pais na saga da conquista e da colonização. Na interpretação do Brasil, Gilberto Freyre foi um forte defensor do processo de miscigenação porque ele provocava a intensificação do povoamento, ao mesmo tempo em que dava ao mestiço uma maior capacidade de adaptação ao meio tropical. Na convivência com negras e índias também havia uma troca de hábitos que se interpenetravam a costumes os mais diversos. Assim, esta miscigenação era responsável não só pela "morenização" da população, como pela difusão de alimentos até então considerados exóticos, como a mandioca, o milho, o caju, a manga, a banana, o frutapão, os condimentos e as carnes dos animais ditos de caça; era responsável também pela expansão de animais domésticos da Europa nos países coloniais, como o búfalo, o zebu e a galinha de Guiné ou de Angola, como de animais dos países coloniais na Europa.

A expansão de culturas diversas, como os coqueirais, os canaviais e os algodoais, também transformou e redesenhou a paisagem. O algodão, com a fiação e tecelagem provocou uma revolução expressiva nos hábitos de vestimenta e de higiene na sociedade europeia (FREYRE, 1951). Com o seu luso-tropicalismo, Gilberto Freyre fugiu à preocupação de outros estudiosos que se fixavam mais no processo de branqueamento da população brasileira, como Joaquim Nabuco, que se opôs até à introdução de coolies no Brasil, temendo a perpetuação de uma escravidão disfarçada mas temendo também o processo de "mongolização" da nossa população, e dos que aspiravam a um branqueamento do brasileiro, através da miscigenação, por considerar que o branco, mais numeroso, iria absorver e dominar, por ser uma raça mais forte, no conjunto da população brasileira, como dizia Oliveira Vianna.

Desse modo, o português, com sua ação como conquistador de terras, criava uma economia moderna, mantendo uma certa confraternização com os povos dominados e, ao mesmo tempo, mesclava a população, através de sua ação sexual. É interessante salientar que os portugueses, em sua expansão, ora combateram os árabes, os muçulmanos, ora colaboraram com eles, desenvolvendo relações comerciais e obtendo informações e apoio em suas navegações. Assim, pilotos árabes da África Oriental auxiliaram navios portugueses a chegar à Índia, enfrentando os mares traiçoeiros e dominados pelas monções. Fato que não impediu que na África e na Índia continuassem as disputas entre os cristãos e os muçulmanos.

Na conferência que pronunciou na Real Sociedade Asiática de Bombaim que, até certo ponto, se centralizou em torno da figura mítica de Gandhi, ele fez uma série de considerações da maior importância para a compreensão do seu pensamento e de suas posições; fez elogios a Nehru, até certo ponto o continuador de Gandhi, e já então líder do movimento do Terceiro Mundo, neutralista, e chama a atenção para certos fatos, como o da necessidade de não se encarar o mundo como se fosse uma unidade, sob a batuta do Ocidente, e que, nas conferências internacionais e nas determinações político-filosóficas, os sábios orientais deviam participar também. Até certo ponto, criticou a UNESCO pelo seu ocidentalismo e chamou a atenção para se evitar a tentativa de mundialização das idéias e dos sistemas, como o Positivismo e o Marxismo,

encarando o mundo como uma unidade de valores. Ao mesmo tempo, porém, demonstrou uma certa simpatia ou, pelo menos, tolerância para a análise de experiências, como a do marxismo chinês e o socialismo liberal indiano. China e Índia seriam dois polos emergentes para o século XXI.

Chamou atenção ainda para o fato da Índia, como o Brasil, país de dimensões continentais, ser formado por culturas diversas que ora se confrontavam e ora se harmonizavam. O que ele chama de "identidade dos contrários", que, na Índia, é expressa sobretudo na rivalidade entre hindus e muçulmanos. Rivalidade que deu margem à divisão do país, inicialmente, em dois estados a União Indiana e o Paquistão; este, posteriormente, se dividiria com a separação de Bengala, embora, do ponto de vista religioso, se identificasse com o Paquistão. Vê-se, assim, que não há uma questão única a dividir e a unir nações, mas uma conjugação de fatores: geográficos, étnicos, culturais, etc. Além desta divisão, também se observa na Índia o problema das castas e da conseqüente situação dos "intocáveis", que continuam socialmente intocáveis, apesar da extinção das restrições legais. Em sua estada em Goa ele observou o tratamento dado a brâmanes cristãos, como brâmanos, mesmo em território da Índia Portuguesa. Ainda fez a apologia de Gandhi, o grande libertador da Índia que marcou muito a luta pela independência, mas não teve forças para evitar a secessão.

Convém salientar que apesar de sua simpatia pela experiência indiana, Gilberto Freyre mantinha grande compromisso psicológico com a Índia Portuguesa e se decepcionaria consideravelmente ao ver a anexação da mesma à União Indiana, por um ato de força. Anexação que era inevitável, de uma forma ou de outra, mais cedo ou mais tarde, como ocorreu agora, em 1999, com a volta de Macau, de forma espontânea, à China.

Muito interessante é a sua conferência sobre Oliveira Lima, o historiador brasileiro que fez a reabilitação de d. João VI, como rei e político. Analisando o trabalho do seu mestre, Gilberto Freyre compara o gordo rei português, nas lutas pela independência dos países latino-americanos, a Bolívar, o herói da América Espanhola, dizendo que d. João VI teria sido um Sancho Pança, enquanto Bolívar teria sido um d. Quixote. E conclui que o nosso Sancho Pança contribuiu para manter a unidade da América Portuguesa, após a independência, enquanto o d. Quixote não conseguiu manter a unidade da América Espanhola.

Neste livro, fragmentado quanto à sua estrutura e quanto à temática, observa-se que Gilberto Freyre, o genial reformador dos estudos sociais no Brasil, foi sempre um homem de formação dialética que pugnava pela conciliação dos contrários e pela tese de que cada ação provoca uma reação, e do choque de uma e outra resulta uma síntese. Em alguns momentos era sereno e fleumático e em outros era peremptório e afirmativo, indo até quase à agressividade; que conciliava o internacional com o nacional, o regional e o local, sendo, ao mesmo tempo, um homem do mundo e um cidadão de Apipucos; que desfazia conceitos estabelecidos e criava caminhos a novas investigações e a novas conclusões. Era um eclético, como Sartre, outro gênio do século XX, que sabia conciliar e opor, a um só tempo, "o ser e o não ser".

3 - ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

O livro, **Um Brasileiro em Terras Portuguesas**, é de grande importância para o estudo do pensamento gilbertiano, embora deva estar sempre acoplado à leitura do **Aventura e Rotina**, e não tenha a projeção de **Casa Grande & Senzala**, **Sobrados e Mocambos**, **Ordem e Progresso** e, porque não, de **Nordeste**. A sua importância deriva da abertura para reflexões sobre a verdadeira essência da luso-tropicologia, da necessidade de ampliação do conhecimento luso-tropicológico ao de outras tropicologias, da necessidade de reflexão sobre a problemática dos grandes países pluri-nacionais tropicais, do contato com confronto e conciliação entre religiões e culturas diferentes, assim como da solução de problemas do sub-desenvolvimento em países com grandes distâncias sociais, com grande número de excluídos, como o Brasil e a Índia.

O intercâmbio de idéias e a abolição dos preconceitos culturais e ideológicos são fundamentais para o debate das idéias e a construção da paz mundial, para uma mundialização cultural sem globalização financeira e concentradora.

O LADO BOM E LOUVÁVEL DE D. JOÃO VI

Hélcio Pupo RIBEIRO

Naquela manhã de 21 de janeiro de 1808, a Bahia de Todos os Santos acordava em paz com a natureza, bela e sorridente. O azul índigo coloria o firmamento aumentando sua imensidão infinita. E o mar, calmo e pensativo, lembrava nas cristas ondulantes do vasto oceano, o verde brilhante, sedutor, das esmeraldas que o bandeirante Fernão Dias iria encontrar no solo fértil das Gerais. A paz celeste da natureza pródiga envolvia com seu manto invisível o povoado baiano, que parecia aguardar, apático, o grande evento histórico imprevisível.

Decretando o bloqueio continental por Napoleão, D. João, o Príncipe Regente o contemporisou quanto pôde e ainda tentou negociar com o general Junot, quando este já invadira Portugal à frente de tropas francesas e hespanholas. O embarque da Corte Portuguesa tomou quase todo o mês de novembro de 1807 e uma tempestade atrasou a saída da frota, poucas horas antes da entrada do militar francês e suas tropas em Lisboa. A história informa que Andoche Junot “era bom soldado, mas general medíocre”. Deixando a mãe pátria rumo ao Brasil, onde seria instalada a sede do Império Português, a esquadra compunha-se de catorze caravelas transportando quase quinze mil pessoas. As embarcações puseram-se ao largo comboiadas por alguns navios ingleses capitaneados pelo almirante Sidney Smith. Portugal era aliado dos ingleses contra Napoleão Bonaparte. (A Inglaterra teve seu retorno econômico na questão com a abertura dos portos do Brasil a todas as nações). Ao passar pela Ilha da Madeira, a frota dispersou-se por outro tumultuoso temporal, deixando acéfalo o cortejo de navegadores. Algumas naves, porém, entre elas a que transportava D. João e seu séquito, ancoraram num pequeno porto da Bahia, que por isto, foi denominado Salvador. Era o vigésimo

primeiro dia de janeiro de 1808. Após expedir, ainda em janeiro, no dia 28, a Carta Régia que assegurou aos países europeus a franquia dos portos brasílicos, D. João definiu, como primeiro deles, o porto da Ilha de Santa Catarina. Esta providência teve, talvez, como bom resultado, o início da siderurgia nacional com a criação da fábrica de ferro do Morro de Gaspar Soares (ou do Pilar), em Minas Gerais, que gerou, como decorrência, a fundição de ferro, graças à iniciativa do alemão Guilherme von Eschwege, depois honrado com o título de barão. O local situava-se nas imediações de Congonhas do Campo, hoje Congonhas, célebre por abrigar, mais tarde, os Profetas de Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.

Ainda na Bahia, D. João enviou manifesto aos países da Europa, na qual comunicou as razões que o levaram a declarar guerra à França, determinando a invasão da Guiana Francesa por um contingente de 470 soldados. Tal providência, absolutamente quixotesca, nada de importante rendeu ao nosso país, a não ser algum proveito de ordem material: algumas mudas de palmeiras-reais, de fruta-pão e de cana “caiana”, originária da capital Caiena.

Em seguida, a corte real rumou para o Rio de Janeiro. Sua chegada, no dia 8 de março, foi efusiva e calorosa, com aclamações ruidosas ao Rei de Portugal, Algarve e Brasil.

D. João nasceu em 1767, em Lisboa, onde faleceu em 1826, após sua destituição do comando brasileiro por força da revolução de 1822, na qual seu filho Pedro proclamou a independência. Em 1792 contraiu núpcias com a espanhola Carlota Joaquina, filha de Carlos IV. Com apenas dez anos de idade, foi dada em matrimônio a D. João, Príncipe de Bragança e futuro rei do Brasil, sendo, então, aclamado D. João VI.

Não paira dúvida, é bom lembrar, que a mais importante providência de caráter administrativo nos primórdios históricos do século dezenove, foi a conhecida Missão Francesa, de 1816.

A família real teve, no Rio de Janeiro, como primeira residência, o Paço dos Vice-Reis, mudando-se, depois, para a Quinta da Boa Vista. Havia, também, as chamadas residências de campo, como a Fazenda de Santa Cruz e Ilha de Paquetá. Não tardou, porém, que o soberano comprovasse o baixo nível cultural da cidade. De fato, a corte brasileira era deveras inferior à portuguesa, onde ele convivia com

artistas, célebres, músicos famosos de outros países, cercado de pompa, luxo e esplendor. Outro problema, foi a chegada dos quase 15 mil componentes da corte real. Não havia moradias para tanta gente! A providência, drástica mas necessária, foi a de ~~de~~apropriação. Isto foi feito e os prédios escolhidos tinham suas portas marcadas com duas letras: P e R - Príncipe Regente - que o povo carioca com evidente espírito crítico e fino humor, interpretou como “prédio roubado”. Restava, então, o problema sério da cultura urbana. D. João não teve dúvidas: encarregou o francês Joaquim Lebreton, “polígrafo e historiador de arte, bonapartista exaltado mas em ostracismo com a queda de Napoleão”, de organizar missão cultural para enviar ao Brasil homens de saber e capacidade profissional, afim de elevar o nível de erudição do Rio de Janeiro.

Após 63 dias de viagem, procedentes do porto de Havre desembarcou no Rio, em 26 de março de 1816, a Missão Francesa incumbida de exercer profundas alterações nos campos da arte - pintura, escultura, arquitetura, etc. - alguns acompanhados das respectivas famílias, perfazendo o total de 40 pessoas. A mentalidade artística da Missão, no entanto, era a que conhecemos por néo-clássica ou acadêmica, cuja estética prevê impulsos emocionais controlados por disciplina, submissos, contudo, a preceitos intelectuais estabelecidos. O Imperador, tomado de efusiva paixão pelo novo mister, prosseguiu com admirável entusiasmo, sentimento este já mostrado aos cortesãos que o acompanharam nessa empreitada. Em sua corte estava o músico português maestro e compositor Marcos Antonio da Fonseca Portugal, autor de óperas, algumas delas representadas na Itália. Anos depois, outro nome importante na música européia chegou a nossa pátria, o austríaco Sigismund Neukomm, que fora aluno de Michael Haydn, irmão do famoso Joseph Haydn, com quem complementou seus estudos. O primeiro, Marcos Portugal, iniciou severa resistência ao Padre José Maurício Garcia, nosso primeiro músico erudito. Neukomm, por outro lado, reconheceu e proclamou de público as qualidades eméritas de Nunes Garcia, taxando-o na corte, em certa ocasião, “o melhor improvisador ao cravo do mundo”.

Incansável, o Rei continuava, de modo decidido, sua portentosa recuperação da cidade, que seria, um dia, alcunhada de “Cidade Maravilhosa”.

Em março de 1808, nomeou os Ministros do Reino - Marinha e Ultramar, da Guerra e Estrangeiros e do Erário - que transformou-se em Ministério da Fazenda. Ainda em 1808, no dia 7 de março, D. João lançou mãos do 60 mil volumes, guardados no Hospital de Ordem Terceira do Carmo, dando ao acervo bibliográfico o título de Biblioteca Nacional. Em 1821 o Príncipe D. Pedro adquiriu-a para o Brasil pela quantia de 400 contos de reis. Com a presença dos artistas franceses no Rio de Janeiro, entre os quais destacam-se o arquiteto Grand-Jean de Montigny, nome respeitado na França, o pintor Jean-Baptiste Debret, também aquarelista, cujas obras possibilitam em nosso tempo avaliar costumes sociais, políticos e religiosos do Brasil de então. O paisagista e miniaturista Nicolas Antoine de Taunay e seu filho Felix-Émile, exímio gravurista, compunha, com Simão Pradier, o grupo de acadêmicos que iriam influir no ensino das artes para os brasileiros. De tal forma esses mestres inspiraram a arte nacional, que somente após 106 anos transcorridos, em 1922 e em São Paulo, a Semana de Arte Moderna deu o grito que exaltou o nacionalismo: Mário de Andrade e Oswald também de Andrade, mais Menotti del Pichia, entre outros, movimentaram a reação ao academismo. Na pintura, destacaram-se: Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, e outros. Na arquitetura e escultura: Brecheret e Warchavchik e, também, Leão Veloso, deixando outros nomes, para não nos alongarmos.

Em agosto de 1816, dá-se a fundação da Academia Real de Belas Artes, posteriormente Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil. Em 1820, chamou-se Academia Imperial de Belas Artes. Dois anos depois, denominou-se Academia das Belas Artes. Com o advento da República, passou a ser conhecida como Escola Nacional de Belas Artes. Finalmente, em 1931, foi integrada à Universidade do Rio de Janeiro, alterando-se, em seguida, para Universidade do Brasil.

Transsorria o mês de junho de 1808 e sua Majestade, novamente insatisfeito, inaugurou o Horto Botânico e plantou, ele mesmo, uma palmeira real (*oriodoxa oleracea*) na aléia principal do, hoje, Jardim Botânico. Desejando dar mais imponência ao Jardim Zoológico na Quinta da Boa Vista, sua alteza real mandou construir em alvenaria, uma vistosa portada inspirada no pórtico do arquiteto inglês Robert Adam. O portão, de duas folhas de ferro trabalhadas, chegou ao Rio desmontado, porém, acompanhado de profissional de gabarito, uma vez que não havia por aqui mão de obra especializada. Chegou em 1812, sendo restaurado em nossos dias, recentemente.

1808 foi, inquestionavelmente, um ano pródigo em inovações valiosas para a cidade. Em 12 de outubro D. João cria o Banco de Depósito, Descontos e Emissão que, em 1838, com a fusão do Banco Comercial do Rio de Janeiro, foi ampliado pela intervenção do Barão de Mauá, que lhe deu outra denominação, agora definitiva; Banco do Brasil.

Essa permanência de 13 anos no Brasil, foi interrompida pela Proclamação da Independência e obrigou, conseqüentemente, ao retorno à pátria portuguesa o rei D. João VI. Embarcou no dia 24 de abril de 1821, ao entardecer. Na despedida ao filho Pedro I, pronunciou a frase que a história registrou: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me há de respeitar, do que por alguns desses aventureiros”...

O monarca de Portugal, diz a história “sempre inspirou certa simpatia pessoal, dada a sua inata bondade, tendo realizado obra sumamente vantajosa para o Brasil”. Hélio Viana escreveu: “as conseqüências das mudanças políticas foram consideráveis e benéficas para o Brasil. Não resta dúvida de que a maioria dos historiadores brasileiros julga favoravelmente a transmigração da Família Real Portuguesa para o Brasil, não só pelos benefícios que daí resultaram para o nosso país, como pelo verdadeiro sentido estratégico da providência joanina”. Com o mesmo sentido, reitera Roberto Simonsen: “a meu ver, a mudança da Família Real para o Brasil, em 1808, transplantando para o Rio de Janeiro a sede do Império Português representou um inestimável serviço prestado à Colônia, que passou a gozar dos benefícios decorrentes da coincidência das diretrizes políticas do Império com o núcleo econômico, já localizados na Colônia”.

Não há, portanto, como não condenar o filme “Carlota Joaquina”, da diretora Carla Camuratti, que apresentou os personagens reais - Marieta Severo e Maco Nanini - de modo totalmente indecoroso e vulgar, mostrando um D. João debilíode bufão irresponsável e injustamente enxovalhado. O soberano lusitano poderia ter sido um bonachão amável, distraído, mas benévolo. Mesmo que fosse um glutão muito bom de garfo, nunca deveria ser mostrado como um ser humano ridículo e debochado. A injustiça e a ignorância também têm limites, basta não desconhecer seu lado bom e louvável. Quanto à Carlota Joaquina, esta sim, era terrível, em todos os aspectos. Digna de uma psicanálise.

BENTO TEIXEIRA E OUTROS PIONEIROS NA LITERATURA E NAS ARTES EM PERNAMBUCO DOS SÉCULOS XVII E XVIII

Leonardo Dantas SILVA

Por sua formação política, herdando a altivez dos primeiros donatários, Duarte Coelho e seus sucessores; pela constituição de suas elites, originárias dos sucessores de Jerônimo de Albuquerque e dos muitos "muitos gentishomens, fidalgos e bons colonos" que aqui aportaram a partir de 1535; pela sua proximidade com portos da Europa e ligações com a África; pela sua contribuição na colonização e na conquista de todo o Norte do Brasil, ainda nos difíceis anos do século XVI; pelo espírito aguerrido do seu povo, responsável pela suserania da coroa portuguesa nas capitânicas do Norte, antes integrantes do Brasil Holandês (1630-1654), a contribuição da gente de Pernambuco às letras e às artes nos dois primeiros séculos da colonização ainda está por ser estudada.

Formados para a guerra, desde os primeiros anos da colonização, habituados a serem chamados de "filhos de Mavorte", na imagem do soneto do padre João Batista da Fonseca (*Escavações p. 117*) ou, como na imagem poética do seu hino, "*nova Roma de bravos guerreiros*", os nascidos e/ou estabelecidos em Pernambuco sempre souberam se notabilizar nas letras, nas artes plásticas, na música, nas ciências e em outros ramos do saber.

Ao escrever *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, cujos originais foram concluídos em 26 de março de 1757, Dom Domingos do Loreto Couto, nas pp. 357-412 (Rio, 1904 e Recife, 1981), traz uma significativa relação de vultos que se notabilizaram numa produção artística e literária que bem revela a importância de uma elite intelectual nesses dois primeiros séculos da história pernambucana.

Com a fundação do Colégio dos Jesuítas em Olinda (1551), surge em Pernambuco um centro educacional que viria formar as gerações não somente na iniciação a alfabetização e ao catecismo da doutrina cristã, bem como nos rudimentos da matemática, mas também no latim, na filosofia e na moral; matérias estas cujas aulas tiveram início em julho de 1568 pelo padre João Pereira. Em 1800 o prédio do antigo Colégio dos Jesuítas vem a ser ocupado pelo Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça, cujos estatutos foram elaborados pelo bispo D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (Lisboa: Tipografia da Acad. R. das Ciências, 1798), com a finalidade de instruir "a mocidade em todos os seus principais ramos da literatura, própria não só de um eclesiástico, mas também de um cidadão que se propõe a servir ao Estado". O seminário, chamado pelo cônego Barata de "*escola de heróis*", veio a ser o principal propagador do ideário ilusionista dos filósofos franceses nas capitâneas do Norte do Brasil.

Também na segunda metade do século XVI atuaram em Pernambuco dois mestres-escolas leigos, ambos cristãos-novos: Branca Dias, que mantinha uma escola para moças, e Bento Teixeira, um erudito que atuou como mestre-escola em Olinda, Igarapé e Cabo. Também em Pernambuco residiu por muitos anos o também cristão-novo Ambrósio Fernandes Brandão; proprietário de terras em São Lourenço da Mata (*Denúncias e Confissões de Pernambuco* p. 231 e 260), que em 1618 veio escrever o livro *Diálogos das Grandezas do Brasil* (Recife: Imprensa Universitária, 1962), um dos mais importantes relatos sobre a flora, fauna, paisagem e vida econômica do país naquele primeiro século de sua colonização, obra hoje de consulta obrigatória pelos estudiosos dos mais diversos mistérios.

O AUTOR DA PROSOPOPÉIA

Bento Teixeira é o autor da primeira obra poética produzida no Brasil que veio alcançar as honras do prelo, *Prosopopéia*, escrita em Pernambuco, entre 1585-94, e publicada em Lisboa (1601) com a dedicatória a "Jorge de Albuquerque Coelho, Capitão e Governador de Pernambuco", numa produção da oficina de Antônio Álvares.

*Que eu canto um Albuquerque soberano
Da fé, da cara pátria firme muro,
Cujo valor é ser que o céu lhe inspira,
Pode estancar a lácia e grega lira.*

Diogo Barbosa Machado (1682-1772), em sua *Biblioteca Lusitana* (Lisboa 1741), declara ser Bento Teixeira, a quem ele acresceu o sobrenome "Pinto" natural de Pernambuco dando causa a repetição de um erro que se arrasta ao longo de dois séculos. Somente em 1960, quando da publicação do seu livro *Estudos Pernambucanos* (Recife: Imprensa Universitária; 2ª ed. Recife: Fundarpe, 1986) é que o Prof. José Antônio Gonsalves de Mello vem esclarecer a real naturalidade do poeta Bento Teixeira. Ao compulsar o processo n.5206 da Inquisição de Lisboa (ANTT), em que aparece como réu um Bento Teixeira originário de Pernambuco.

Nos seus diversos depoimentos, ele afirma ser natural da cidade do Porto (Portugal), de onde saiu com a idade de cinco para seis anos para o Brasil em companhia dos seus pais. Fixando-se inicialmente no Espírito Santo (c 1567), matriculou-se na escola dos padres jesuítas com os quais veio a continuar os seus estudos na Bahia. Em 1579, já tendo concluído os seus estudos com os jesuítas, transferiu-se para a capitania dos Ilhéus onde casou-se com Filipa Raposa. Anos mais tarde (1584) fixou-se na vila de Olinda, onde abriu uma escola para meninos na rua Nova (a principal da vila). Por dificuldades financeiras transfere-se para a vila de Igarauçu (1588), onde além de mestre-escola exerceu as funções de advogado, cobrador de dízimos e contratador de pau-brasil. Pelos frequentes adultérios de sua mulher, Filipa, viu-se obrigado a transferir-se para o Cabo de Santo Agostinho onde, em dezembro de 1594, vem a cometer o uxoricídio. Fugindo da justiça, vem refugiar-se no Mosteiro de São Bento (Olinda). Por essa época chega a Pernambuco o visitador do Santo Ofício Heitor Furtado de Mendonça, sendo o cristão-novo Bento Teixeira denunciado por práticas judaizantes. Preso em 19 de agosto de 1595 é embarcado, juntamente com outros réus, para os cárceres do Santo Ofício em Lisboa, onde por mais de quatro anos passa por sofrimentos e privações. Solto em 30 de outubro de 1599, aos 40 anos de idade, padecendo de uma tuberculose, por motivos ignorados volta à cadeia de Lisboa, conforme atesta o médico João Álvares Pinheiro, a 9 de abril do

ano seguinte. Do seu processo nada mais consta, a não ser esta anotação na capa: "*É falecido Bento Teixeira e faleceu andando com a penitência em o fim de julho de 600*":

Bento Teixeira, erudito dos mais brilhantes do seu tempo, conhecedor dos clássicos, do latim e de outras línguas, dado a fazer trovas e sonetos, foi o autor do poema épico, **Prosopopéia**, editado nas oficinas do impressor Antônio Álvares, "o primeiro escrito no Brasil a merecer as honras do prelo", infelizmente publicado no ano seguinte ao da sua morte: 1601.

A MISSÃO DE NASSAU

Quando da dominação holandesa, particularmente durante os sete anos do governo do Conde João Maurício de Nassau (1637-1644), Pernambuco recebeu a mais importante missão artística e científica que visitou o Novo Mundo no século XVII. Para aqui vieram o latinista e poeta Franciscus Plante, o médico e naturalista Willem Piso, o astrónomo, cartógrafo e naturalista George Marcgrave, os pintores Frans Post e Albert Eckhout, o médico Willem van Milaenen, o humanista Elias Herckmans, o cartógrafo Cornelis Sebastianzoon Golijath, o arquiteto e urbanista Pieter Post, além dos artistas amadores Zacarias Wagner e Gaspar Schmalkalden que já se encontravam no Brasil quando da chegada do conde.

Sob o mecenato de Nassau foram pintadas as primeiras paisagens brasileiras, bem como uma farta documentação iconográfica dos naturais da terra, dos portugueses e mazombos aqui residentes, da flora e da fauna, obras hoje admiradas nas mais diferentes coleções do mundo. Sob os seus auspícios publicados livros, verdadeiras obras de arte gráfica, de autoria de Willem Piso, *De Medicina Brasiliensi*; de George Marcgrave, *Historia Rerum Naturalium Brasiliae*; ambos integrantes da monumental obra *Historia Naturalis Brasiliae*, publicada em 1648 em Amsterdam. No mesmo período foi publicada a interessante obra do latinista Caspar van Barle, conhecido no Brasil por Gaspar Barlaeus, com ilustrações de Frans Post, mapas de George Marcgrave e Golijath, com o título latino *Rerum per octenium in Brasilia* etc., impressa em Amsterdam

em 1647, da qual existe uma reedição em português publicada pelo autor destas notas em 1980 dentro da *Coleção Recife* v. IV. Vale lembrar o poema do reverendo Franciscus Plante, **Mauritiados**, dedicado ao Conde João Maurício de Nassau, com ilustrações de rara beleza, também publicado em Amsterdam em 1647.

É do período holandês o primeiro texto da literatura hebraica escrito nas Américas. Trata-se do poema escrito pelo erudito rabino Isaac Aboab da Fonseca (1605-1693), que dirigiu no Recife a primeira sinagoga do Novo Mundo e aqui produziu em 1646 o texto, em forma de prece, quando do cerco das tropas luso-brasileiras. O poema, em que relata os sofrimentos do seu povo sitiado no Recife, começa com a frase: "*Erigi um memorial aos milagres de Deus...*".

A guerra holandesa despertou a atenção dos naturais da terra para a preservação da memória dos fatos do dia-a-dia dos combates e escaramuças, assim sendo são conhecidos os trabalhos produzidos no calor dos fatos pelos cronistas Duarte de Albuquerque Coelho (*Memórias Diárias da Guerra do Brasil*), Diogo Lopes Santiago (*História da Guerra de Pernambuco*), Frei Manoel Calado do Salvador (*Valeroso Lucideno*), além de outros inéditos cujos manuscritos encontram-se na secção de reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa.

A produção do período vem a se desenvolver em outros centros, com a publicação de memórias, mapas, livros científicos e uma infinidade de pinturas, desenhos e gravuras diretamente ligadas ao Brasil holandês.

Intelectuais judeus, nascidos em Pernambuco durante a ocupação holandesa, despontam com os seus trabalhos. É o caso de Isaac de Andrade Velosino, chamado por Barbosa Machado, *in Biblioteca Lusitana*, de Jacob de Andrade Velosino, que se declara judeu nascido no Recife em 1639, segundo Sacramento Blake. "Doutor em Talmud e Doutor em Filosofia", foi ele o orador oficial quando da inauguração da sinagoga portuguesa de Amsterdam (1675). Autor de várias obras, dentre as quais *Epítome de la verdad de la ley de Moyses*, escrita em espanhol, *O Theologo Religioso*, *O Messias Restaurado*, além de outros trabalhos sobre medicina e história do Brasil, vindo a falecer em Haia no ano de 1712.

A PRIMEIRA ESCRITORA

Pernambuco deu ao Brasil a primeira escritora, Rita Joana de Souza, segundo consagra Barbosa Machado, na sua já citada *Biblioteca Lusitana*, no que é repetido por Pereira da Costa, in *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*, e Sacramento Blake, in *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Nascida em Olinda, a 12 de março de 1696 e falecida em abril de 1718, aos 22 anos, pôde a jovem ter sua produção literária admirada pelos mais diferentes estudiosos do seu tempo, F. Diniz, Damião F. Perim, J. Noberto, D. Domingos do Loreto Couto, dentre outros para os quais a jovem pernambucana possuía uma vasta erudição, cultivando, além da pintura e o desenho, a história, a filosofia e a geografia. Os seus manuscritos não foram publicados, sabendo-se notícias através das mesmas fontes dos originais de *Memórias históricas e Tratado de Filosofia Natural*.

Como se depreende de uma consulta a obra de Loreto Couto, *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, é formidável a relação de pessoas naqueles dois primeiros séculos da história pernambucana dedicadas a uma produção intelectual e artística. Os estudos genealógicos, a poesia, a história, a filosofia, a moral, a teologia, o direito, a medicina, a música, dentre outras, são objeto de estudos dos mais diversos, em grande parte desaparecidos pela proibição da coroa portuguesa que impedia a instalação de tipografias no Brasil de então.

É desta época o surgimento dos estudos históricos, de forma sistemática, em Pernambuco, com a obra de três grandes pioneiros: Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779), D. Domingos do Loreto Couto (c 1696 - c 1762) e Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca (1718-1786). O primeiro, na opinião de José Antônio Gonsalves de Mello, quando da elaboração do seu *Orbe Novo Seráfico Brasilico*, editado parcialmente em 1761, utiliza-se dos arquivos da Província Franciscana a que pertencia, bem como da Província de São Bento, além de ampla bibliografia, revelando-se dos três o mais erudito. O segundo, menos indagador, é autor, como já fizemos ver anteriormente, de *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, manuscrito somente editado em 1904 e hoje integrante da Coleção Recife (v. XI, Recife: Fundação de Cultura, 1981), onde se revela informes da história oral, obtidos de pessoas mais idosas, elementos sobre a vida social da antiga

capitania naquela primeira metade do século XVIII, além de manuscritos diversos e de uma bibliografia de livros portugueses da época. O terceiro, autor de *Nobiliarquia Pernambucana*, impressa parcialmente na *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano* (1883-1908) e, finalmente, pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (1935), vem revelar-se um genealogista e não um historiador. Por mais de trinta anos foi um cuidadoso pesquisador de informações sobre o nosso passado, indo diretamente às fontes manuscritas, recolhidas na documentação notarial e paroquial então existente, tendo conseguido reunir os primeiros textos genealógicos redigidos após a Restauração Pernambucana.

Muito poderia se escrever sobre os poetas, pregadores, músicos e artistas plásticos de Pernambuco, dos séculos XVI e XVII, mas isso seria assunto para outro artigo ou talvez, quem sabe, para um ensaio especial sobre tão palpitante tema.

Mas estas notas já bem demonstram a grandeza da gente de Pernambuco, presente na história não somente pela força da espada, mas também no ministério da palavra, nos textos produzidos por penas de inteligências devotadas, na beleza das cores ordenadas por pincéis, ou nos entalhes produzidos por goivas e cinzéis, como a mostrar no seu conjunto a força de uma civilização que soube cultivar os seus valores culturais.

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

BOSQUEJO DA PRODUÇÃO HISTÓRICA RECENTE NO BRASIL *

E. COORNAERT

Os aviões atravessam agora num dia o Atlântico sul; navios rápidos aproximam cada vez mais a França do Brasil; as notícias de nossa terra têm aí imediata repercussão. Relações intelectuais antigas e profundas selam e mantêm viva uma amizade tradicional. No entanto - bastará lembrar a compenetração recíproca dos meios científicos franceses e americanos do Norte, a permuta de livros e idéias com os Estados Unidos e Canadá - nossas relações com o Brasil, tão próxima de nós pelo espírito, são evidentemente insuficientes.

Existe em verdade uma corrente intelectual entre os dois países, mas em sentido único. Nem isso talvez! Os brasileiros conhecem

(*) O historiador francês E. Coornaert foi o primeiro professor da Cadeira de História da Civilização, contratado na Europa pelo Professor Teodoro Ramos em 1934 para a então recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Infelizmente não pôde permanecer no Brasil além do segundo semestre daquele ano, sendo substituído, no ano seguinte, pelo Professor Fernand Braudel. Embora pouco permanecendo em nosso país, demonstrou profundo interesse pela literatura histórica brasileira recente (na época) a ponto de escrever o presente estudo, destinado a uma revista francesa, mas enviado, antes, ao jornal "O Estado de S. Paulo" para uma prévia publicação em nosso país, o que ocorreu em quatro números do conceituado matutino (dias 27 e 31 de março e 2 e 3 de abril de 1936). A publicação foi precedida de significativa nota da redação, na qual se lê: "Espírito dos mais ilustres da nova geração de professores superiores franceses, evidencia o articulista, a par de perfeito conhecimento de nossa vida intelectual, notável segurança na análise e profunda compreensão do nosso meio".

bem nossa literatura, mesmo a mais recente; os melhores informados acompanham nosso trabalho histórico; mas de tão longe! É um pouco ao acaso. Pois não se surpreendia um moço inteligente ao saber, em 1934, que Taine já fora largamente superado? Em todo o caso a corrente nada nos traz de volta. Com exceção de um rápido artigo do sr. Oliveira Viana, na “*Révue d’histoire des colonies françaises*”, quantas pessoas terão lido, em França, trabalhos históricos de brasileiros? No entanto, tais trabalhos, naturalmente de extrema diversidade, nos forneceriam em abundância elementos interessantes tanto para a história colonial como para a história geral, política, econômica, intelectual e artística.

Desejaríamos aqui, embora sem pretender à difícil ambição de levantar o quadro exaustivo da produção desse mundo que, sozinho, o Brasil representa, dar pelo menos, uma idéia da atividade histórica das regiões de Rio e São Paulo durante os anos mais recentes.

Participando há três séculos da vida intelectual da Europa e desde o século XVIII da França, a elite brasileira impregnou-se de sua tradicional predileção pela história. O fervor da independência política coincidiu, na primeira metade do século XIX, com a renovação dos métodos históricos; o Brasil viu, então, surgirem por toda parte “Institutos” cujo labor disperso já lhe deu uma literatura em verdade desigual, como a das nossas “sociétés savantes”, mas cheia de elementos preciosos. Pouco a pouco novas regiões se enriqueceram e o conjunto do país adquiriu uma consciência cada vez mais nítida de sua individualidade. Estendeu-se o gosto pelo passado, acrescido pelo desejo de medir os progressos realizados. Hoje extensa rede de estudiosos, desde as antigas regiões “históricas” do Norte até as zonas mais novas do Sul, dos Institutos de Pernambuco, Ceará e Bahia aos de São Paulo e Rio Grande, passando pelo do Rio de Janeiro, realiza trabalhos de pesquisas, algumas das quais realmente excelentes.

As publicações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio) e as do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo são as mais importantes. O primeiro, fundado em 1838, foi definido por um escritor brilhante e apaixonado de história como sendo não só “a mais austera das sociedades sábias do nosso país”, mas também “o próprio centro intelectual de nossa nacionalidade”. Sua revista constitui uma série imponente de cerca de 170 grandes volumes, de extrema diversidade, alguns dos quais

grandemente ilustrados, como o volume 165 referente ao Convento de São Francisco, na Bahia. O Instituto, que conseguiu reunir uma biblioteca de mais de 80.000 volumes e verdadeiros tesouros de arquivos e mapas antigos, tomou a iniciativa de congressos históricos, tendo o “Segundo Congresso de História Nacional” em 1931, consagrado ao período 1831-1840, dado lugar a trabalhos publicados pelo Instituto. O primeiro volume, saído em 1934, contém estudos notáveis, interessantes para a história interna, mas também para a história do movimento das idéias e o papel da imprensa, que são de interesse geral.

O Instituto Paulista data de 1894. Com todo o ardor da mocidade, que caracteriza São Paulo, já realizou boa obra. Sua revista conta trinta volumes de assuntos históricos - política, guerra, vida intelectual, arte antiga e às vezes também geográfico-políticos ou etnográficos e linguísticos. Nos últimos volumes vários artigos são excelentes. Alguns mesmo são de uma erudição, sem esperança de brilho, como certos quadros estatísticos das concessões agrícolas da época colonial, que bem demonstram, a par de patente sagacidade, meritória modéstia.

Esses Institutos reúnem número considerável de pesquisadores. Prestam-lhes o serviço de criar-lhes um público e uma atmosfera favorável à evocação do passado. E, unido ao ardor conquistador desse povo jovem, o cuidado das tradições longínquas patenteia o gosto pela cultura, testemunho de já antiga dignidade intelectual e penhor seguro de rápidos progressos no futuro.

Povo jovem; arquivos e documentos recentes. Sim, mas é mérito particularmente louvável tê-los conservado em grande número. Pois não se pode falar do trabalho histórico no Brasil sem assinalar a dificuldade da conservação dos arquivos e bibliotecas, que os insetos devoram literalmente. Os pacotes de documentos estão aglutinados em cubos que parecem compactos; quando se destacam as folhas, com delicada paciência, assemelham-se a rendas leves, a folhas de árvores comidas, de que só sobrasse a nervura. O mais das vezes são elas colocadas sobre ou entre folhas de papel transparente. Desinfetados embora, e guardados da melhor maneira, todos os registros e pacotes de arquivos devem ser inspecionados várias vezes por ano. Que o país ainda disponha de tanto material antigo, eis um milagre de sua paciência e engenho.

O trabalho dos historiadores esbarra noutro obstáculo comum a toda a atividade humana nesse país ilimitado: as distâncias. Mas as coleções de documentos começam já a pôr mais facilmente os materiais à disposição dos que habitam as grandes cidades.

Ao lado dos institutos relativamente especializados, outras associações, dedicando-se a tarefas mais vastas ou restritas, prestam ao trabalho histórico colaboração importante. Bem em primeiro lugar, pela sua projeção própria e qualidade dos trabalhos que patrocina, vem a Academia Brasileira, que há cerca de doze anos está editando uma biblioteca de clássicos compreendendo uma seção de literatura e uma de história, biblioteca a que foi dado o nome de Afrânio Peixoto, o eminente diretor da coleção. Associações particulares representam igualmente importante papel. Em homenagem ao seu falecido mestre, cujo nome voltaremos a citar, os amigos de Capistrano de Abreu formaram uma sociedade que empreendeu a publicação das obras hoje raras ou dos artigos do escritor venerado. É necessário assinalar ainda os Mecenas isolados, um Paulo Prado, historiador ele mesmo e dos mais ativos elementos da Sociedade Capistrano, que, em homenagem a seu tio Eduardo Prado, um dos homens que melhor estudaram a história do país, provocou a publicação de uma série de textos antigos. Por outro lado a ação de certos Estados e cidades se fez sentir com eficácia. As mais decisivas foram certamente as do Estado e cidade de São Paulo, iniciadas pelo antigo presidente Washington Luís e continuadas pelos seus sucessores. É ainda preciso admirar os “voluntários” da história, que, à força de esforços vários, conseguiram trazer à luz documentos mais ou menos numerosos. Entre eles, o primeiro lugar cabe sem dúvida ao incansável diretor do Museu Ipiranga, de São Paulo, sr. Afonso de Escragnolle Taunay, descendente de família francesa estabelecida no Brasil desde o princípio do século XIX.

Das coleções de documentos assim publicados, as mais consideráveis são as de São Paulo. A série mais antiga, “Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo”, foi iniciada pelo Arquivo do Estado em 1894; conta hoje 54 volumes cuja espessura é tão variada quanto o conteúdo. Geralmente referem-se a um assunto único; concernem quase todos ao século XVIII. Nele se encontra toda espécie de informações, mesmo textos relativos à viagem de La Pérouse e outros navegantes aos portos brasileiros.

Outra série, a dos “Inventários e Testamentos” (27 volumes publicados em 1920 e 1921), contém atos de 1578 a 1758. Esta coleção esclarece admiravelmente a vida econômica e social da região de São Paulo na época colonial. Não raro é preciso escolher: quase todas as linhas do texto têm seu sentido. O mesmo ocorre com os dois volumes de Sesmarias, publicados igualmente em 1921, que contém os atos de concessão de terras devolutas de 1602 a 1728. Os Arquivo do Município de São Paulo publicou de 1917 a 1923, em vinte volumes, o “Registro Geral” da Câmara Municipal, cujos atos se estendem de 1583 a 1830, datando a grande maioria - desde o tomo III - do século XVIII. Eram, no início quase unicamente concessões de terras e provisões de ofícios. Foi, a seguir, registrada grande quantidade de regulamentos municipais como, por exemplo, os referentes à circulação dos cavalos que iam do sul para Minas, à quarentena dos negros chegados da África, às corporações, etc.; é uma mina inesgotável. O título da outra série, “Atas da Câmara Municipal”, já indica a diversidade dos elementos que contém.

É preciso proclamar bem alto o mérito que tiveram os administradores públicos em tornar acessíveis tais documentos sempre ameaçados. A rapidez e o caráter massiço desses trabalhos demonstram também louvável zelo. Na verdade essas qualidades têm seus reversos: os textos são amontoados, sem sumários e (há apenas algumas exceções nos primeiros volumes) quase sempre sem anotações. Os próprios índices, quando existem, são insuficientes. Entretanto, e isso justifica os editores e honra os pesquisadores brasileiros, essas preciosas minas de informações já foram largamente exploradas.

*

As outras coleções de documentos, de que falamos, são trabalhos de apresentação bem diferente.

A Academia Brasileira procura principalmente tornar conhecidas as fontes mais longínquas da história nacional. Iniciou sua série de textos históricos pelo “Tratado da Terra do Brasil” e “História da Província de Santa Cruz”, de Gandavo. Sendo os viajantes franceses, como Jean de Léry, de quem P. Gaffarel nos deu uma edição anotada, facilmente acessível ao público brasileiro, publicou, a seguir, a tradução

de um viajante alemão, Hans Staden, cujo original apareceu em Marbourg em 1557. Hans Staden preocupa-se principalmente com a descrição dos costumes dos índios que o haviam feito prisioneiro e quase comido. A reedição comporta fac-similes das gravuras originais do século XVI, tão primitivas quanto os personagens que as inspiraram, e, sobretudo, um excelente texto crítico de Teodoro Sampaio, um dos melhores conhecedores da história e línguas dos índios do Brasil. Foi editado, a seguir, um livro célebre, cujos manuscritos foram encontradas através de múltiplas dificuldades e cujo anonimato parece ter sido desvendado pelo seu último comentador, o sr. Rodolfo Gracia. Este sábio de primeira ordem, tão modesto quanto sábio, atualmente diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, enriqueceu, graças a seu espantoso conhecimento das mais variadas publicações, o livro com admiráveis notas que abrem novas perspectivas sobre o Brasil do século XVI, tanto do ponto de vista literário e científico, como do ponto de vista histórico.¹

Em 1933 saíram três volumes de cartas e documentos dos jesuítas estabelecidos no Brasil. Os textos, que em boa parte eram inéditos, apesar de antigos projetos de publicação, vão de 1549 a 1594. Os jesuítas portugueses, entre os quais Nóbrega e Anchieta, principalmente este, considerado a um tempo santo e herói nacional, representaram papel capital na formação do Brasil. Sua história, cujos traços não foram ainda fixados pormenorizadamente, interessa a todos os brasileiros curiosos de conhecer as origens de seu país. Por isso são tais documentos - os mais próximos da realidade cotidiana do século XVI - de interesse inestimável. Qualifica-os o sr. Afrânio Peixoto de "essenciais à ética brasileira". Rodolfo Garcia e Antônio de Alcântara Machado, que um destino trágico roubou à admiração e amizade de todos os meios cultos do Rio e de São Paulo, deram, depois de um comentador antigo, excelente aparelhamento crítico a essas cartas.

Na série "Eduardo Prado, para melhor se conhecer o Brasil", apareceram de 1922 a 1929 uma reprodução fac-simile da "Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan", de Claude d'Abbeville (1614), as "Visitações" da Inquisição na Bahia" (2 vols.) e Pernambuco, cujos originais se encontram na Torre do Tombo, e o "Diário da Navegação

⁽¹⁾ Trata-se dos **Diálogos das Grandezas do Brasil**, dos quais a edição da Academia foi realmente a primeira tirada em livro (1930).

de Pero Lopes de Souza” (1530 a 1532). Os três primeiros volumes foram prefaciados por Capistrano de Abreu; Rodolfo Garcia anotou a obra de Claude d’Abbeville e prefaciou a “Visitação” de Pernambuco bem como o “Diário” de Pero Lopes, que o sr. Eugênio de Castro tão bem comentou. São, todas, publicações do mais alto interesse, apresentadas de maneira rigorosamente científica.

De preparação mais rápida, embora de utilidade não menos incontestável, são os conjuntos numerosos e variados publicados por Afonso de Taunay. Especialista na história de São Paulo, reproduziu nos “Anais do Museu Paulista” textos colhidos nos arquivos europeus. Também extraiu dos arquivos da Bahia e principalmente do Rio, numerosos documentos de interesse geral para o Brasil.

Reeditou ele, também, antigas obras impressas de valor capital, como sejam as “Informação sobre as minas de São Paulo” e a “Expulsão dos jesuítas do Colégio de São Paulo”, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, precedidas ambas por judicioso e erudito estudo sobre a obra, extensa mas sem espírito crítico, desse autor do século XVIII, preocupado com a glorificação de seus principais contemporâneos. Estudioso de toda a história brasileira, o sr. Taunay revelou ou ressuscitou outros documentos de interesse geral.

Como se vê, as tarefas preparatórias ao trabalho histórico são empreendidas com zelo e facilitam rapidamente o aproveitamento dos materiais necessários. E de tais tarefas se encarregam, o mais das vezes, com verdadeira abnegação, homens perfeitamente capazes, eles mesmos - como o veremos com a maioria deles - de aproveitá-las utilmente.

Em verdade, os documentos que acabamos de mencionar são do mesmo gênero dos que se utiliza a história de todos os países. Mas o Brasil é a um tempo “país novo” e país ligado ao continente antigo. Deste lhe vieram numerosos observadores, cujas narrativas são o eco de uma vida longínqua, comum às metrópoles abandonadas e aos países em vias de formação, e ainda testemunhos diretos desta própria formação. Daí comportarem as fontes de sua história, em número bastante elevado, elementos de um gênero relativamente maior do que nos nossos países velhos. Já assinalamos alguns, seja de passagem, como Jean de Léry, ou Claude d’Abbeville, sem falar de Thevet, cuja “Cosmografia Universal”, muitas vezes discutível, figurava na exposição Calvin, da Biblioteca

Nacional em 1935, seja mais longamente, como de Hans Staden. O Visconde de Taunay revelou-nos a lista importante nos “Estrangeiros ilustres e pretimosos no Brasil, 1800-1892”, obra editada há pouco pela Cia. Melhoramentos de São Paulo. A Companhia Editora Nacional, de São Paulo, reeditou, numa coleção “Biblioteca Pedagógica Brasileira”, de que voltaremos a falar, grande número de textos de viajantes antigos. O sr. Taunay, o historiador atual, reuniu nos “Visitantes do Brasil colonial” narrativas e notas de alguns viajantes que diligentes estudos acompanham muitas vezes até plagas bastante afastadas do Brasil, como as da Índia ou Rússia. Apresentou-nos também um holandês, Olivier van Noord (1559), um jesuíta irlandês, Ricardo Flekno (1648), que deixou uma descrição rápida, porém interessante, do Brasil; um francês, De La Flotte, cujos “Ensaio históricos sobre a Índia” apareceram em Paris em 1759 (a propósito, assinale-se a passagem das esquadras de Lally-Tollendal e conde de Aché pelo Rio, em 1751; um inglês, J.G. Temple (1797), cujas múltiplas peregrinações são mais conhecidas. Traduziu, ainda, a “Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas e a São Paulo”, de Saint-Hilaire, o sábio botânico francês que viajou pelo Brasil de 1816 a 1822 e cujas narrativas são a base mais segura e extensa de nosso conhecimento do Brasil de outrora. A seguir, e na mesma coleção, sob o título de “Viajantes do Primeiro Império”, o sr. Cândido de Melo Leitão, sábio naturalista que descansou da ciência escrevendo história, para seu passatempo e nosso, proveito, reuniu em ordem geográfica notas de numerosas viajantes, entre os quais anotaremos Dupetit-Thouars, Darwin, Louis de Freycinet, Jacques Arago, Bougainville e outros. Entre estes é preciso mencionar toda uma série de pintores de origem européia, cujas obras constituem documentação de primeira ordem.

Além dos documentos escritos, grande quantidade de testemunhos se oferece à história e pode alargar-lhe os domínios. É, mais do que alhures, o caso do Brasil; o meio físico e humano aí fornece às forças diversas, cujo entrelaçamento constitui a trama da história, condições diferentes da do nosso continente, humanizado de há muito e, apesar dos mais evidentes antagonismos, mais unificado e homogêneo do que esse Estado tão vasto, sozinho, quatro quintos da Europa.

É necessário ter percorrido esse país - algumas partes desse país imenso - ou, melhor, ter voado por cima dele durante horas para imaginar a que ponto as relações do homem com a terra podem ser

diferentes do que são na Europa. Em França, particularmente, nossos pequenos cantões, nitidamente individualizados, prestam-se a sofrer a ação do homem, tornam-se realmente a sua coisa; no “plateau” paulista, de horizontes ilimitados, em que qualquer relevo parece abolido, bem como nos espaços sem fim em que se sucedem os morros de Minas Gerais, como o homem parece pouca coisa! Mesmo quando consegue substituir pelo “oceano do café” o oceano da floresta, ele se encontra como absorvido pela sua própria conquista. A natureza é menos docil do que na Europa e suas forças pesam mais fortemente sobre a ação humana.

*

Mas o homem mesmo não será sensivelmente diferente de nós? Nesse país onde se misturaram populações tão diversas, suscita ele fatalmente curiosidades mais precisas. E o que é a própria sociedade, nesta terra em que a pré-história se encontra ao alcance da mão, quase por toda a parte e o agrupamento dos homens, muito disparatado, pouco estorvado pelas tradições, se volta livremente para o futuro?

Por isso o trabalho histórico está aí, mais do que aqui, intimamente encaixado na rede das ciências cujo objeto é a atividade exterior dos homens. Assim, a geografia: o desenvolvimento da cultura do café, por exemplo, deu azo a um folheto muito interessante do sr. Taunay sobre “A propagação da cultura cafeeira” e os próprios historiadores encontrarão notas dignas de serem retidas em certas narrativas de viagem ou exploração como a “Amazônia que eu vi”, de Gastão Cruls. Assim a etnografia, mas seria forçoso citar a maior parte das obras de Roquette Pinto, o conservador do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Assim, e principalmente, a sociologia - e aqui deparamos com a tentação mais forte, em verdade natural, e a mais perigosa para os que escrevem história no Brasil. O desejo de realizar obra prática, o treino das vastas generalizações, devem levar o escritor a associar demasiado intimamente a sociologia à história, a ponto de comprometê-la com pontos de vista sistemáticos.

A este último gênero de publicações se ligariam os três estudos de Oliveira Viana, editados na “Biblioteca Pedagógica Brasileira”: “Raça e Assimilação”, “Populações meridionais do Brasil” e “Evolução

do povo brasileiro” que se aproximam progressivamente da história. Para dizer a verdade, teríamos não raro oportunidades de estar em desacordo com o autor. Não aceitaríamos suas idéias sobre as raças (dá, por exemplo, um crédito discutível a Lapouge); não aceitaríamos, senão com muitas restrições, a definição de história que colhe em Ranke e Mommsen: “a mãe e a amante da política”. Mas livros como esses, de informações extremamente abundantes - às vezes mesmo super-abundantes - contém muitos elementos úteis ao historiador, que deles não pode deixar de utilizar-se. De resto, o autor sabe muito bem articular o assunto e a precisão de suas idéias pessoais e permite discriminá-las facilmente.

À mesma categoria de trabalhos - fazem parte, aliás, da mesma coleção - devem ser subordinados dois livros dedicados aos negros do Brasil: “Os africanos no Brasil”, do dr. Nina Rodrigues, professor da Faculdade de Medicina da Bahia, e “O negro brasileiro”, do dr. Artur Ramos, professor da mesma Faculdade, são estudos muito interessantes de etnografia e folklore, embora de uma riqueza um tanto confusa talvez. O primeiro contém mais história, principalmente em relação ao período que precede o século XIX; o segundo comporta muitos fatos e considerações dignas de reflexão, embora demasiado impregnadas de um “freudismo” ainda em moda no Brasil.

Com bastantes preocupações etnográficas, leves pinceladas de sociologia, porém com um parentesco mais íntimo com a história econômica, apresentam-se as “Populações Paulistas” do sr. Alfredo Ellis Júnior. Não temos certeza de que suas estatísticas não tenham sido, às vezes, um tanto simplificadas, mas ainda assim pode o historiador colher nelas informações úteis.

Embora as relações com a história e disciplinas afins sejam estreitas, o trabalho histórico, mais ou menos especializado, não deixa de prosseguir dentro do mesmo espírito deste lado do Atlântico. Todas as épocas interessam, sendo os períodos mais importantes o da proclamação da independência (1822), que separa o “Brasil colonial” do Império, e o advento da “primeira” República, a que durou até 1930.

Obras muito interessantes concernentes ao Brasil colonial foram publicadas ou reeditadas nestes últimos anos.

Em primeiro plano deve colocar-se a reimpressão da “História Geral do Brasil” (até 1822), de F. A. Varnhagen, Visconde de Porto

Seguro. A obra tem quase setenta anos já, mas o autor a trabalhara não somente no Brasil como ainda em todos os arquivos importantes da Europa; revira-a em vida, tornando-a a soma mais completa da história do país, principalmente da história política antes da Independência. A quarta edição, que acaba de ser publicada pelo sr. Rodolfo Garcia, é por assim dizer uma obra nova. Modificou-lhe radicalmente o plano geral; enriqueceu-a com um número considerável de notas de Capistrano de Abreu e dele próprio. A espantosa riqueza, a extrema diversidade desse aparelho crítico, que revela no sr. Rodolfo Garcia um historiador muito bem informado e de admirável sagacidade, um sábio, mais do que ninguém a par da literatura histórica e científica da Europa e da América, fazem da “História Geral” excelente instrumento de trabalho.

Entre as coletâneas de estudos esparsos, destacam-se nitidamente as obras de Capistrano de Abreu. Este grande sábio, vindo do Norte do país para fixar residência no Rio, teve um papel de extraordinária importância: conhecedor de toda a literatura européia, trabalhador infatigável, de uma originalidade alerta e sorridente - que de resto se estendia a todos os assuntos - excepcionalmente brilhante, foi um animador tanto quanto um escritor. Sua fantasia emprestava à sua personalidade uma simpatia que lhe multiplicava a ação. Em algumas obras de primeira mão e artigos ou conferências, cuja bibliografia se encontra no tomo IV dos “Anais do Museu Paulista” (1931), nas conversações também, que observações inesperadas fixavam na memória dos auditores, traçou Capistrano novos caminhos, abriu múltiplas perspectivas inéditas, abordando mesmo, aliás com avisada prudência, a etnografia e a linguística paralelamente à história. Aqui assinalaremos apenas seus “Capítulos de história colonial”. Os antecedentes indígenas, os principais aspectos do descobrimento do país e estabelecimento nele dos portugueses, a luta contra os franceses, espanhóis e holandeses, a conquista do interior, são estudados em capítulos de notável densidade e numa linguagem clara e nervosa. Adivinha-se, através da leitura, a espantosa sedução desse grande espírito, cujo encanto estimulante são unânime em louvar todos os que o conheceram.

Uma obra recente, “Primeiros povoadores do Brasil” (1500-1530), de J. F. de Almeida Prado, coloca novamente em discussão o problema do povoamento do país, a que não teria fornecido a imigração portuguesa senão insignificante contribuição. Como o indica o subtítulo

“Formação histórica da nacionalidade brasileira”, pretende o autor continuar sua pesquisa através da história de todo o Brasil colonial. Talvez a preocupação - natural em quem defende tese nova - de não olvidar nenhum aspecto da questão, leve o autor a se estender um pouco demais sobre assuntos afins ao seu. Mas a obra está abundantemente documentada e sua apresentação obedece aos métodos mais precisos. Deste ponto de vista, pode classificar-se ao lado dos trabalhos de Capistrano e Garcia.

Menos adistrita aos fatos, embora baseada em informações muito sérias, coloca-se a obra de Pedro Calmon “Espírito da sociedade colonial”. É um rápido resumo dos costumes, economia, correntes de opinião e artes de outrora. Escrita com leveza, esta obra sem ser exaustiva, é muito interessante.

Noutra ordem de idéias, o livro, também de caráter geral, de M.F. Contreira Rodrigues “Traços da economia social e política do Brasil colonial” representa preciosa tentativa. Apoiar-se igualmente em abundante literatura anterior, procurando encarar os fatos de tão perto quanto possível e empregando muitas vezes o método estatístico. Embora seja necessariamente rápido e os pormenores possam, de quando em vez, estar sujeitos à revisão, não deixa de ser o trabalho excelente guia para o estudo da valorização do país nos três séculos posteriores ao descobrimento.

Mais limitada e precisa em seu objeto é a obra de Gilberto Freyre “Casa Grande e Senzala”. É um estudo pormenorizado, de notável precisão e extrema riqueza de informações sobre as relações sociais e econômicas do Brasil antigo. De tendência muito generalizadora, tanto sociológica quanto histórica, “Casa Grande e Senzala” também abusa das explicações freudianas. Mas é certamente o trabalho que melhor e mais intimamente nos revela a vida social do antigo Brasil, baseada monocultura dos grandes latifúndios, que determinaram a criação de uma sociedade semi-feudal.

“Com “Casa Grande e Senzala”, que estuda principalmente o Brasil setentrional, entramos na história regional. Neste domínio São Paulo foi durante os últimos anos particularmente favorecido.

Em 1930 apareceu “Vida e morte do bandeirante”, de Alcântara Machado. A obra documenta-se cuidadosamente nos arquivos publicados pelo Estado e pela Cidade de São Paulo e constitui, entre muitas outras,

uma justificação para tais publicações, apressadas sem dúvida, mas que já prestaram muitos serviços. Valeu-se o sr. Alcântara Machado especialmente dos “Inventários e Testamentos”. “Vida e morte do bandeirante” tem, já pelo título, certo aspecto literário que não desmente o estilo preciso e matizado nem a distinção e a arte da escolha na apresentação. É obra notável e penetrante sobre a vida social e econômica de São Paulo do passado, região que, na imensidade brasileira, tinha existência própria, era menos rica do que as do centro e norte e, por isso, encontrava na necessidade um estimulante às iniciativas ousadas de seus bandeirantes que tão longe estenderam o domínio português.

De idêntica elevação é “Paulística”, de Paulo Prado, o amigo e discípulo de Capistrano, a quem é consagrado o último estudo do livro, de uma simplicidade comovente. Abordando os mais variados assuntos, desde a abertura do caminho do mar no século XVI até o martírio do café, no século XX, refletindo as mais diversas influências intelectuais, envolvidos numa direta poesia e atentos dos limites exatos dos fatos conhecidos, unindo a preocupação das idéias gerais à exatidão dos pormenores característicos, os ensaios de “Paulística” constituem um livro cheio de perspectivas, um desses livros de história cujos conhecimentos precisos não prejudicam a comunicativa emoção.

É pela sua abundância e extraordinária riqueza de materiais úteis à história que se distinguem as obras do sr. Afonso de Escragnoille Taunay. Ele também se consagrou a outras musas, além de Clio. A literatura, a linguística, a história da arte e mesmo as ciências naturais trouxeram ao diretor do Museu do Ipiranga laboriosas distrações. Mas foi principalmente à história que se dedicou e sua bibliografia comporta nada menos de trinta títulos de obras ou artigos copiosos e sólidos. Deve-lhe a história geral do país um inteiro conjunto de estudos sobre a época colonial, na Bahia e no Rio, sobre as grandes figuras da independência, sobre os viajantes estrangeiros no Brasil nos séculos XVII e XVIII. Mas é principalmente para o Estado de São Paulo que o monumento por ele erigido apresenta excepcional importância. Numa dezena de anos - mas depois de quantos de preparação? - publicou sobre o passado de São Paulo uma dezena de volumes, consagrando uma quinzena de outros, completado por mapas progressivamente melhorados, à glória desses bandeirantes a um tempo semelhantes aos conquistadores espanhóis e tão

diferentes deles que, através de inverossímeis dificuldades e à custa de lutas heróicas, levaram o nome e a influência paulistas até o norte do Brasil, para cuja unidade tão fortemente contribuíram. Nestes livros a documentação caminha a par da obra definitiva e esses columes que carecem entretanto de notas, referências e aparelho crítico, são obras eminentemente de primeira mão, instrumentos de trabalho tanto quanto livros de leitura.

*

É indiscutível que o conjunto desses trabalhos tem tido no Brasil influência marcada sobre aquilo que chamamos, um pouco vagamente, de opinião. Há uma geração que vem do passado, que se afasta dia a dia, se aproximando, na realidade, dos homens que pensam. Mesmo nas regiões mais vivas e ativas do país, fora dessa elite que mantinha um nível elevado de intelectualidade, a massa, levada por um movimento ardoroso de criação, voltada unicamente para o futuro, não tinha nem o tempo nem a preocupação de olhar para trás. Hoje, que os diversos elementos da população se acham melhor amalgamados e os êxitos conseguidos, firmaram os sentimentos coletivos, os historiadores encontram uma audiência que inclui cada vez mais intimamente as recordações do passado no espírito nacional.

Por isso mesmo, a atenção se concentra de preferência nos acontecimentos e homens do período mais próximo do Império e primeira República. Embora os problemas discutidos no século XIX não apresentem mais grande interesse, no Brasil, como em qualquer parte do mundo, as posições intelectuais, senão políticas, se subordinam ainda a correntes cuja inspiração e orientação não são tão radicalmente diferentes do que eram no último século. Uma literatura abundante mantém aqui também o contato com um passado próximo e bem vivo. Limitar-nos-emos a rápidas indicações. Referem-se em primeiro lugar a livros editados na “Biblioteca Pedagógica Brasileira²” Inicialmente indicaremos uma

⁽²⁾ As diversas referências do autor a livros publicados na “Biblioteca Pedagógica Brasileira” devem ser entendidas como referentes à preciosa coleção “Brasiliana”, Cia. Editora Nacional. De fato, no seu início, a “Brasiliana” figurou como sendo uma das séries de uma ampla “Biblioteca Pedagógica Brasileira”.

coletânea de documentos e cartas escritas por D. Pedro II ao Barão de Cotegipe durante seus diversos ministérios e publicadas pelo sr. Wanderley de Pinho. Tudo o que se refere ao último Imperador interessa vivamente todos os brasileiros, os quais conservam sempre para com ele profunda veneração, a tal ponto tão profunda e geral, que Anatole France perguntou certa vez, sorrindo, “Por que o expulsaram então?”

Mencionaremos também uma história realmente notável, em três volumes, da “política exterior do Império”, de um escritor de primeira ordem, que foi também homem público, Pandiá Calógeras. E indicaremos, finalmente, um estudo forte do sr. Alberto de Faria sobre um dos autênticos homens de ação entre os políticos do Império. “Estadista, soldado da liberdade, diplomata, herói de Plutarco”, Mauá, industrial e banqueiro, interessou-se vivamente pela valorização de seu país. Imigração e colonização, urbanismo, estradas de ferro - em particular essa admirável rede, exclusivamente nacional, da “Paulista” - navegação, cabos submarinos, são obras de primeira importância que, todas, tiveram seu apoio. Passou pela dura prova de uma queda a que se seguiu, porém, completa reabilitação. Através da vida desse homem, revelam-se os principais aspectos da história econômica do Brasil no século XIX. Menos densa é a história da escravidão africana no Brasil, de Evaristo de Moraes, dedicada principalmente ao século XIX e à abolição.

Além desta série, outra, consagrada a um mesmo personagem, merece menção especial: a dos estudos do sr. Vilhena de Moraes sobre Caxias, o “duque de ferro”, general, ministro e presidente do Conselho, que representou papel importante no Brasil, como militar, não só em certos movimentos políticos como, ainda, na Guerra do Paraguai, em 1867. A obra é apresentada com muita modéstia, mas realizada com precisão e perfeição segura na documentação. De caráter mais geral é o livro do dr. Alfredo Valladão, “Da aclamação à maioria”, excelente e cômodo resumo da situação do Brasil em 1822, que esclarece diversos aspectos da história do país dessa data até 1840, especialmente com referência à abdicação de D. Pedro I. Muito sumário e passivelmente tendenciosa, parece-nos a “Evolução política do Brasil”, de Caio Prado Júnior.

A história da arte, embora tratada de modo desigual, não escapou à curiosidade dos pesquisadores. As cidades da época colonial, Recife e Rio de Janeiro, e, principalmente Bahia, cuja riqueza na matéria

é assombrosa, assistiram ao desenvolvimento muito interessante de uma arte copiada naturalmente de Portugal. Já assinalei o volume consagrado pelo Instituto Histórico Brasileiro ao convento de São Francisco da Bahia; talvez mais curiosa ainda, porém, seja a verdadeira explosão artística que se produziu em Minas Gerais, na região aurífera. Zonas ainda dominadas pela floresta virgem no princípio do século XVIII, viam alguns lustros mais tarde multiplicar-se as igrejas e não raro outros monumentos, e residências particulares de uma suntuosidade e fantasia incríveis: as igrejas de Ouro Preto, Mariana, Sabará, Congonhas, São João del Rei, para não citar senão as principais, são fulgurantes. A história dessa arte está iniciada e alguns estudos, em particular, como o do sr. Renato Guimarães, foram dedicados ao artista mais conhecido da região, o Aleijadinho, de uma originalidade singular mas robusta, que continuou a trabalhar mesmo depois de ter perdido ambas as mãos.

Como se vê, não há domínio que não tenha sido explorado por historiadores especializados e, sem dúvida, deveríamos assinalar pelo menos o interesse que apresentam para a história os “franco-atiradores” no gênero do romancista Paulo Setubal, cujos livros, sem pretender ao rigor científico, criam um ambiente favorável à preocupação do passado. O número de pesquisadores cresce. A técnica, antes privilégio de uma ínfima minoria, se impõe a grupos dia a dia maiores. A criação recente de duas Faculdades de Letras, a de São Paulo e a do Rio, em 1934 e 1936, respectivamente, vai necessariamente aumentar tanto as exigências do público culto como as aptidões dos historiadores.

A própria preparação desse público progride hoje consideravelmente. Um esforço está sendo levado a efeito em todo o país no sentido de espalhar a instrução. Professores e alunos encontram à sua disposição manuais absolutamente notáveis. Devemos assinalar, neste campo, pelo menos o manual tão expressivo e pedagógico do sr. Jônatas Serrano, “História do Brasil”, editado pela Livraria Briguiet, e a coleção, talvez desigual mas, no conjunto, a um tempo densa e clara, de pequenos resumos da história de cada um dos Estados, publicada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo.

Como se vê, encontramos sempre, na base dos esforços científicos de pesquisa original e vulgarização, algumas grandes firmas comerciais de iniciativas meritórias. Um simples fato, característico,

mostra bem que, mesmo do ponto de vista material, por assim dizer, se acha esse mundo, a um tempo imenso e de pequena densidade, em plena ascensão. Nos trabalhos não destinados ao grande público, “esqueciam” os editores, até agora, de imprimir a data de suas edições, o que faziam, dizem, para que não se traísse ao fim de algum tempo a idade de seus livros. É este um hábito que tende a perder-se e o desenvolvimento dos meios cultos assegurará ao livro de cultura mercados cada vez mais extensos.

Até agora os esforços tentados no sentido de manter o público a par dos trabalhos históricos não têm sido coroados de êxito. Fora das publicações, geralmente anuais, de diversos institutos ou ainda, por exemplo, do Museu Paulista, nenhuma revista conseguiu viver muito tempo. A mais recente tentativa foi a da interessante “Revista de Filosofia e História”, da Livraria J. Leite, do Rio, em 1931. Porém, em 1934, a municipalidade de São Paulo lançou uma revista mensal “Revista do Arquivo Municipal”, de uma concepção muito larga, que conjuga aos inquéritos mais atuais a publicação de textos antigos e estudos mais diversos. Eficientemente apoiada, interessando os meios mais variados, parece destinada a um papel ativo e útil.³

Talvez tenha sido a preparação do público nestes últimos anos mais rápida do que a formação dos historiadores. A Sociedade Capistrano de Abreu - iniciativa que convém ainda mencionar - institui concursos de história que pode, multiplicando seus esforços, dotar de prêmios. Já aconteceu não lhe ter sido enviado nenhuma memória. E daí, aparece bem clara a necessidade de novas faculdades onde professores experimentados possam guiar e estimular os futuros sábios.

Desde já mostram a excelência de muitos trabalhos, em nada inferiores às melhores publicações da Europa, a multiplicidade das obras de pesquisa, que o Brasil consegue aos poucos, em história, um lugar insuficientemente conhecido ainda, mas dia a dia mais importante entre os das outras ciências. Terá ele, sem dúvida, um papel cada vez mais importante entre os países que criam “au jour le jour” uma civilização cujos conhecimentos positivos e metódicos, apoiados na mais larga experiência humana, constituem um dos elementos essenciais.

⁽³⁾ De fato, a “Revista do Arquivo Municipal” que o Prof. Coornaert conheceu nos seus primeiros números foi uma das publicações históricas de maior duração, alcançando bem mais de duzentos números, com um “papel ativo e útil” na cultura brasileira.

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

A PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO (HADFIELD)

Já foi dito que a Província de Pernambuco tem sido por longo tempo a mais progressista e empreendedora do Império, sendo que o mesmo espírito que levou a esses resultados trouxe também impasses políticos. Muitas revoluções ocorreram aqui com ameaça de separação ou desmembramento do Estado; a primeira durante o antigo regime dos portugueses em 1817, seguida por outra bastante séria em 1824, quando Manuel Carvalho assumiu a ditadura da província e consideráveis forças de mar e terra tiveram de ser mandadas até que se pudesse conter a dita revolução, tendo sido o porto bloqueado pela esquadra brasileira sob o comando do Comodoro Taylor, por cerca de seis meses. Outras insurreições tiveram lugar acompanhadas por grande derramamento de sangue, a última em 1848, quando a cidade escapou por pouco de cair nas mãos de um grupo de celerados que a teria pilhado e devastado sob fogo e ferro; felizmente para a província seu líder, um homem de talento e influência foi morto nos arredores da cidade e um saudável exemplo foi dado com a punição de seus seguidores. Desde então a província esteve perfeitamente tranqüila e com todas as indicações de que continuará assim.

Os pernambucanos, como os habitantes da província são chamados, sempre manifestaram um espírito marcial, a começar por sua determinada e vitoriosa resistência ao holandês no século XVII, sendo sem dúvida por sua causa que este foi finalmente expulso. Este sentimento bélico, entretanto, pode por em perigo a tranqüilidade interna. Felizmente,

o desejo de comercializar e fazer dinheiro parecem agora ser predominantes e esperamos que assim continue.

(Brazil, the River Plate and the Falkland Island, 1854. Trad. de João Alfredo dos Anjos, em *A paisagem pernambucana*, 180-181; org. de Mário Souto Maior e Leonardo Dantas Silva. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1993).

*

DECLARAÇÃO AO POVO FRANCÊS (SEGUNDA ABDICAÇÃO DE NAPOLEÃO)

Franceses, ao começar a guerra para defender a independência nacional, eu contava com a unificação de todos os esforços, de todas as energias e com o concurso de todas as autoridades nacionais; tinha razões para esperar o sucesso e desafiei todas as declarações das potências contra minha pessoa.

As circunstâncias parecem mudadas.

Eu me ofereço em sacrifício ao ódio dos inimigos da França. Esperamos que eles sejam sinceros em suas declarações e que não vos odeiem mais do que a mim. Minha vida política está terminada e proclamo meu filho, sob o nome de Napoleão II, Imperador dos Franceses.

Os ministros atuais formarão provisoriamente o Conselho de Governo. O interesse que tenho por meu filho me leva a solicitar das Câmaras que organizem, sem demora, a Regência, através de ato legal.

É necessária a união de todos para a salvação pública e para preservar a independência nacional.

No Palácio do Eliseu, a 22 de junho de 1815. Napoleão.

(Mattoso, Kátia M. de Queirós - *Textos e documentos para o estudo da história contemporânea*, 70-71. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1977)

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

AFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO (1905-1990)

Nascido em Belo Horizonte, aos 27 de novembro de 1905, descendente de tradicionais troncos mineiros, Afonso Arinos de Mello Franco marcou, por mais de meio século a vida cultural, política e social de nosso país, com intensa participação no desempenho de importantíssimas funções. Deputado Federal pelo seu Estado, de 1947 a 1955, Senador pelo antigo Distrito Federal e Ministro das Relações Exteriores nos governos de Jânio Quadros e de João Goulart.

No panorama cultural destacou-se com vasta e variada obra, do mais alto interesse pelos vários setores que perlustrou e que o notabilizaram como jornalista, parlamentar, diplomata, jurista, historiador, biógrafo, cientista político, ensaísta, crítico literário, memorialista, poeta, produzindo em toda essa variadíssima gama de interesses obras do mais alto valor. Sua bibliografia (de nosso conhecimento) compreende 37 obras, algumas em mais de um volume, todas elas indispensáveis para o conhecimento e compreensão de nossa vida política e cultural.

Entre seu primeiro livro, "Introdução à realidade brasileira", inaugurando, em 1934, a "Coleção Azul", do editor Schmidt, do Rio de Janeiro, e o último, "Amor a Roma", de 1982 (último, aliás, de nosso conhecimento), encontramos no setor histórico, que mais de perto nos interessa, "Conceito de civilização brasileira" (1936), "O índio brasileiro e a Revolução Francesa" (1937), "Mar de Sargaços" (1944), "Um estadista da República" (biografia de seu pai, Afrânio de Mello Franco, 1955), "Desenvolvimento da civilização material do Brasil" (1944) e "Rodrigues Alves (1973).

Os quatro volumes de suas memórias (“A alma do tempo”, “A escalada”, “Planalto” e “Altomar Maralto”) constitui o que há de melhor na memorialística brasileira. E além do muito que escreveu, ainda preparou e comentou edições das “Cartas Chilenas” e obras de Tomás Antônio Gonzaga e Silva Alvarenga.

Pertenceu à Academia Brasileira de Letras, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a diversas outras entidades culturais; lecionou nas Faculdades de Direito e de Filosofia do Rio de Janeiro; e dirigiu, por muitos anos a preciosa (e saudosa) coleção “Documentos Brasileiros”, de Editora José Olympio, pela qual publicou boa parte de seus livros.

Para a “seleta” que, como de praxe, publicaremos em seguida a esta nota, escolhemos “A Maioridade e a aurora do Segundo Reinado”, originalmente uma conferência proferida na Faculdade de Direito de São Paulo, precisamente no centenário do grande evento (23 de julho de 1940), divulgada pelo “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro (de onde a transcrevemos) e, pouco depois tirada em volume.

BIBLIOGRAFIA
(CERTAMENTE NÃO COMPLETA)
DE AFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO
(ENTRE 1934 E 1982)

- Introdução à realidade brasileira.** 1934
Preparação ao nacionalismo. 1935
Conceito de civilização brasileira. 1936
O índio brasileiro e a Revolução Francesa. 1937
Espelho de três faces. 1937
Roteiro lírico de Ouro Preto. 1937
Síntese da História Econômica do Brasil. 1938
Terra do Brasil. 1939
Idéia e Tempo. 1939
Regionalismo e Nacionalismo. 1939
A Maioridade. 1940
Prefácio às “Cartas Chilenas”. 1940

- Dirceu e Marília.** 1942
- Um soldado do Reino e do Império.** 1942
- Homens e temas do Brasil.** 1944
- Mar de Sargaços.** 1944
- Desenvolvimento da civilização material do Brasil.** 1944
- La Literatura del Brasil.** 1945
- Portulano.** 1945
- Um Estadista da República.** 1955
- Barra do Dia.** 1955
- A alma do tempo.** 1961
- A escalada.** 1965
- Planaldo.** 1968
- Rodrigues Alves.** 1973
- O palacete do Caminho Novo.** 1975
- Problemas políticos brasileiros.** 1975
- A Câmara dos Deputados.** 1976
- As idéias políticas do Brasil.** 1979
- O som do outro sino.** 1978
- Diário de bolso.** 1979
- Alto-mar Maralto.** 1979
- Cultura e Nação.** 1981
- Política e Direito.** 1981
- Amor a Roma.** 1982

SELETA

A MAIORIDADE OU A AURORA DO SEGUNDO REINADO

Afonso Arinos de Melo FRANCO

Há um século, no dia de hoje, a cidade do Rio de Janeiro amanhecera agitada, vivendo intensamente a grande causa política da Maioridade. Havia anos, já, que este assunto começara a preocupar alguns círculos restritos de parlamentares e homens públicos, mas, à proporção que se estendia e se aprofundava a desordem sangrenta da Regência, a solução maiorista foi, como todos os mitos necessários, conquistando novas camadas de adeptos, extravasando dos corredores das casas legislativas para a imprensa e para a rua, até que se tornou, na capital do Império, cérebro e coração do país, um verdadeiro anseio popular. Com os acontecimentos da véspera, dia 22 de julho, tinham as câmaras se transformado num mar revolto, em cujo tumulto naufragara a frágil embarcação do formalismo constitucional. Nem o grande Bernardo de Vasconcelos, velho lobo dos mares políticos que tanto tinha de astuto quanto de bravo, e que aceitara entrar para o governo na hora mais rugidora da tormenta, fora capaz de levar a nau a salvamento. A decisão do governo regencial sobre o adiamento das câmaras, seria uma espécie de ordem de colher as velas, medida prudente diante do tufão, mas chegou demasiado tarde. A mão dura e experiente do piloto empunhara inutilmente o leme de um barco já desgarrado.

É conhecida cena famosa do dia 22. Alencar Araripe, testemunha pessoal, ao que diz, no-la descreve no seu estudo sobre a Maioridade, transcrevendo, também em apoio da sua memória, a narrativa

de um jornal da época. Diz ele que a sessão do dia 22 se abrira, na câmara temporária, em ambiente de grande calma, embora com as galerias apinhadas de curiosos, os quais, desde algum tempo, seguiam todos os dias a progressão da borrasca parlamentar.*

Entrava-se já na discussão do projeto de Antônio Carlos, que declarava o Imperador desde logo maior, quando cai como um raio no recinto a notícia de que Vasconcelos fora nomeado Ministro do Império e que as câmaras eram adiadas para Novembro. Ao se ouvir pronunciar o nome temido do grande mineiro, escreve o jornal referido por Araripe que “sensações gerais de indignação e horror, difíceis de exprimir, aparecem na sala e nas galerias, que principiam a se agitar”.

Tinha chegado um destes momentos em que qualquer homem toma conta de uma assembléia, ou de outra coletividade, e impõe imediatamente a sua paixão. Momento culminante de receptividade emotiva, em que toda uma grande energia acumulada se descarrega brutalmente na direção que o primeiro ousado ou o primeiro ardiloso lhe indicar. Se qualquer homem pode, então, galgar a crista da vaga encolerizada e dominá-la, melhor ainda o poderia Antônio Carlos, que não era um homem qualquer. Ousado ele era, e muito; ardiloso também, talvez ainda mais que ousado. Porém, acima de ser arrojado e sagaz era Antônio Carlos um grande político, que sabia aliar estas duas coisas, difícilimas de se comporem juntas: o oportunismo e a ambição. Sobre aquele que possui tal dom é raro que a vitória não abra as suas asas.

O oportunismo é a escola da paciência atenta, da espera minuciosa e sempre pronta, da falta de escrúpulo na escolha dos processos. “Oportunista de gênio” chamou Trotsky a Lenine. O oportunismo é, em resumo, o que poderíamos definir como a técnica elástica dos felinos. Fica o gato amadornado a três metros do buraco da parede, com os olhos cerrados, tomando um banho de sol. Ali passará horas, como uma lânguida odalisca, impregnado de moleza. Mas se o ingênuo camundongo, tangido pela fome, põe para fora o periscópio do seu focinho móvel e perscrutador, eis que a bola cinzenta se anima e vibra de súbito, movida por molas de aço, de um salto incrível vence a distância e se abate implacavelmente sobre a vítima, quer dizer, sobre a oportunidade. Mas o talento do oportunismo, nos políticos, deve ser enrijado pelo sentimento inato da ambição, pois o gato não salta na hora, quando não tem fome.

Antônio Carlos, perdõem-nos a irreverência, era um gato esperto e faminto, quero dizer era um político oportunista e ambicioso. Vimos como ele agiu, diante da dupla notícia do fechamento do Congresso e da nomeação de Vasconcelos.

Colhida de estupor pelos dois decretos que acabavam de ser lidos, não sabia a câmara que fazer, quando, segundo nos conta o padre Marinho na sua “História da Revolução de 1842”, entra por ela a dentro o senador Ferreira de Melo e pondera que, no Senado, não fora ainda lido o decreto de adiamento e que a facção maiorista bem poderia seguir para lá, afim de deliberar. Aí encontra o seu caminho Antônio Carlos, o ambicioso oportunista. Pegando nesta idéia, faz dela, logo, uma bandeira e a empunha e brande sobre a cabeça esquentada dos demais. Pondo-se à frente de todos sai para a rua e marcha com eles para o Senado, abandonando o que ele chama rudemente a câmara prostituída. O povo, entusiasta, acompanha dos liberais, e Alencar Araripe escreve sobre a cena as seguintes palavras: “No trajeto pelas ruas da Assembléia e Carioca, os maioristas eram saudados pelas pessoas que afluíam às janelas das casas destas ruas; os homens erguendo vivas à maioria e as damas encenado com os seus alvíssimos e rendados lenços”. Bem diferente era este préstito triunfal, de outro, fúnebre, que menos de meio século antes tinha subido a mesma rua, por entre o silêncio contrito do povo, para levar à forca o Alferes Tiradentes. Aqui se vitoriavam os liberais, ali se punia aquilo que um participante da torpe tragédia chamou “o louco desejo da liberdade...” Mas já Antônio Carlos chega com seu séquito de exaltados liberais ao mesmo Campo de Sant’Ana, antigo da Lampadosa, que vira o sacrifício do martir da liberdade. Sobre esta fase do episódio vos vou ler um documento inédito, bastante interessante. Trata-se de uma carta, que uma senhora, esposa de um marechal brasileiro, escreveu ao pai, residente em Montevidéu. A senhora é D^a Carolina Calado, mulher do marechal João Crisóstomo Calado, e a carta é a seguinte, no trecho que interessa:

“Pelo ‘Jornal do Comércio’ de 25 e 26, que lhe remeto, o senhor se informará dos acontecimentos da aclamação do Imperador, que se passaram à minha vista, pois nossa casa é justamente em frente ao senado. No dia 22, quando se apresentaram os grupos no Campo, tudo tinha o aspecto de uma revolução, cujas conseqüências não se podia prever. Calado foi imediatamente a São Cristóvão e disse ao Imperador

que se punha às suas ordens, pelo que se manifestou muito agradecido, e igualmente o tutor, que é pessoa muito agradável, e lhe pediram que não se afastasse até a hora de se recolher o Imperador. Quando este viu tudo tranqüilo, se despediu de Calado, dizendo-lhe que podia retirar-se mas que não faltasse no dia seguinte, o que ele fez, até o momento de se dirigir ao Imperador ao Senado, para prestar seu juramento. É realmente admirável que um acontecimento tão grandioso, com partidos exaltados na oposição, se haja realizado sem o menor sucesso desagradável, com exceção de se terem quebrado as janelas do senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, mas isto é o menos que se pode fazer a um homem tão mau e tão odiado como este. E a prova de que ele não tem mais nada a temer é o fato de ter tomado o seu lugar no Senado dois ou três dias depois da aclamação, quando se lhe prodigalizou na noite de 22 os nomes mais abomináveis que se pode dizer a uma pessoa”.

Completava-se, desta maneira, sem sangue, uma das maiores revoluções da vida política brasileira. Sem sangue, como outros dois movimentos de igual, senão maior importância: os que se simbolizam com o grito do príncipe D. Pedro na sela de sua besta baia gateada, no encosta do Ipiranga, a 7 de setembro de 1822, ou com a passeata de Deodoro, meio enfermo no seu cavalo de soldado, a 15 de novembro de 1889. Da mesma forma que os dias da Independência e da República, o dia da Maioridade foi, apenas, o coroamento externo de um movimento que se processava desde muito tempo. Isto talvez explique o desfecho incruento das três datas.

Seguindo o hábito de outros escritores, acabo de chamar à Maioridade uma revolução. Revolução política e parlamentar é o título que traz em geral este capítulo da nossa História. No entanto, colocado o assunto sob um certo ângulo de observação, parece que devemos repelir aquela designação. Com efeito, analisada na sua significação profunda, a Maioridade nos aparecerá não como uma revolução, mas como uma contra-revolução. E isto mesmo, se considerarmos esta última expressão no sentido que lhe atribuiu um grande pensador francês ao dizer que a contra-revolução não é uma revolução contrária, mas o contrário de uma revolução.

Sim, a Maioridade foi o contrário de uma revolução, porque foi um movimento cujo fim histórico consistiu em legalizar o poder

imperial pela aplicação de um mito. Note-se que chamo aqui fim histórico a uma coisa bem diferente dos fins políticos personalistas, que tinham em mira os principais autores do movimento. Mas os fins históricos de um determinado sucesso político não são, muitas vezes, nem sequer entrevistados pelos seus mais destacados atores. E quando digo legalização do poder, não me esqueço de que a Maioridade se deu exatamente com a subvenção da lei, mas o desaparecimento do velho estado legal, cuja inadaptação à situação do país se demonstrava tragicamente através da Regência, foi seguido do aparecimento imediato de uma nova estrutura jurídica, mais lógica que a sua predecessora, e mais de acordo com os sentimentos gerais da opinião.

Que a Maioridade não foi uma revolução me parece indiscutível. Se observarmos com isenção a sua trama apenas encontraremos o seguinte: dois grupos de homens, o primeiro composto de familiares do paço e o segundo de membros do Partido Liberal agiam na sombra. Ambos os grupos desejavam, embora cada qual isoladamente, a mesma coisa, isto é, vantagens pessoais para os seus apaniguados. Os liberais desejavam derrubar a regência conservadora para se assenhorearem do poder político. Os áulicos, ou, melhor, os familiares da quinta de São Cristovão, desejavam que o mesmo acontecesse para poderam deter nas mãos o poder doméstico. Os primeiros queriam mandar de portas a fora e os segundos de portas a dentro. Uns pretendiam conduzir em público o menino imperial de coroa, cetro e papo de tucano. Outros esperavam guiá-lo na intimidade, despido daquelas exterioridades da sua grandeza, mas sempre provido da chave do cofre das graças. O pequeno órfão de São Cristovão, com os seus 14 anos, era um frágil brinquedo entre aquelas ambições. Quem o diz não somos nós, é ele próprio, quando, muitos anos depois, à margem da biografia do Conselheiro Furtado, de Tito Franco, qual este dizia que “a maioridade, perante o direito, foi um crime constitucional, do qual o imperador participou”, escreveu esta nota melancólica, com a sua imperial mão: “Eu não tive arrebatamento; se não tivesse sido aconselhado por diversas pessoas que me cercavam, eu teria dito que não queria”. Simples golpe palaciano sem finalidade ideológica e sem participação direta do povo, falta à Maioridade tudo o que é essencial numa verdadeira revolução.

Entretanto, aquele menino, que depois de reinante ainda brigava com a irmã a soco e tomava nota da briga por escrito, começava,

pela simples magia da sua presença no trono, a fazer uma coisa que nem o enérgico Feijó nem o prudente Olinda tinham conseguido - fazer descer a paz sobre o Brasil. E desta maneira, o golpe astucioso de algumas raposas, firmadas na inexperiência de uma criança, dominou a desordem, consolidou a unidade nacional, deu forma e solidez ao Império, transformou-se, enfim, na maior contra-revolução da nossa História.

Há um capítulo do “Estadista do Império” de Joaquim Nabuco denominado “A linha política do reinado”, no qual o grande escritor mostra todas as suas qualidades de penetração, síntese e generalização, ainda não superadas, nem igualadas, entre nós. Neste capítulo Nabuco divide o reinado de Pedro II em seis fases nitidamente distintas. A primeira, que vai de 1840 até 1850, se caracteriza, segundo ele, pelos seguintes aspectos: consolidação da ordem interna, fim das revoluções, aperfeiçoamento do governo parlamentar.

Examinemos um pouco mais detidamente este primeiro período do reinado de Pedro II, dentro da significação que, com tanta acuidade, lhe encontrou Nabuco. Para isto temos que volver os olhos um pouco para traz.

Um dos maus hábitos de certa História descritiva e panegírica está em considerar os lentos movimentos da nossa evolução nacional, tendo, apenas, em vista, os seus minutos culminantes. Assim se esquece, por vezes, de verdades substanciais para a compreensão de ocorrências posteriores, como esta, por exemplo, de que a Independência foi um processo de desligamento iniciado em 1808 com a chegada de Lisboa do primeiro reinante português, mas só terminado em 1831, com a partida para a Europa do imperador igualmente português.

Instalando a corte no Rio de Janeiro, fazendo do Brasil a sede da monarquia, dava Dom João um passo irremediável, pois nunca uma colônia erigida em metrópole, voltaria docilmente à situação antiga. Mas o passo era incompleto, porque nunca a antiga metrópole pelas mesmas razões, se conformaria com uma situação secundária e a terceira solução, a da igualdade entre os dois governos seria inconcebível dentro de um só Estado. Enquanto o rei aqui permaneceu a situação ambígua se mantinha, mas o seu regresso tornou inevitável o 7 de setembro. O grito do Ipiranga foi, contudo, uma solução de forma e não de fundo. Por mais que se esforçasse não pôde o moço imperador cortar nem remover as ligações

que o prendiam à sua pátria de origem. Ligações que eram muito mais importantes que as puramente sentimentais, (as quais podem coexistir com a independência de ação), pois que se apresentavam sob a forma de uma identidade profunda de processos e tendências, intelectuais e, principalmente sob a forma invencível dos interesses pessoais.

A identidade da formação intelectual de Pedro I com a tradição absolutista portuguesa se manifesta na trágica contradição entre as pretendidas convicções liberais, que o jovem imperador proclamava a cada hora, e a sua incoercível inclinação pelo governo autoritário. D. Pedro I empunhava o gládio da liberdade, para com ele desferir golpes no seu povo. Não o fazia de má fé, mas por absoluta impossibilidade de compreender a essência do liberalismo, esta grande lição do século passado, que hoje parece ter já cumprido o seu destino. Agia o imperador como um Bourbon de Espanha e como um Bragança de Portugal de seu tempo. Ou melhor, não agia: reagia psicologicamente contra as ameaças que o revolucionário liberalismo peninsular acumulava sobre as suas casas materna e paterna.

Se isto se dava no terreno da formação psicológica do imperador, a força invencível do interesse pessoal se exprimia pela necessidade, que incumbia a D. Pedro, de estar atento ao problema da sucessão da coroa portuguesa, depois da morte de seu pai. Necessidade que foi a razão de ser da parte final da sua existência e que nimbou o seu crepúsculo de uma nova auréola de glória.

Por tudo isto a união indefinível, o laço frouxo que ligara anteriormente a coroa do rei de Portugal à vida do Brasil, no período que sucedeu ao seu regresso, ligava agora a coroa do imperador do Brasil à vida de Portugal, principalmente depois da morte do rei, ocorrida em 1826. O povo do Brasil bem o sentia e não estava disposto a tolerar tais liames. Eis porque o 7 de Abril, sendo um movimento pessoal contra D. Pedro I, foi, ao mesmo tempo, uma expressão geral de liberalismo e de nacionalismo. Note-se que, então, estas duas palavras, “liberalismo” e “nacionalismo” não eram, como agora, antagônicas. O tempo também muda a significação dos vocábulos...

Já três dias antes, na Bahia, o movimento de 4 de abril derrubava aos gritos de “mata galego” o comandante das armas, português de nascimento, amigo de Dom Pedro e representante da sua concepção de

autoridade. Vê-se que o movimento se apresentava com o mesmo pano de fundo em todo o país.

A 7 de abril de 1831 encerrava-se, pois, o ciclo histórico da luta da independência. Estava o Brasil realmente livre da influência política direta ou indireta da sua antiga metrópole. Livre, mas que ia fazer da sua liberdade sem governo? Esta simples expressão “liberdade sem governo” é bastante para explicar o que iria fazer e o que fez o Brasil: cair na desordem.

Os partidos políticos ainda não tinham saído de uma espécie de nebulosa, e se até o fim do Império, não foram completamente nítidos os seus limites ideológicos, no princípio, então, nem o nome parlamentar de partido caberia, a rigor, àqueles agrupamentos heterogêneos, àquelas facções de liberais exaltados ou moderados, de retrógrados restauradores ou caramurus, cujo trivial imediatismo não compreendia, sequer, o significado geral dos problemas que se agitavam por detrás dos casos concretos suscitados com tão indigente personalismo.

O poder executivo regencial emanava do congresso legislativo, mas este não continha dentro de si os elementos de um verdadeiro parlamento. Daí a irremediável fraqueza do sistema. Sim, fraqueza básica do sistema e não deficiência ou inépcia dos homens que o tiveram em mãos. A regência foi, como já se disse, precoce experiência republicana, em um país que, um século depois, ainda estava tão mal preparado para a prática efetiva da República, que foi levado à maior revolução da sua história, com o fito de procurar-lhe o exato sentido. Se em 1930 a República não funcionou no Brasil, não seria em 1831 que um regime análogo a ela poderia funcionar...

Como assegurei acima, a fraqueza provinha do sistema regencial e não dos homens do seu governo. Da Regência provisória à Regência trina, desta à una, com os seus dois chefes sucessivos, esteve o país sob a guarda de homens fortes, como o primeiro Lima e Silva, ou como o grande Feijó; cultos e prudentes, como Braulio Muniz; hábeis, como Costa Carvalho; e de larga experiência na vida pública, como Araujo Lima. Mas nenhuma qualidade ou virtude dos depositários do poder teria o privilégio de valer como a água lustral do batismo, para dissipar o pecado original do regime, que era a sua própria fragilidade.

Era indispensável que, contra o poder, como notou com sagacidade Alves Branco, não pudessem agir os “chefes irregulares das minorias turbulentas”, pois a agitação destes grupos parlamentares, em última análise, é que iria repercutir a milhares de quilômetros nas lutas que devastavam o país. Alguém de inatingível deveria estar à frente do Estado.

Esse alguém seria um menino vacilante e tímido, um orfãozinho retraído entre uma aia idosa, um tutor monacal e duas irmãs submissas, no retiro de um triste casarão colonial. Pobre brasileiro, golpeado desde cedo pelo destino, premido pelo asfixiante meio social, incompleta e insuficientemente educado e inteiramente destituído de qualquer preparo para os rudes encargos que subitamente lhe eram lançados sobre os ombros frágeis.

Pois o que não tinham conseguido a espada de Lima e Silva, o pulso férreo do indomável Feijó, nem a douta sensatez de Araújo Lima, aquele menino descorado e silencioso, mal firme nos degraus do trono, aquele adolescente que procurava disfarçar a sua timidez debaixo de uma álgida aparência, iria obter, pela sua simples presença, que era a presença de um símbolo e de um mito.

Façamos uma rápida indicação dos tumultos com que se houve o governo regencial. No período ainda da Regência provisória houve deposição dos governos ou dos comandos de armas em Santa Catarina, Sergipe, Paraíba e Pará. É verdade que estes movimentos não se podem, a rigor, considerar como sendo dirigidos contra a Regência, mas contra Portugal e o absolutismo, pois foram se dando à medida que era conhecida a notícia do 7 de abril, e hostilizavam os representantes da situação imperial.

Mas já a fermentação da desordem campeava surdamente nas vielas estreitas do Rio de Janeiro. Da lia popular se alaçavam as forças da desagregação social estimuladas pela indisciplina e a ambição dos quartéis. Debaixo de qualquer pretexto, sendo o mais forte e mais verdadeiro dentre eles o desprestígio do governo, corria sangue em distúrbios noturnos ou meridiano, apavorava-se o comércio, intimidavam-se os cidadãos pacíficos, escorraçados pela malta de pretos, forros, soldados e capoeiras, ralé façanhuda que brandia impunemente a faca e o chuço, nas barbas das autoridades impotentes.

A eleição da Regência Trina Permanente, no mês de junho de 1831, em nada melhorou a situação, sob o ponto de vista da ordem pública. As leis aprovadas pela Assembléia, visando restaurar o prestígio da autoridade, não eram energicamente aplicadas. Aliás, nem mesmo a energia, como se verificou longo adiante, obstaria a continuação da desordem. Com efeito, ninguém era mais decidido que Feijó e a sua chegada ao ministério, no mês de julho, permitiu ao governo sufocar os motins, mas não conseguiu impedir que outros motins espoucassem a cada passo.

Em julho, setembro e outubro a corte viveu em permanente estado de alarma. As insurreições se sucediam, no povo e na tropa, enquanto, aproveitando-se da situação, o simples banditismo andava à solta pelas ruas. Nas províncias do norte, Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, a masorca igualmente se levanta e nas lutas ficam, às vezes, centenas de mortos.

Aos poucos, como sempre acontece em tais casos, sob a aparência de luta política o que se esboçava, na verdade, era o choque dos antagonismos sociais. Na capa de um radicalismo nativista e liberal tomavam corpo certas reivindicações das massas, que procuravam diminuir os privilégios concentrados nos círculos conservadores. Mas o fato é que, em toda parte, enquanto se chocavam as facções diversas, o governo, como um terceiro importuno, perdia terreno.

A ação de Feijó, em todo esse turvo período, é surpreendente pelo devotamento implacável com que soube servir à causa da ordem. No ano de 1832 demonstrou dois movimentos de certa envergadura, em plena capital do Império, e manteve com inexcedível bravura o prestígio da autoridade constituída sob as vagas de assalto das quarteladas. Não hesita, no caminho que se traçara, em romper com o mais ilustre e o mais temido dos seus patrícios, o grande José Bonifácio, cujo temperamento apaixonado transformara o cargo de tutor de Pedro II num posto de conspirações contra o governo.

No começo de 1833 defrontou-se a Regência com a grave sedição de Minas Gerais, na qual foi deposto o presidente Melo e Souza, preso o vice-presidente Bernardo de Vasconcelos, e instalado em Ouro Preto um verdadeiro governo revolucionário. Xavier da Veiga, que é quem melhor relata este episódio, nas suas inestimáveis "Efemérides

mineiras” dá toda a medida do caso, quando faz o balanço das forças relativamente importantes que entraram no choque, cuja vitória final coube ao governo.

Daí por diante as “Falas do Trono” apresentadas pela Regência, repetem invariavelmente notícias de perturbações. Além da revolução mineira, motins em Pernambuco e Alagoas, no Pará e em Mato Grosso.

Em 1835 passa-se à Regência Una, com Feijó à testa do governo. Mas logo se verificam as mazorcas no Pará e começa a terrível, a dolorosa guerra civil do Rio Grande. Feijó, referindo-se à província do norte, alude textualmente às feras que dominam a sua capital, e passando à do sul diz que a sedição de Porto Alegre “foi tão rápida que em poucos dias compreendeu a província inteira”.

Em 1836 foi a vez de Sergipe, que sofreu violenta comoção, e, no dizer do próprio regente, “nas outras províncias experimentava-se geralmente falta de segurança individual e não se podia afiançar a continuação da tranquilidade pública”. O Pará e Rio Grande continuavam entregues ao jugo da anarquia.

No momento em que Feijó, cansado, desanimado, incapaz de transigir e suspeitado paradoxalmente de aspirar a ditadura, seus prognósticos sobre o futuro do Brasil são os mais sombrios, e é claramente que ele diz não acreditar numa longa unidade nacional. Chega mesmo a propor medidas de adaptação para a separação do Brasil, que julga inevitável. Em setembro de 1837 passa o governo a Araújo Lima.

Em fins desse mesmo ano e princípios de 1838 foi a Bahia, com a famosa “Sabinada”, que chegou a constituir um governo republicano independente, destinado a durar enquanto durasse a menoridade do Imperador. Nada denota melhor a sede de estabilidade do poder e a importância que teria a chegada de D. Pedro II ao trono para tal estabilidade, do que o simples enunciado deste programa de uma revolução que se declarava, de início, revolução a prazo fixo.

Em 1839 e 1840 o Maranhão, o Piauí e o Ceará ardem na chama da “Balaiada”. Como se deu com a “Sabinada”, esta revolução teve inegáveis e interessantes aspectos sociais, que merecem ser estudados com critério. Pereira de Alencastro nos faz dela uma descrição objetiva e exata, em forma que se assemelha à de um diário. Nela começa a

representar um papel de primeiro plano o futuro Duque de Caxias, a espada do Império, o maior soldado brasileiro, que dedicou sua vida à defesa da ordem jurídica e da autoridade civil.

É neste ambiente conturbado que D. Pedro sobe os degraus do trono. E logo, como que tocada por alguma vara de condão, a política do Império começa a se aplacar. É verdade que ainda restava a liquidação das guerras dos Balaios e dos Farrapos. Mas a primeira estava nos últimos arrancos e a segunda mostrava inequivocamente, o declínio das forças rebeldes.

Além destas duas heranças da época regencial teve D. Pedro II, no decênio de consolidação da ordem, de 1840 a 1850, que haver-se apenas com dois movimentos sérios: a revolução liberal mineiro-paulista de 1842 e a revolução “Praieira”, de 1848, em Pernambuco.

Foram ambos movimentos deflagrados pelos liberais, sendo que o de 42, de caráter exclusivamente político, enquanto o de 48, em virtude de circunstâncias especiais da economia pernambucana, tomava matiz de uma luta social. Nabuco, com a habitual largueza de vistas, já tinha chamado à insurreição da Praia “mais do que um movimento político, um movimento social”. Mas a presença do Imperador no trono já se fazia sentir.

Aos poucos, as correntes de interesses dos diferentes grupos sociais se foram canalizando para dentro do Parlamento, onde começaram a encontrar ambiente próprio para os seus choques e composições. A vida parlamentar foi se organizando gradativamente, não porque os representantes do povo fossem melhores que os da Regência, mas porque, acima deles, havia um poder de origem e prestígio indiscutíveis e inatingíveis. Um poder legal, no sentido verdadeiro da expressão. E à proporção que se organizava a vida parlamentar, ofereciam-se possibilidades de encaminhamento dos problemas populares por esta via, que substituía com vantagem a das arruaças das cidades e dos levantes sertanejos.

Este fenômeno de grande importância, a legalização do poder supremo, permitiu, no Império, o crescimento da paz interna sem prejuízo da liberdade pública. Paz que só veio a ser perturbada muito mais tarde, em consequência de fatores vários que vieram esvasiar o poder monárquico do seu conteúdo, fatores que aqui não podemos senão nomear, e que foram o enfraquecimento físico e intelectual de D. Pedro, sua falta de

sucessão masculina, além dos problemas militares e econômicos decorrentes da Guerra do Paraguai e da Abolição.

Mas não tenhamos dúvida. Aquilo que Nabuco chama a “consolidação da ordem interna e o aperfeiçoamento do regime parlamentar” não teria existido se o poder monárquico não se tivesse legalizado, com a ocupação do trono por aquele que a ele tinha direito.

No momento esta era a solução para o Brasil. E as soluções só o são quando chegam ao seu momento. Está claro que as leis evoluem, com os tempos. Mas cada tempo precisa de ver aplicada a sua lei, a norma que se coadune com as suas necessidades. Não compreender isto é o que chamo envelhecer. Porque, na verdade, os homens não envelhecem tanto pelo corpo, quanto pelo espírito. Goethe, aos oitenta anos, com o espírito aberto a todas as realidades da época, era mais moço que um homem de quarenta, que ainda não tivesse aceito as modificações introduzidas no mundo pela Revolução Francesa. Envelhece pelo espírito aquele que pretende aplicar, ao seu tempo, as leis destinadas a situações passadas.

Esta verdade elementar não afasta a outra, igualmente primária, de que cada tempo tem a sua lei, e de que já ordem pública e nem ordem jurídica fora dela. Não há paz verdadeira, não há governo estável, que se não assente neste sólido alicerce legal, e os períodos em que ele falte, (ensina-nos a nossa história e a de alheios povos), curtos ou prolongados, são sempre instáveis e improficuos.

Dirigindo-me principalmente aos jovens acadêmicos de Direito, futuros elaboradores e mantenedores da estrutura jurídica do país, penso que não ficarão mal estas reflexões como ponto final. Não vos deixeis abater pela síncope dramática dos direitos nacionais e internacionais a que assistimos nos nossos dias. Isto representa somente uma transformação e nunca uma extinção. Sem direito a sociedade não vive e só através da evolução jurídica a humanidade pode vencer as épocas de crise e atingir aos períodos em que é próspera e feliz.

(Conferência realizada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a convite do Centro Acadêmico XI de Agosto, no dia 23 de julho de 1940, centenário da “Maioridade”. Publicada originalmente no “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro).



UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I- INSTITUTOS

1. Instituto de Artes, Comunicações e Turismo
2. Instituto de Ciências Biológicas e Química
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II- FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III- INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

